



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCIV - Nº 810 - JAN/FEV/MAR/ABR DE 2008



**O DIA EM QUE PORTUGAL
FUGIU PARA O BRASIL**

LILIA MORITZ SCHWARCZ

**COLÔMBIA –
UMA NOVA REALIDADE**

RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ

**A ESTATURA POLÍTICO-
ESTRATÉGICA
DO BRASIL E O PODERIO
BÉLICO NACIONAL:
IDÉIAS PARA O
PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**

CARLOS ALBERTO PINTO SILVA

EDITORIAL

Duzentos anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil

Há duzentos anos o Brasil tornava-se a sede do Reino português. Logo ganharia a maioria de Estado, tornando-se Reino Unido, pela mão do Príncipe Regente, pouco depois D. João VI de Portugal e, como querem alguns, I do Brasil. Em boa hora, mais que celebrar, se estuda o que aconteceu naquele tempo. E se reavaliam as ações daqueles que vieram e implantaram um reino nas terras da América.

Em Ação militar e política de D. João VI no Brasil, Luiz Paulo Macedo Carvalho escreveu: "[...] Não se pretende fazer de D. João VI um herói dotado de brilhante inteligência, com rasgos de atitudes corajosas e rápidas, mas também é inaceitável vê-lo retratado grotescamente como um idiota, sem visão política, demasiadamente yacilante e desvalido. Na realidade, debaixo da aparente timidez e lentidão de seus atos, escondia-se uma mente atilada, equilibrada, prudente e sagaz. (...) É um grande equívoco interpretar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil como mera fuga. Fora bem planejada, com bastante antecedência. Não se tratara de improvisação. A genial mudança do Governo, com seu acervo histórico e os meios indispensáveis à administração, atesta isso. Ninguém se muda, de uma hora para outra, de um lado para outro do Atlântico, enfrentando enorme resistência dos seus compatriotas e inimigos, com uma comitiva da ordem de 15 mil pessoas, incluindo fuzileiros da Brigada Real da Marinha, biblioteca particular, em 15 naus e fragatas abarrotadas de documentos, pratarias, roupas, utensílios diversos e suprimentos, acompanhado da nobreza, acadêmicos, professores, técnicos, crianças, mãe doente, mulher contrariada e, inclusive, do herdeiro do trono, sem maiores razões do que o simples medo de Napoleão. Não se mudara apenas a Corte, mas o Estado, afirma Pedro Calmon. A trasladação da Corte para o Rio de Janeiro deve ser considerada mais uma manobra política arguta e feliz do que deserção covarde, assevera o historiador Oliveira Lima. Não resultou subitamente de um recurso extremo e irrefletido."

A homenagem de A Defesa Nacional àqueles que, vindo, ajudaram a fazer o Brasil.

SUMÁRIO

O DIA EM QUE PORTUGAL FUGIU PARA O BRASIL	3
<i>Lilia Moritz Schwarcz</i>	
COLÔMBIA – UMA NOVA REALIDADE	9
<i>Ricardo Vélez Rodríguez</i>	
IMPÉRIO, HEGEMONIA E PODER COERCITIVO	27
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
ESTADOS UNIDOS: O IMPÉRIO ENXERGA SEU DECLÍNIO	29
<i>Philip S. Golub</i>	
A GUERRA DA QUARTA GERAÇÃO EVOLUI, A QUINTA EMERGE	34
<i>T. X. Hammes</i>	
REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964	48
<i>Ulisses Lisboa Perazzo Lannes</i>	
ATUAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA DA 1ª DIE: UM APRENDIZADO	55
<i>Carlos Rocha Thomaz</i>	
BÔERES – A GUERRA DO FIM DO MUNDO (primeira parte)	66
<i>César Augusto Nicodemus de Souza</i>	
A ESTATURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO BRASIL E O PODERIO BÉLICO NACIONAL: IDÉIAS PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	79
<i>Carlos Alberto Pinto Silva</i>	
COMO DESCREVER O BRASIL? ENTREVISTA COM HÉLIO JAGUARIBE	90
<i>Leonardo Pimentel</i>	

O dia em que Portugal fugiu para o Brasil*

*Lilia Moritz Schwarcz***

A madrugada de 25 de novembro de 1807, quando D. João encerrou a sessão do Conselho de Estado, a decisão estava tomada. A Família Real deveria embarcar para o Brasil dali a dois dias, antes que as tropas de Napoleão, que já tinham cruzado as fronteiras lusitanas, alcançassem Lisboa. Chegara enfim a hora de se executar um plano que já era conhecido de cor e de traçar, rapidamente, o procedimento operacional de uma gigantesca tarefa: mudar, da terra para o mar, tudo e todos que significassem a sobrevivência e a sustentação do governo monárquico a ser instalado no Rio de Janeiro.

Fazer as malas, zarpar rumo ao Brasil e lá estabelecer um Império não era uma idéia nova. O traslado da Família Real para essa colônia pairava como uma possibilidade acalentada há tempos e sempre ventilada nos momentos em que a realeza portuguesa sentia-se ameaçada em sua soberania. Já em 1580, quando a Espanha invadiu Portugal, o pretendente ao trono português, o prior do Crato D. Antônio, filho ilegítimo do infante D. Luís, foi aconselhado a embarcar para o Brasil. Também o Padre Vieira apontou o Brasil como refúgio natural para D. João IV – “ali lhe assinaria o lugar para um palácio que gozasse, ao mesmo tempo, as quatro estações do ano, fazendo nele o quinto império [...]”. Em 1738, no reinado de D. João V, o conselho veio de D. Luís da Cunha, que

via na mudança possibilidades de um melhor equilíbrio entre a Metrópole e a Colônia, então abarrotada de ouro. Em 1762, temendo uma invasão franco-espanhola, Pombal, ministro de D. José I, fez com que o rei tomasse “as medidas necessárias para a sua passagem para o Brasil, e defronte do seu Real Palácio se viram por muito tempo ancoradas as naus destinadas a conduzir com segurança um magnânimo soberano para outra parte de seu Império [...]”.

Não é, pois, de estranhar que, no meio da convulsão européia, os políticos que rodeavam o Príncipe D. João trouxessem à tona a velha idéia. Mas o tempo era curto, a viagem longa e cheia de imprevistos. Era a primeira vez que uma casa real cruzava o Atlântico e tentava a sorte afastada do continente europeu. Longe dos tempos dos primeiros descobridores, que atravessaram o oceano para encontrar riqueza e glória em terras americanas, agora era a própria dinastia de Bragança que fugia (na visão de alguns), evitava sua dissolução (na visão de outros), ou empreendia uma política audaciosa, escapando da posição humilhante a que Napoleão tinha relegado as demais monarquias.

O plano era mais complexo do que se podia imaginar. Afinal, seguiriam viagem, acompanhando a Família Real, não apenas alguns poucos funcionários selecionados. Já em relativa prontidão e expectativa, encontravam-se outras inúmeras

* O artigo é transcrição cedida pela Diretoria de Assuntos Culturais (DAC).

** A autora é professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e autora do livro *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, em co-autoria com Paulo César de Azevedo e Angela Marques da Costa, obra da qual foi retirada grande parte deste artigo.

famílias – as dos conselheiros e ministros de Estado, da nobreza, da corte e dos servidores da Casa Real. Não eram, porém, indivíduos isolados que fugiam, carregando os seus objetos pessoais, suas indecisões e receios. Era, sim, a sede do Estado português que mudava temporariamente de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, seus arquivos e funcionários. Seguiam junto com a rainha e o príncipe regente tudo e todos que representassem a monarquia. As personagens, os paramentos necessários para os costumes rituais de corte e cerimoniais religiosos, as instituições, o erário... enfim, o arsenal necessário para sustentar e dar continuidade à dinastia e aos negócios do governo de Portugal. Como disse Joaquim José de Azevedo, futuro Visconde do Rio Seco, o que atravessaria os mares era aquela “amplidão que tinha exaurido sete séculos para se organizar em Lisboa”, e todo esse aparato devia tomar o rumo do cais.

No cais de Belém, de um momento a outro, acorreram milhares de pessoas, com suas bagagens e caixotes, isso sem esquecer de toda burocracia do Estado e das riquezas que viajavam com o rei. Não havia tempo a perder, e imediatamente deliberou-se que os ministros de Estado e empregados do Paço viajassem com a Família Real. Outra ordem deixou claro que todos os súditos que pretendessem seguir viagem estavam livres para tanto e, não havendo lugar nas embarcações, poderiam preparar navios particulares e acompanhar a real esquadra.

Já era meia-noite, mas, apesar do horário avançado, Joaquim José de Azevedo foi chamado ao Palácio da Ajuda e nomeado superintendente geral do embarque. Além dele, foram convocados o Marquês de Vagos, chefe da câmara real, e o Conde do Redondo, responsável pela ucharia – setor equivalente à despensa,

onde se abrigavam todos os pertences da casa real, tanto os alimentos como os utensílios domésticos. Já o Almirante Manoel da Cunha Souto Maior, comandante geral da esquadra portuguesa, ficou encarregado de apresentar mapas das disposições dos navios. Em seguida, o superintendente tratou dos procedimentos para o traslado dos tesouros reais do Palácio das Necessidades e o da Igreja Patriarcal. Foi depois para o cais de Belém, onde, munido dos mapas entregues pelo almirante, mandou armar uma barraca “para dali repartir as famílias pelas embarcações, segundo a escala de seus cômodos, assim como para enviar todos os volumes do Tesouro que chegavam. Tal lida continuou até o momento de embarque de D. João”. Havia uma ordem de que ninguém poderia embarcar se não tivesse em mãos uma “guia” fornecida por ele.

Quem também não perdeu tempo foi D. Antonio de Araújo e Azevedo, famoso representante do grupo francês. Naquela mesma madrugada, mandou que seu funcionário, Cristiano Müller, encaixotasse os papéis de Estado que estivessem sob seus cuidados e nesse lote incluiu também sua livraria particular: 34 grandes caixotes foram acomodados na nau *Medusa*. Foram eles que embarcaram no lugar da Real Biblioteca, que ficou esquecida no cais.

A pressa impedia que os procedimentos se dessem de maneira organizada. As autorizações, licenças, nomeações e ordens de embarque vinham de variadas fontes. Bom exemplo é o caso do mestre de equitação do palácio real, Bernardo José Farto Pacheco, que, para poder embarcar, recebeu ordens do estribeiro-mor do intendente das reais cavaliças e ainda do Conde de Belmonte. Bernardo não conseguiu viajar; o comandante da fragata não o aceitou a bordo, pela falta da guia necessária.

A despeito do estado de alerta e do fato de que a frota, ou parte dela, estivesse sendo armada desde fins de agosto, o ambiente era caótico. No começo de novembro, antes da partida da Família Real, um rico mercador de Lisboa escrevia ao sogro que ainda não conseguira passagem porque muitos queriam partir e eram poucos os navios. Porém, desconfiado, parecia decidido a deixar a capital, pois “os preparativos nos navios continuam a toda pressa e tudo indica que se trate de embarque”.

Mesmo assim, nenhum expediente realizado previamente e nem as prontas providências coordenadas por Joaquim José de Azevedo foram suficientes para impedir que o caos se estabelecesse na hora do embarque. Pior é que Lisboa vinha sendo castigada por um forte vento sul; chovia torrencialmente e as ruas e caminhos se transformaram em passarelas de lama, dificultando as idas e vindas até o cais de Belém. E não era tarefa simples reunir, distribuir e embarcar os ilustres viajantes, dividir os marinheiros e oficiais da Marinha e ainda abastecer os porões dos navios com uma quantidade suficiente de víveres e água potável. No registro de uma testemunha, arregimentou-se “muita gente para dar a 17 navios de guerra um bastante número de marujos e finalmente procurou-se pôr neles os mantimentos necessários, que contudo alguns navios não puderam haver como precisavam na confusão causada pela urgência do caso”.

Os casos e incidentes se multiplicavam. Foi durante esses dias de corre-corre, ainda antes do embarque, que o núncio apostólico de Lisboa, D. Lourenço de Caleppi, compareceu ao Palácio da Ajuda, em visita de solidariedade. Frequentador da Corte, foi convidado por D. João a acompanhá-lo na viagem. Apesar de seus 67 anos, o núncio aceitou a proposta e, conforme as instruções recebidas, foi imediatamente procurar o Ministro da

Marinha, Visconde de Anadia, que lhe destinou a nau *Martim de Freitas*, ou a *Medusa*, onde, junto com seu secretário, Camilo Luis Rossi, teria lugar garantido. Mas a confusão era tamanha que de nada adiantaram as referências de Caleppi, que não conseguiu lugar em nenhuma das naus que lhe haviam sido reservadas. O Tenente irlandês Thomas O'Neill, que estava em um dos navios da esquadra inglesa, consultou a descrição feita a ele por um oficial a serviço de D. João. Ainda que evidentemente exagerado, o relato não deixa de passar uma idéia do ambiente naqueles dias, quando o “pânico e o desespero tomaram conta da população e muitos homens, mulheres e crianças tentaram embarcar nas galeotas até algum navio”. Foi o irlandês quem registrou que “muitas senhoras de distinção meteram-se na água, na esperança de alcançar algum bote, pagando algumas com a própria vida”.

Agravando ainda mais a situação, famílias de camponeses, assustadas com as notícias de que os franceses estariam se aproximando, haviam abandonado tudo – “o trigo nos celeiros, o milho um nas eiras, outro nas terras, a fruta nas árvores, a uva nas vinhas, os gados dispersos [...] e cheias de aflição se refugiaram na capital, onde se acham receando não terem com que subsistir. Mas neste caso o remédio é recorrer aos amigos; estes são os Santos, e mais que todos o Santo dos Santos, Jesus Cristo. [...]”

Nas praias e cais do Tejo, até Belém, espalhavam-se pacotes, caixas e baús largados na última hora. No meio da bagunça e por descuido, a prataria da Igreja Patriarcal, trazida por 14 carros, foi esquecida na beira do rio e só alguns dias depois voltou para a igreja. Carros de luxo foram deixados, muitos sem terem sido descarregados. Alguns até optaram por largar a mala, embarcando de mãos vazias, apenas com a roupa do corpo.

O Marquês de Vagos percebeu um pouco tarde que as carruagens e arreios da casa real tinham sido esquecidos, e ali mesmo, do convés do navio onde se acomodara e que já partia, teve tempo de expedir um aviso, “em linguagem rude”, para que fretassem um “iate” para transportar todo aquele equipamento para o Brasil.

O tom geral era de nervosismo e destempero. “A desgraça, a desordem e o espanto existiam por toda a parte em Lisboa, quer em terra quer no mar [...]. Copiosas e tristes, algumas lágrimas derramaram-se por esta ocasião, uns choravam a separação de pais, maridos, filhos e mais pessoas queridas, outros a criticar posição da pátria invadida por exército inimigo e ao recordarem-se dos males que iriam sofrer ficando sem protetores e no meio dos terríveis franceses.” De fato, a reação dos lisboetas oscilava do espanto à revolta. Joaquim José de Azevedo, que, como vimos, tinha armado uma barraca no cais para organizar o embarque, assim interpretou o sentimento do povo: “vagando pelas praças e ruas, sem acreditar no que via, desafogava em lágrimas e imprecações a opressão dolorosa que lhe abafava na arca do peito, o coração inchado de suspiros: tudo para ele era horror; tudo mágoa; tudo saudade; e aquele nobre caráter de sofrimento, em que tanto tem realçado acima de outros povos, quase degenerava em desesperação!”

As descrições de época sobre o embarque de D. João são em geral tão dramáticas quanto contraditórias. Numa das versões, ele teria chegado ao cais vestido de mulher; em outra teria partido durante a noite a fim de evitar maior reação popular. Em outra, ainda, teria entrado no porto acompanhado apenas por seu sobrinho e ninguém o aguardava. Dois cabos de polícia que estavam ali por acaso, ajudados por gente do povo e debaixo de forte chuva, colocaram algu-

mas tábuas sobre a lama para que pudessem caminhar até o coche e de lá tirar D. João, que foi acomodado na galeota que o conduziria ao navio *Príncipe Real*, atracado na barra do Tejo. Outros relatos, ainda, insistem na insensatez do embarque, ridicularizando a atitude da família com a única frase lúcida emitida pela rainha, a esta altura, demente: “Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo.” Não é o caso de multiplicar as narrativas desse momento, carregadas de adjetivações e muita imaginação. No entanto, em tempos de rachadura do absolutismo, a representação parecia anunciar o fim de uma era: foi com muita discricção e sem nenhuma pompa que o Príncipe Regente deixou Portugal e embarcou rumo ao Brasil.

Concluídos os trâmites para a partida e com todos a bordo, só faltava o tempo melhorar para que se desse a ordem de zarpar. O dia 29 amanheceu claro e a esquadra saiu do Tejo, alcançando o mar. Nas portas do oceano, os navios ingleses estavam de prontidão. O encontro das frotas foi anunciado, reciprocamente, por uma salva de 21 tiros, como que a selar o pacto pacientemente aguardado pela Grã-Bretanha. Enquanto isso, o Almirante inglês Sidney Smith destacou as quatro naus que acompanhariam a esquadra portuguesa até o Rio de Janeiro. Em seguida, foi a bordo do *Príncipe Real* cumprir o regente e recebeu, do vice-almirante português, a lista das 15 embarcações que compunham a real esquadra: oito naus de linha, quatro fragatas, dois brigues e uma escuna. Este número varia nos registros das testemunhas e também em estudos posteriores, mas a diferença não altera a visão de conjunto. Além da frota real, havia número expressivo de navios mercantes particulares que saíram em seu rastro. Seriam cerca de 30, mas podem ter sido

muito mais. O navio inglês *Hibemia* avistou 56 navios, ao anoitecer do primeiro dia de viagem. O próprio comandante Smith mal fez as contas, o que ele via era “uma multidão de grandes navios mercantes armados”. De toda a forma, a esquadra real compunha uma respeitável unidade de combate. Os oito navios de guerra eram equipados com baterias de canhões que variavam entre 64 e 84 peças, a maioria com calibre 74. As fragatas estavam armadas, cada uma, com 32 ou 44 canhões, os brigues tinham 22 peças cada um e a charrua, que transportava mantimentos, 26 canhões.

A Família Real – D. Maria, o Príncipe Regente e sua mulher, seus oito filhos, a irmã da rainha, a viúva do irmão mais velho de D. João e um sobrinho espanhol de Carlota Joaquina – foi distribuída pelos navios de maior calibre. No *Príncipe Real* estavam a Rainha D. Maria, com 73 anos; o Príncipe Regente D. João, com seus 40 anos; o Príncipe da Beira, infante D. Pedro, de 9 anos; seu irmão infante D. Miguel, com 5 anos, e o sobrinho D. Pedro Carlos. No *Afonso de Albuquerque* iam a princesa, mulher do regente, dona Carlota Joaquina, 32 anos, com suas filhas: a Princesa da Beira Maria Teresa, 14 anos, e as infantas Maria Isabel, Maria de Assunção e Alma de Jesus Maria, de 10, 2 e 1 ano, respectivamente. No *Rainha de Portugal* viajavam a viúva do irmão mais velho do regente, dona Maria Benedita, com 61 anos; a irmã da rainha, dona Maria Ana, de 71; e ainda as outras filhas de D. João e Carlota Joaquina, as infantas Maria Francisca de Assis e Isabel Maria, de 7 e 6 anos.

Há muitas dúvidas sobre o número de embarcados. O secretário do Bispo Caleppi, que a tudo assistiu de perto, avaliou que 10 mil pessoas faziam parte da esquadra real. Já Pereira da Silva

incluiu em seus cálculos os muitos negociantes e proprietários que haviam fretado navios para seguir a esquadra e não demonstrou dúvidas: “cerca de 15 mil pessoas, de todos os sexos e idades, abandonaram neste dia as terras de Portugal.” Uma minuciosa listagem relaciona, nominalmente, cerca de 536 passageiros – nobres, ministros de estado, conselheiros e oficiais maiores e menores, médicos, padres, desembargadores. Isso sem contar os termos imprecisos que surgiam ao lado do nome dos passageiros, tais como: “Visconde de Barbacena com sua família”; “o Conde de Belmonte, sua mulher e o conde seu filho com criados e criadas”; “José Egídio Alves de Almeida com sua mulher e família”; “e mais 60 pessoas, entre homens e mulheres, sem contar as famílias que os acompanhavam” ou mesmo o indefinido “e outros”. Para se ter uma idéia, junto com o Duque de Cadaval embarcaram a mulher francesa, quatro filhos, um irmão, e mais 11 criados, incluindo um “homem pardo criado para varrer” e algumas famílias aditadas à mesma casa. O Marquês de Belas levou um séquito de 24 pessoas. O mesmo documento listou os oficiais da casa real, que não eram poucos. Apenas a ucharia empregava 23 “moços”, sendo que cada um deles vinha acompanhado de sua família, o mesmo se dando com os 14 moços da cozinha real. Um outro documento, redigido no calor da hora, pretendia registrar todos os passageiros, mas depois de relacionar alguns dos mais conhecidos nomes da nobreza, a escrita foi encerrada bruscamente com uma informação taxativa: “E mais 5.000 pessoas”.

Se levarmos em conta a população dos navios mercantes, a figura será ainda outra, pois o número de marinheiros e oficiais era elevado. Uma série de manuscritos existentes na Biblioteca Nacional revela que ao atingir o litoral brasileiro, em janeiro de 1808, alguns dos capitães elaboraram

uma listagem informando ao Conde dos Arcos, vice-rei do Brasil, a situação de suas guarnições. O comandante do *Martins Freitas*, além de fazer um mapa minucioso da tripulação, relatou que também estavam a bordo as famílias pertencentes aos oficiais da guarnição e parte da família do Duque de Cadaval. O fato é que cada navio carregava uma pequena multidão. A acreditar-se que parte significativa dos oficiais e de suas famílias teria permanecido na colônia, não estranharia chegar-se a mais de 10 mil emigrados. A cifra, porém, continua e continuará controversa.

De toda maneira, o número de embarcados era bem elevado e, com certeza, superior às primeiras estimativas e provisões. Esse era o drama da nau *Minerva*, que não havia sido preparada com antecedência e apresentou problemas na hora do embarque. Conta o capitão que, até o dia 26 de novembro, esta fragata esteve “de banda por não ser possível aprontar-se”. Apesar de só ter a bordo “algum biscoito e aguada” e das “tristes circunstâncias em que se achava o Real Arsenal da Marinha, pela confusão e falta de expediente nas diferentes repartições”, o capitão não perdeu tempo para atender ao Príncipe e partir no dia 29. Quando atracou na Bahia, em 10 de janeiro de 1808, a *Minerva* estava a zero.

A viagem não seria fácil, ainda que não se tenha notícia de acidentes graves ou algum óbito. Famílias desmembradas e alojadas em diferentes navios, bagagens desviadas ou largadas no cais, racionamento de comida e água, excesso de passageiros e falta de higiene – que obrigou as mulheres a cortar os cabelos para evitar a ação dos piolhos – foram alguns dos problemas decorrentes da emergência do embarque. E pela frente, cerca de dois meses de viagem. Para complicar,

uma tormenta se armou logo no início da jornada, e outra, em meados de dezembro, lá pela altura da Ilha da Madeira, provocando a dispersão de alguns navios e uma mudança de planos: apesar de parte da frota já ter tomado a direção do Rio de Janeiro, o *Príncipe Real* e as embarcações que o acompanhavam alteraram o rumo, em direção à Bahia.

Excluindo esses momentos mais inseguros, a viagem correu tranqüila, no que diz respeito aos humores da natureza e à estrutura das embarcações, que, apesar das avarias, alcançaram seu objetivo. O cronista Luiz Edmundo descreve os transtornos que se deram pelo excesso de passageiros: “muitos sem cama onde dormir, cadeira, banco para sentar, deitando-se ao relento, sobre as tábuas nuas dos conveses, sem prato certo onde comer, disputando em sórdidas gamelas, nas cozinhas, o alimento frugal”. E a travessia arrastava-se monótona. Além de acompanhar a evolução dos veleiros da frota, cantava-se ao som da viola ao poente e, nas noites de luar, jogava-se cartas: o faraó, o espenifre, o pacau e o chincalhão.

Depois de 54 dias no mar, em 22 de janeiro de 1808, o *Príncipe Real* atracou em Salvador – onde se quedaria por um mês, seguindo depois para o Rio de Janeiro. Atrás dele e aos poucos, foram chegando os outros navios. A situação era inesperada, assim como imprevisível era a novidade de uma corte migrada e aportada em sua colônia. Mas a história não é mesmo um exercício do certo. Ainda em alto-mar, D. João recebeu um belo presente do governador de Pernambuco: o brigue *Três Corações* foi ao seu encontro, carregado de mantimentos e muitas frutas tropicais. Entre caju e pitangas, a colônia americana abria as portas para um evento inusitado: receber o seu príncipe português. ☉

Colômbia – uma nova realidade*

Ricardo Vélez Rodríguez**

Este trabalho foi escrito ao ensejo da Missão Empresarial à Colômbia, realizada pela Confederação Nacional do Comércio entre 29 de julho e 3 de agosto de 2007 e que levou ao país vizinho uma delegação de 24 pessoas (15 empresários presidentes das Federações de Comércio de vários estados e diretores da CNC, um jornalista de *O Globo*, um representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, seis técnicos do CNC – Sistema Fecomércio/RJ e um representante do Conselho Técnico da CNC). A Missão, chefiada pelo Vice-presidente da CNC e Presidente da Fecomércio do Rio de Janeiro, Orlando Santos Diniz, visitou três cidades: Bogotá, Medellín e Cartagena de Índias, tendo tido entrevistas com ministros de Estado, conselheiros presidenciais, líderes empresariais das Câmaras de Comércio, prefeitos e ex-prefeitos, a Universidade EAFIT de Medellín e representantes dos movimentos sociais “Bogotá como vamos”, “Medellín como vamos” e “Cartagena como vamos”. Foram visitadas as principais realizações sociais do Município de Medellín, outrora as áreas mais violentas da cidade, como a Comuna *Santo Domingo* (equivalente ao “Complexo do Alemão” do Rio de Janeiro).

A Colômbia, literalmente, deu a volta por cima. Isso, após seis anos de mau desempenho

econômico e social, ensejado pelo não equacionamento da problemática segurança interna, decorrente do conflito causado pelo narcotráfico e pela atividade das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. No final dos anos 90 e até o início de 2003, o panorama era de crescimento econômico negativo ou muito modesto, beirando 2% anual. Mas, a partir das políticas públicas anunciadas e postas energicamente em execução pelo governo do Presidente Uribe Vélez, essa difícil situação passou a ser contornada para, progressivamente, ir se firmando um constante crescimento econômico (o índice calculado para este ano é de 6%), que tem acompanhado a progressiva pacificação do país. Esse surto de crescimento tem permitido atender a demandas sociais urgentes, aumentadas por décadas de conflito armado.

A finalidade precípua deste artigo consiste em informar aos leitores acerca das linhas mestras das políticas públicas hoje vigentes na Colômbia, especialmente no que tange ao equacionamento das questões de segurança. Pretende-se, outrossim, traçar um pano de fundo claro da recente história do país andino, a fim de divulgar os aspectos característicos da evolução social colombiana. Busca-se também detalhar a colaboração dos grêmios econômicos

*Transcrito de Carta Mensal, da Confederação Nacional do Comércio.

**O autor é Licenciado em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana de Bogotá (1963). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974). Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro (1982). Pesquisa de Pós-Doutorado realizada no Centre de Recherches Politiques Raymond Aron, Paris (1994-1996). Foi membro do Conselho Editorial da BIBLIX.

uma listagem informando ao Conde dos Arcos, vice-rei do Brasil, a situação de suas guarnições. O comandante do *Martins Freitas*, além de fazer um mapa minucioso da tripulação, relatou que também estavam a bordo as famílias pertencentes aos oficiais da guarnição e parte da família do Duque de Cadaval. O fato é que cada navio carregava uma pequena multidão. A acreditar-se que parte significativa dos oficiais e de suas famílias teria permanecido na colônia, não estranharia chegar-se a mais de 10 mil emigrados. A cifra, porém, continua e continuará controversa.

De toda maneira, o número de embarcados era bem elevado e, com certeza, superior às primeiras estimativas e provisões. Esse era o drama da nau *Minerva*, que não havia sido preparada com antecedência e apresentou problemas na hora do embarque. Conta o capitão que, até o dia 26 de novembro, esta fragata esteve “de banda por não ser possível aprontar-se”. Apesar de só ter a bordo “algum biscoito e aguada” e das “tristes circunstâncias em que se achava o Real Arsenal da Marinha, pela confusão e falta de expediente nas diferentes repartições”, o capitão não perdeu tempo para atender ao Príncipe e partir no dia 29. Quando atracou na Bahia, em 10 de janeiro de 1808, a *Minerva* estava a zero.

A viagem não seria fácil, ainda que não se tenha notícia de acidentes graves ou algum óbito. Famílias desmembradas e alojadas em diferentes navios, bagagens desviadas ou largadas no cais, racionamento de comida e água, excesso de passageiros e falta de higiene – que obrigou as mulheres a cortar os cabelos para evitar a ação dos piolhos – foram alguns dos problemas decorrentes da emergência do embarque. E pela frente, cerca de dois meses de viagem. Para complicar,

uma tormenta se armou logo no início da jornada, e outra, em meados de dezembro, lá pela altura da Ilha da Madeira, provocando a dispersão de alguns navios e uma mudança de planos: apesar de parte da frota já ter tomado a direção do Rio de Janeiro, o *Príncipe Real* e as embarcações que o acompanhavam alteraram o rumo, em direção à Bahia.

Excluindo esses momentos mais inseguros, a viagem correu tranqüila, no que diz respeito aos humores da natureza e à estrutura das embarcações, que, apesar das avarias, alcançaram seu objetivo. O cronista Luiz Edmundo descreve os transtornos que se deram pelo excesso de passageiros: “muitos sem cama onde dormir, cadeira, banco para sentar, deitando-se ao relento, sobre as tábuas nuas dos conveses, sem prato certo onde comer, disputando em sórdidas gamelas, nas cozinhas, o alimento frugal”. E a travessia arrastava-se monótona. Além de acompanhar a evolução dos veleiros da frota, cantava-se ao som da viola ao poente e, nas noites de luar, jogava-se cartas: o faraó, o espenifre, o patau e o chincalhão.

Depois de 54 dias no mar, em 22 de janeiro de 1808, o *Príncipe Real* atracou em Salvador – onde se quedaria por um mês, seguindo depois para o Rio de Janeiro. Atrás dele e aos poucos, foram chegando os outros navios. A situação era inesperada, assim como imprevisível era a novidade de uma corte migrada e aportada em sua colônia. Mas a história não é mesmo um exercício do certo. Ainda em alto-mar, D. João recebeu um belo presente do governador de Pernambuco: o brigue *Três Corações* foi ao seu encontro, carregado de mantimentos e muitas frutas tropicais. Entre caju e pitangas, a colônia americana abria as portas para um evento inusitado: receber o seu príncipe português. ○

Colômbia – uma nova realidade*

Ricardo Vélez Rodríguez**

Este trabalho foi escrito ao ensejo da Missão Empresarial à Colômbia, realizada pela Confederação Nacional do Comércio entre 29 de julho e 3 de agosto de 2007 e que levou ao país vizinho uma delegação de 24 pessoas (15 empresários presidentes das Federações de Comércio de vários estados e diretores da CNC, um jornalista de *O Globo*, um representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, seis técnicos do CNC – Sistema Fecomércio/RJ e um representante do Conselho Técnico da CNC). A Missão, chefiada pelo Vice-presidente da CNC e Presidente da Fecomércio do Rio de Janeiro, Orlando Santos Diniz, visitou três cidades: Bogotá, Medellín e Cartagena de Índias, tendo tido entrevistas com ministros de Estado, conselheiros presidenciais, líderes empresariais das Câmaras de Comércio, prefeitos e ex-prefeitos, a Universidade EAFIT de Medellín e representantes dos movimentos sociais “Bogotá como vamos”, “Medellín como vamos” e “Cartagena como vamos”. Foram visitadas as principais realizações sociais do Município de Medellín, outrora as áreas mais violentas da cidade, como a Comuna *Santo Domingo* (equivalente ao “Complexo do Alemão” do Rio de Janeiro).

A Colômbia, literalmente, deu a volta por cima. Isso, após seis anos de mau desempenho

econômico e social, ensejado pelo não equacionamento da problemática segurança interna, decorrente do conflito causado pelo narcotráfico e pela atividade das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. No final dos anos 90 e até o início de 2003, o panorama era de crescimento econômico negativo ou muito modesto, beirando 2% anual. Mas, a partir das políticas públicas anunciadas e postas energicamente em execução pelo governo do Presidente Uribe Vélez, essa difícil situação passou a ser contornada para, progressivamente, ir se firmando um constante crescimento econômico (o índice calculado para este ano é de 6%), que tem acompanhado a progressiva pacificação do país. Esse surto de crescimento tem permitido atender a demandas sociais urgentes, aumentadas por décadas de conflito armado.

A finalidade precípua deste artigo consiste em informar aos leitores acerca das linhas mestras das políticas públicas hoje vigentes na Colômbia, especialmente no que tange ao equacionamento das questões de segurança. Pretende-se, outrossim, traçar um pano de fundo claro da recente história do país andino, a fim de divulgar os aspectos característicos da evolução social colombiana. Busca-se também detalhar a colaboração dos grêmios econômicos

* Transcrito de Carta Mensal, da Confederação Nacional do Comércio.

** O autor é Licenciado em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana de Bogotá (1963). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974). Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro (1982). Pesquisa de Pós-Doutorado realizada no Centre de Recherches Politiques Raymond Aron, Paris (1994-1996). Foi membro do Conselho Editorial da BIBLIEX.

na concretização das soluções que hoje estão sendo postas em marcha, tanto no terreno da segurança pública quanto no que tange ao desenvolvimento econômico e social. Pretende-se, por último, identificar os pontos mais marcantes das atuais relações econômicas, políticas e culturais entre o Brasil e a Colômbia, tanto em nível oficial (convênios e tratados) quanto no terreno das relações entre organizações do setor privado.

Serão desenvolvidos os seguintes itens:

1) Papel da economia colombiana na superação da insegurança causada pela luta armada e a criminalidade;

2) O “Plano Colômbia” – aspectos jurídicos e políticos;

3) Empreendimentos culturais dos municípios como meio para consolidar a pacificação;

4) O papel dos empresários;

5) O papel da Igreja;

6) Riscos e perspectivas.

Papel da economia colombiana na superação da insegurança causada pela luta armada e a criminalidade

Há um ponto central que convém destacar: tanto o setor produtivo quanto o governo chegaram a um acordo, no sentido de que a melhor solução para os desafios sociais consiste em incrementar o crescimento econômico, não em formular políticas assistencialistas. Dentro desse grande consenso devem ser enquadrados os aspectos que mostraremos a seguir.

Os indicadores mostram que na Colômbia ocorre, hoje, o melhor momento para os nossos vizinhos ingressarem no caminho do desenvolvimento sustentado. O quadro geral da economia pode ser ilustrado assim: o país possui um

PIB de US\$ 130 bilhões, com uma população de 42,1 milhões de habitantes, com um PIB/*per capita* um pouco superior a US\$ 3 mil, com um comércio exterior próximo dos US\$ 50 bilhões, equivalentes a 40% do PIB, sendo que a inversão produtiva representa, aproximadamente, 25% do PIB.

O aspecto relevante da dinâmica econômica é constituído pelo fato de que os bons resultados de crescimento são acompanhados por significativas transformações estruturais, orientadas à produtividade.

No que tange ao crescimento, a taxa para 2007 está prevista em 6%, tendo o país alcançado extraordinários 8% nos três primeiros meses deste ano. A tendência expansiva foi observada nos anos recentes (do segundo trimestre de 2003 para cá) e caracteriza-se por se alicerçar na dinâmica do mercado e não em políticas econômicas expansivas ou bonança circunstancial de determinado setor, ao contrário do que tinha acontecido em outras épocas. Esse fato é observável por meio da generalização do crescimento em todos os setores econômicos. De outro lado, o fenômeno apontado explica-se não apenas pelo mercado interno, mas – cada vez com maior ênfase – pela abertura da economia colombiana aos mercados externos.

Outro ponto a ser destacado nesse panorama de incremento do crescimento consiste no fato de ele decorrer, em boa medida, da inversão nacional e estrangeira, o que tem conduzido a Colômbia a se aproximar dos parâmetros internacionais, no que tange à relação entre inversão e PIB.

As transformações da economia colombiana orientam-se no sentido de melhorar as condições competitivas do país. Há um notável incremento das exportações de bens com maior

valor agregado. Hoje, aproximadamente 40% das exportações industriais correspondem a bens de alta e meia tecnologia (contrastando com os 20% que representava esse segmento no início da década passada). Outra transformação importante consiste na maior competitividade interna das empresas, mediante a racionalização de custos, a melhora de serviços prestados aos clientes, o desenvolvimento de novas linhas de produção, o fortalecimento da pesquisa na procura de novos mercados e a preocupação, já apontada, em produzir bens de maior valor agregado. Aos anteriores itens somam-se estes outros: avanço na melhor gestão das empresas, incremento da capacidade de resposta às exigências do mercado, desenho de sistemas de produção mais flexíveis e uso mais intensivo da informática.

Os analistas destacam que está ocorrendo, hoje, na Colômbia, um processo de reindustrialização, que consiste em adaptar o parque industrial de forma a responder, de modo cada vez mais eficiente, aos desafios da competitividade internacional. O crescimento, na década anterior, centrava-se no privilégio, concedido pelo governo, ao setor da construção. Na evolução recente, são as condições de mercado e a dinâmica industrial que puxam, direta ou indiretamente, as outras atividades produtivas. Essa integração exerce um papel fundamental na nova visão, de empresários e governantes, no sentido de estimular o surgimento de cadeias produtivas que ganham mais força a cada dia. A competitividade de qualquer produto é determinada pela ação conjunta de todos os setores que participam de sua produção. A boa dinâmica econômica incrementa a demanda por melhores insumos. A confiança na economia estimula o consumo de bens duráveis, de serviços financeiros e comerciais etc. Essa dinâmica da indústria colom-

biana decorre, em parte, da assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos (que deve ser referendada definitivamente pelo Congresso norte-americano em fevereiro de 2008, tendo chegado os parlamentares mais importantes dos dois partidos a um consenso nos aspectos fundamentais). Sem dúvida de que na concretização desse panorama favorável contribuíram, em muito, a decidida ação do Governo do Presidente Uribe Vélez, no sentido de acelerar a negociação do Tratado com os Estados Unidos, bem como a posição favorável do empresariado colombiano.

O processo de reindustrialização está baseado na competitividade. Isso implica a formulação de medidas econômicas favoráveis a essa nova realidade. No terreno social, esse modelo oferece melhores perspectivas para a população, já que exige altos níveis de profissionalização, melhores condições de saúde, infraestrutura mais adequada e mais moderna, instituições mais eficientes etc. Se dermos uma olhada para os índices das realizações obtidas, observaremos que o desempenho industrial é bastante sólido. A produção e as vendas totais crescem em níveis superiores a 7%, o mercado interno tem um crescimento acima de 5%, a utilização da capacidade instalada atingiu em 2006 um promédio de 81,1%, bem próximo do grau considerado ótimo pelos empresários (de 88%). Ora, esta variável tem aumentado constantemente a partir de 2001 (quando o índice foi de 71,5%).

A economia colombiana vem demonstrando excelente desempenho ao longo dos últimos anos. Em 2003, a taxa de crescimento foi de 3,9%; em 2004, de 4,9%; em 2005, de 5,2%; e, em 2006, de 6,4%. Esse crescimento sustentado deve se manter em 2007, levando em consideração que a dinâmica da economia decorre,

como foi mostrado anteriormente, de uma adequação do sistema produtivo ao mercado no plano internacional, bem como de uma modernização dos processos produtivos, na busca de uma maior eficiência.

Os quadros 1 e 2, que aparecem a seguir, mostram exatamente essa realidade.

O “Plano Colômbia” – aspectos jurídicos e políticos

A eleição do Presidente Uribe Vélez para o período 2002-2006 representou uma mudança significativa da atitude do Estado colombiano em face da guerrilha das FARC, bem como diante da violência desatada pelos narcotraficantes. O novo mandatário recebeu ampla votação, em decorrência do fato de ter se posicionado de maneira clara, com um programa de governo que fazia da luta frontal contra o crime organizado e contra os guerrilheiros o ponto inicial da sua administração. Os colombianos chegaram à conclusão de que sem derrotar os narcotraficantes e os guerrilheiros se tornaria impossível retomar o crescimento econômico, praticamente paralisado no decorrer dos anos 90 e apresentando, no final da década, índices negativos.

A plataforma de governo de Uribe Vélez planejava dar continuidade ao denominado “Plano Colômbia”, que tinha sido concebido no final da gestão Pastrana, mas cuja implementação foi bastante tímida nesse governo. Lembremos que quando foi cogitada a ação internacional de apoio militar à Colômbia, no início da década de 1990, os governantes do país vizinho tentaram obter, inicialmente, apoio da Organização dos Estados Americanos. As coisas não prosperaram por esse caminho, devido ao generalizado temor dos países latino-americanos de se verem arrolados em um conflito que não era deles. O governo

colombiano, ainda na gestão de Andrés Pastrana, viu-se, assim, obrigado a aceitar a ajuda norte-americana, que foi oferecida inicialmente pelo Presidente Clinton.

Uma vez empossado, o Presidente Uribe Vélez deu continuidade ao “Plano Colômbia”, de forma bastante decidida. A ajuda norte-americana (cujo montante ascendia à significativa soma de US\$ 6 bilhões) foi canalizada, inicialmente, para profissionalizar o Exército colombiano, cujos efetivos, no início da década de 1990, chegavam aproximadamente aos 117 mil homens, arregimentados sob a modalidade de recrutamento. Os analistas consideravam que para iniciar uma ofensiva significativa contra a bem armada guerrilha das FARC, que contava com 15 mil combatentes muito bem treinados por mercenários sul-africanos e irlandeses, tornava-se necessário formar um exército profissional e dotá-lo de moderno armamento que lhe desse capacidade de tomar a iniciativa, na complicada geografia dos Andes colombianos, adiantando-se às ações da guerrilha. Os subversivos, a partir da zona de distensão de “El Caguán” (uma área de aproximadamente 40 mil km², no Sudeste da Colômbia, mais ou menos do tamanho do Estado do Rio de Janeiro), planejavam dividir o país em dois, a fim de consolidar o seu poder na metade sul, a partir da qual poderiam conquistar as ricas zonas ocidentais e centro-orientais, onde se encontram as principais cidades e os mais importantes núcleos produtivos. Lembremos que o movimento guerrilheiro contava ainda com os cinco mil homens do Exército de Libertação Nacional, distribuídos em cinco blocos, que se subdividiam em 32 frentes rurais e oito urbanas.

Mas a situação da Colômbia, no final do Governo de Pastrana, em 2002, revelava-se pior,

à medida que o que estava ocorrendo era uma balcanização do país em três áreas de influência: a comandada pelas Auto-Defesas Unidas da Colômbia (AUC) – que contavam com sete mil combatentes –, na parte noroeste, a controlada pelo Estado colombiano, na parte central, ao redor de Bogotá, e a área de influência guerrilheira, situada na parte sul do país. A estratégia das FARC (que, como já foi frisado, contavam com 15 mil homens, distribuídos em 62 frentes de luta concentradas em sete blocos) visava o aumento de sua área de influência, encerrando o governo de Bogotá e entrando em atrito com os paramilitares das AUC (surgidos da reação de criadores de gado ricos contra a extorsão das guerrilhas), a fim de expulsá-los de sua área de influência e consolidar, assim, o domínio dos guerrilheiros, que dariam ensejo a uma República comunista, que se situaria imediatamente sob a influência de Cuba e que já contava com a simpatia de setores importantes da imprensa internacional e de organizações políticas de esquerda, tanto na América Latina como nos Estados Unidos e na Europa.

O desafio militar que se apresentava ao governo de Uribe Vélez não era pequeno. É verdade que durante os três governos anteriores, de César Gaviria, de Ernesto Samper Pizano e de Andrés Pastrana, tinha havido um esforço significativo de modernização da Polícia Nacional, que deu como resultado o desmonte dos dois grandes cartéis das drogas, o de Medellín, que culminou com a morte de Pablo Escobar, em 1993, e o de Cali, que se concretizou com a prisão dos principais *capos*, em meados da década passada. Nesse esforço de modernização da Polícia Nacional, foi de capital importância a ajuda norte-americana, através da DEA, bem como a destemida e eficaz liderança do General Rosso

José Serrano, pertencente aos quadros da força pública colombiana.

O efeito mais importante das reformas policiais consistiu em estruturar a colaboração entre prefeitos e chefes da polícia, com a finalidade de equacionar a segurança pública nas cidades.

É importante mencionar também os esforços desenvolvidos ao longo da década passada e durante os anos recentes pelo Congresso e pelo Judiciário colombianos, no sentido de dotar o Poder Executivo de uma legislação adequada, que lhe permitisse fazer frente aos inimigos da sociedade. No seio do Congresso houve extensos debates acerca da legislação mais conveniente. Seria longo demais relatar aqui todas as medidas relativas a políticas de segurança, que foram aprovadas pelo Legislativo do país vizinho nos últimos 15 anos. Importa mencionar aqui, apenas, a mais eficaz delas, que possibilitou ao governo de Uribe Vélez fazer frente ao crime organizado, desarticulando as suas lideranças: refiro-me, especificamente, ao Tratado de Extradicação de chefes do narcotráfico, assinado entre o governo de Bogotá e o de Washington. Os principais líderes do crime organizado da Colômbia terminaram sendo acusados de tráfico internacional de drogas para os Estados Unidos, tendo sido enquadrados, assim, dentro do mencionado instituto legal. Hoje amargam longas penas em presídios estadunidenses, não significando mais perigo para a sociedade colombiana em geral e para o sistema penitenciário, em particular. Imaginemos o que representaria, para o Brasil, em termos de paz nos presídios e nas nossas cidades, a vigência de uma medida parecida. Como dizia recentemente o vice-presidente da Colômbia, se Fernandinho Beira-Mar fosse prisioneiro colombiano, já estaria estudando inglês (para sempre) em uma prisão federal norte-

americana, tendo sido poupados imensos recursos aos cofres da União e salvando inúmeras vidas que, ao longo da última década, foram ceifadas por ordem desse perigoso meliante.

O Judiciário da Colômbia deu também a sua valiosa contribuição após ter sofrido na própria carne a violência do narcoterrorismo praticado por traficantes e guerrilheiros. Insatisfeitos com os rumos que a administração de Justiça estava tomando, no sentido de um endurecimento significativo das penas para traficantes e guerrilheiros (lembremos que as FARC e os demais grupos guerrilheiros viraram cartéis de narcóticos após a derrubada do Muro de Berlim), houve uma associação entre guerrilheiros e cartéis da cocaína para deter a aplicação, pela mais alta corte de Justiça da Colômbia, das medidas legais aprovadas. Foi assim no final de 1985, guerrilheiros e traficantes tomaram o Palácio da Justiça, em Bogotá, no sanguinolento episódio que resultou no assassinato de praticamente toda a Corte Suprema e uma parte do Conselho de Estado. Após esse terrível golpe contra as instituições, os magistrados colombianos não se deixaram amedrontar e passaram a reformar os institutos jurídicos, com a finalidade de dar maior celeridade ao julgamento de terroristas e narcotraficantes, mediante a adoção de algumas medidas que já tinham dado bons resultados na Itália, como a instituição dos “juízes sem rosto”.

De outro lado, com a ajuda dos fundos do “Plano Colômbia” foram construídas prisões de segurança máxima (onde não entram celulares nem há visitas íntimas, tendo os advogados dos réus concordado em se submeter a medidas preventivas para impedir a criminosa prática dos pombos-correio). O Presídio de Cómbita, no Departamento de Boyacá, é um desses centros de reclusão, que certamente serve de exemplo para os países que quiserem de fato combater o cri-

me organizado. Traficantes e líderes dos grupos armados “morrem de medo” diante do fato de serem presos em um desses presídios de segurança máxima e, também, diante da possibilidade de serem extraditados para os Estados Unidos. Já purgam pena em presídios federais norte-americanos alguns chefões das FARC e dos outros grupos insurgentes, em relação aos quais foi comprovada a participação em quadrilhas que exportam narcóticos.

O “Plano Colômbia” traduziu-se, no terreno da modernização das Forças Armadas, na criação da “Fuerza de Despliegue Rápido” (FUDRA), que constitui a ponta de lança do Exército na sua luta contra os guerrilheiros. É uma unidade criada em 1999 e integrada inicialmente por quatro mil soldados profissionais divididos em três brigadas móveis e uma brigada de forças especiais dotadas do que há de mais moderno em armamento para luta antiguerrilha terrestre e aérea, com helicópteros Black Hawk e MI da aviação do Exército, e aviões de asa fixa de transporte e de combate da Força Aérea Colombiana. Em relação ao que significa a FUDRA no contexto das Forças Armadas colombianas, vale a pena citar a apresentação que o Exército colombiano faz desta força na sua página na internet:

*Su misión es la de realizar operaciones ofensivas de combate contrainsurgente, en forma muy rápida en cualquier lugar del territorio colombiano donde se presente una acción de la guerrilla o de cualquier otro grupo armado ilegal en contra del pueblo colombiano o de sus fuerzas del orden. La Fuerza de Despliegue Rápido es una unidad entrenada y preparada para actuar en las selvas o los llanos, en el páramo o en el desierto, tal como lo reza su lema: *Cualquier misión, en cualquier lugar, a cualquier**

hora, de la mejor manera, listos para vencer. Con esta nueva Unidad Operativa Mayor se complementa la estrategia militar operativa del Ejército y se optimizó la capacidad de reacción que ha permitido desde el momento de su creación una mayor eficiencia en los resultados operacionales, fortaleciendo de esta manera la voluntad y capacidad de lucha de nuestras Fuerzas Militares.

A ajuda da “Fuerza de Despliegue Rápido” foi fundamental para as Forças Armadas da Colômbia começarem a reverter o panorama do conflito interno, em favor do Governo. O Exército colombiano está integrado, atualmente, além da FUDRA, por sete Divisões, uma Brigada de Apoio Logístico, uma Brigada de Aviação e uma Brigada contra narcóticos, constituindo, atualmente, a força terrestre mais bem treinada na América Latina na luta contra-insurgente. A experiência colombiana já começa a se tornar presente no terreno internacional. Nos campos do Afeganistão, os oficiais colombianos ajudam, hoje, no treinamento das forças afegãs. O “Plano Colômbia” garantiu a cobertura do espaço aéreo do país com uma rede de proteção por satélite, que contou, evidentemente, com o auxílio técnico norte-americano. Com sede no Sul do país, na região conhecida como “Três Esquinas”, o Exército começou a monitorar, via satélite, os movimentos das FARC, a fim de se antecipar, mediante o envio da FUDRA, aos lugares aonde se dirigissem os insurgentes, evitando o desfecho de golpes que surpreendessem as Forças Armadas e a população civil. Foi assim que, a partir de 2003, a guerra começou a pender favoravelmente para as forças da ordem. A estratégia do governo de Uribe Vélez consistiu em dar golpes fortes nos guerrilheiros das FARC, a fim de obrigá-los a negociar, como, aliás, já

fizeram outros grupos insurgentes menores (Exército de Liberação Nacional – ELN, por exemplo). O panorama que se desenha para um futuro próximo é o de uma negociação em que os guerrilheiros que não tenham cometido crimes de lesa-humanidade terminarão aceitando as condições de reinserção na vida civil propostas pelo Governo.

Com a finalidade de absorver os elementos provenientes da guerrilha e das autodefesas que depuseram as armas, bem como para desinchar as cidades, que na última década foram literalmente invadidas pelo exército de deslocados pela guerra, (em 2000, chegava a 1.900.000 o número de refugiados), o governo de Uribe Vélez elaborou, com assessoria das Universidades EAFIT, de Medellín, e de Los Andes, de Bogotá, ousado plano de desenvolvimento agrário, o denominado “Proyecto Vichada”, que se concretizará na região que leva este nome, na parte sudeste do país, entre os territórios de Meta, Guaviare, Guainía e Casanare, perto das fronteiras com o Brasil e a Venezuela, na bacia do Rio Orenoco. O mencionado projeto, orçado em US\$ 235 milhões e que conta com o apoio das Nações Unidas, visa ocupar produtivamente 6,3 milhões de hectares do Vichada e parte do Departamento de Meta.

O Projeto em questão busca o desenvolvimento sustentado da área, mediante o reflorestamento com espécies autóctones e a exploração agrícola, visando à recuperação dos recursos hídricos, bem como à produção de biodiesel, a partir de plantas nativas como a palma africana, o pinho caribe, o marañón e o jatropha. Seriam montadas indústrias não contaminantes que venderiam créditos de carbono a produtores europeus e norte-americanos que se somassem ao Projeto.

A iniciativa do Governo colombiano será centralizada na fundação de uma nova cidade, uma espécie de “capital ecológica” que levará o nome de “Marandúa” e que, com 60 mil habitantes, terá a capacidade de gerar 12 mil empregos. A proposta de Uribe Vélez já conta com apoio do Brasil (por intermédio de empréstimo concedido pelo BNDES) e de multinacionais como o Morgan Chase, Cargill, Acciona etc.

Um último aspecto a ser lembrado na política de pacificação de Uribe Vélez. Foi adotado o modelo brasileiro do “Bolsa Escola”, a fim de tirar da pobreza os 10 milhões de colombianos mais pobres. A experiência colombiana completou de forma admirável os propósitos da iniciativa brasileira. Foram efetivamente cadastradas todas essas pessoas, mediante o auxílio da computação (cada monitor do programa cataloga, no seu *palm*, 100 famílias, que são monitoradas uma vez a cada mês). Para a família se tornar beneficiária da continuidade do programa, deve preencher 54 condições, que são rigorosamente testadas pelos respectivos monitores. O dinheiro é depositado na conta da mulher responsável de cada família. Quem não se adaptar – e esses casos são a minoria – sai do sistema de auxílio. Os itens obrigatórios vão desde enviar as crianças todos os dias à escola, ter em dia as vacinas, até (o adulto chefe de família) freqüentar algum curso ou atividade de capacitação. O programa está desenhado para durar quatro anos. A finalidade é estimular a saída dessas pessoas da linha de pobreza. Algo muito diferente do assistencialismo fácil que não exige nada dos beneficiários, tornando-os simples dependentes do favor oficial. Impressionou os membros da Missão a clareza conceitual e as respostas do Alto Conselheiro Presidencial para Ação Social, Luis Alfonso Hoyos Aristizábal, sob cuja responsabilidade está este programa.

Empreendimentos culturais dos municípios como meio para consolidar a pacificação

O governo de Uribe Vélez enfrentou sérias restrições dos países europeus ao acolher o “Plano Colômbia”. No entanto, a posição dos governantes colombianos terminou gerando, no terreno internacional, um “círculo virtuoso” de políticas públicas inteligentes na área social, ao deixar claro para a opinião pública mundial que as políticas adotadas não pretendiam a repressão pura e simples contra os narcotraficantes, os paramilitares e as guerrilhas, mas que buscavam, ao mesmo tempo, equacionar a aguda problemática humanitária, com ações que não acabassem no assistencialismo de curto prazo, mas que integrassem as populações carentes ao ciclo do desenvolvimento e da participação cidadã.

Os governos municipais das cidades mais atingidas pela violência (Bogotá, Medellín, Cali, Cartagena e outras) partiram para a realização de políticas públicas preventivas da violência na área cultural. Há uma nova geração de governantes municipais, que mal ultrapassa a casa dos 35 anos, a maior parte deles não filiada aos partidos tradicionais. Em Bogotá foram criadas cinco grandes bibliotecas populares nas regiões mais violentas da cidade. Os índices de criminalidade caíram visivelmente ao longo dos últimos seis anos. Essa grandiosa obra contou com o apoio do Banco Mundial e do BID. A Biblioteca Virgílio Barco, no parque El Salitre, em Bogotá, por exemplo, é uma verdadeira instituição de democratização da cultura. O prédio, do tamanho do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, foi encomendado ao grande arquiteto colombiano Rogelio Salmona, que realizou um arrojado projeto inspirado na arquitetura colonial espanhola. A Biblioteca El Salitre, servida pelo sistema de ônibus integrado (Transmilenio), pode atender, de graça, em

qualquer dia da semana, mas especialmente aos domingos e feriados, mais de cinco mil pessoas. Há belíssimas salas de leitura, além de brinquedotecas para as crianças, salas de multimídia, grande espaço reservado aos serviços de internet banda larga, lanchonete, restaurante, tudo em um grande campo verde onde as pessoas mais pobres podem ter lazer de qualidade (com lago para barcas, alamedas para passear e quadras de esporte emolduradas pela bela paisagem do altiplano andino). Isso em um país mais pobre que o Brasil.

Nas últimas semanas de março de 2007, os governadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais viajaram à Colômbia, a fim de observar a forma pela qual as autoridades do país vizinho estão ganhando a guerra contra a criminalidade, notadamente a de menores (recordemos que em Medellín, cidade rudemente castigada pela violência das gangues de jovens a serviço do narcotráfico, das milícias ou da guerrilha, havia perto de 500 dessas organizações criminosas no final dos anos 80). Empolgado com os resultados observados, o governador do Rio fez declarações à imprensa, no sentido de que poria em execução políticas públicas semelhantes às adotadas no país andino, especialmente no que diz respeito ao transporte massivo em áreas faveladas. O governador do Rio impressionou-se, e com razão, com o sistema de *metro cable*, um bondinho (com tecnologia francesa) que comunica as áreas mais carentes das comunas (ou comunidades faveladas) do oriente da cidade, com o belo e moderno metrô que serve a Medellín. Vale a pena lembrar o que os governantes locais, com apoio do governador do Departamento de Antioquia e do Governo Nacional, conseguiram em termos de democratização da cultura, de forma semelhante ao que foi realizado em Bogotá.

O Prefeito de Medellín, Sergio Fajardo (um jovem professor universitário que nunca

tinha participado de política partidária), fez da educação o centro da sua gestão. Sob o princípio de “Medellín, la (ciudad) más educada”, dirige obstinadamente a administração, com o objetivo de criar uma rede de ensino de primeiro mundo no seu município.

É evidente a preocupação do prefeito em dotar a cidade de parques e jardins em todos os bairros, para que a população possa desfrutar da cidade como do seu melhor espaço. Uma das regiões mais deprimidas de Medellín, o Jardim Botânico (que ficava vizinho à zona de prostituição, no lugar conhecido como “Lovaina” e “La curva del bosque”, onde há 10 anos era corriqueiro encontrar cadáveres desovados pelos traficantes e guerrilheiros), tornou-se hoje cartão postal de Medellín. Foi criado um belíssimo espaço onde acontece a feira das flores e a exposição nacional de orquídeas. Convênio entre a administração do Jardim Botânico e as escolas do município permite às crianças conhecerem as espécies de plantas nativas e terem as suas aulas de ciências naturais ao ar livre. Já foram postas em serviço, em Medellín, as três primeiras Bibliotecas Populares. No decorrer deste ano, serão inauguradas outras duas. Parece que o governo da cidade não mede esforços financeiros para bancar essas obras de grande envergadura. É uma aposta política decidida: combater a violência com a efetiva democratização da cultura. Essas obras são financiadas mediante parcerias entre os Governos Departamental, Nacional e Municipal, com empresas nacionais e ajuda de governos estrangeiros (o da Espanha, principalmente). Há também, como no caso de Bogotá, contrapartidas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Artistas de renome, como Fernando Botero, têm dado uma contribuição inestimável: o grande pintor colombiano doou, há cinco anos, um museu inteiro,

repleto com as suas obras, à cidade de Medellín. É o famoso Museu Botero, que funciona em um belo prédio público, *art déco*, que durante décadas serviu de sede à prefeitura municipal. Diríamos, portanto, que a decisão de combater a violência com cultura é uma opção da sociedade colombiana, não apenas do Governo.

A primeira grande biblioteca, em Medellín (nos moldes da Virgílio Barco de Bogotá), foi inaugurada há sete meses. Fica situada no bairro San Javier (na região ocidental da cidade), incrustado na perigosíssima “Comuna 13” (núcleo de bairros de classe média e popular, bem como de incontáveis favelas, algo semelhante ao conjunto da Rocinha, no Rio), onde, há seis anos, as Forças Armadas e a polícia travaram uma batalha que durou várias semanas, até que expulsaram as milícias das FARC, bem como os paramilitares, que tinham se infiltrado e que aterrorizavam a população.

Testemunhos dos moradores do bairro San Javier, em Medellín, registram que as comunidades situadas nos arredores do Centro Cultural mudaram os hábitos de lazer, no sentido de abrir espaço para atividades do espírito (apreciação musical, teatro, cinema, concertos de música clássica, leitura, oficinas de criação literária etc.). Já as estatísticas policiais mostram que houve uma forte queda nas taxas de criminalidade, não apenas por força do policiamento ostensivo e porque foram presos os líderes das gangues urbanas, mas também porque os jovens encontram um espaço bem atendido para desenvolver a sua curiosidade intelectual.

No final de fevereiro foi inaugurada em Medellín a segunda Biblioteca Popular, nos moldes da Virgílio Barco de Bogotá. Trata-se da Biblioteca e do Centro Cultural e Esportivo de La Ladera, construídos onde antes havia uma penitenciária, desativada na década de 1970. As re-

ações dos moradores dos bairros beneficiados pela nova biblioteca são semelhantes às que tiveram os vizinhos da Biblioteca San Javier: sentem-se orgulhosos por terem conquistado um espaço comunitário amplo e bonito, que possam frequentar com as suas famílias, ao longo da semana e nos feriados.

Acaba de ser colocada em serviço a terceira grande obra, o Parque Biblioteca Espanha, situada, como as outras duas, em uma área pobre, o bairro Santo Domingo, outrora controlado pelas FARC. Os reis da Espanha inauguraram essa magnífica biblioteca, que constitui uma verdadeira jóia arquitetônica. A Missão Empresarial teve a oportunidade de visitar essa grandiosa obra. Impressiona a limpeza das instalações, o caráter moderno das mesmas (dotadas do que de mais avançado há em computação, com terminais de banda larga para os leitores, que são em sua maioria crianças do bairro, bem como mães de família que comparecem à bem sortida brinquedoteca para acompanhar os filhos menores). Os membros da Missão ficaram impressionados e comovidos ao observar a alegria das crianças na saída do colégio, todas bem uniformizadas e com expressão de satisfação pela qualidade da educação que recebem.

O sistema de bibliotecas de todas estas comunidades está integrado, em Medellín, à Biblioteca Pública Piloto, que possui uma base de dados completa acerca dos acervos das 38 bibliotecas populares da cidade, de forma a melhor servir às comunidades, mediante um sistema eficiente de empréstimo de livros entre as várias unidades. Cada morador pode levar, para consulta, até três obras. Impressionou os membros da Missão, outrossim, observar as crianças em idade escolar fazendo os seus deveres na Biblioteca Pública do bairro, com a ajuda dos bibliotecários e dos monitores.

Uma última observação em relação às políticas culturais. As universidades colombianas estão definitivamente engajadas na discussão das propostas efetivadas pelos governos nacional, departamentais e municipais, em face da procura da paz e do desenvolvimento econômico. As publicações das pesquisas realizadas são hoje leitura obrigatória, nos centros de estudos internacionais pelo mundo afora. Basta observar a prateleira de uma grande livraria como a Leonardo da Vinci, no Rio de Janeiro, para ver que, dentre as publicações internacionais relativas a esses assuntos, sobressaem as edições de obras colombianas, ao lado dos trabalhos de estudiosos norte-americanos e europeus. Hoje os principais centros de estudos sobre as questões da paz e da construção da sociedade civil nas cidades são constituídos pelas seguintes universidades: Nacional da Colômbia (Bogotá e Medellín), Javeriana (Bogotá, Medellín e Cali), Externado (Bogotá), de Los Andes (Bogotá), de Antioquia (Medellín), Bolivariana (Medellín), EAFIT (Medellín e Pereira) e El Rosário (Bogotá). Vale a pena mencionar também o avanço que a Colômbia tem experimentado, ao longo dos últimos cinco anos, no que tange à estruturação do ensino a distância, na modalidade *on-line* (de cursos de graduação e de pós-graduação). Exemplo dessa nova realidade é a Universidade Católica del Norte, sediada em Santa Rosa de Osos (Antioquia), que constitui um centro equiparável aos de melhor nível da escala mundial, nessa forma de ensino, que constitui uma verdadeira revolução no que concerne à democratização do conhecimento.

Podemos tirar algumas conclusões em relação a estas realizações dos governos de Bogotá e Medellín, não nos circunscrevendo apenas à questão da democratização da cultura, mas colocando

este item no contexto mais amplo da construção de um ambiente de estímulo ao trabalho, à produtividade e à segurança cidadã, que pressupõe o combate ao crime organizado:

a) É necessário enfrentar com coragem a violência praticada pelos criminosos, nas nossas cidades, inclusive a efetivada por menores, de forma a punir quem efetivamente cometeu crimes. Para isso, torna-se imperativo revisar a velha legislação, que não se adapta mais às agressivas condições das sociedades contemporâneas. Em Medellín e em Bogotá, a criminalidade de menores foi rigorosamente atacada, segregando do convívio social as lideranças mais perigosas. Os padres salesianos estão dando uma ajuda preciosa aos governos municipais, com a manutenção dos seus *talleres* (oficinas), que recuperam e capacitam jovens infratores.

b) Como a violência, nos nossos países, não se circunscreve apenas à criminalidade dos menores, antes encontra-se inserida no círculo maior da criminalidade ensejada pelo narcotráfico e outras modalidades de crime organizado, é necessário passar à opinião pública, por parte das autoridades, a sensação de que a lei é aplicada com rigor e que abarca, sem exceções, a todos os cidadãos. Os ex-Prefeitos de Bogotá, Antanas Mockus e Enrique Peñalosa, bem como o atual Prefeito de Medellín, Sergio Fajardo, deram aos membros da Missão Empresarial um testemunho muito objetivo da forma com que agiram para colocar término às ações criminosas. Escolheram, de entrada, no início das suas gestões, os lugares mais conturbados das respectivas cidades, a fim de expulsar deles os traficantes e os contatos que os guerrilheiros e as autodefesas tinham ali inserido. Em Bogotá foram ocupados, em operativos eficientes da Força Pública e do Exército, os perigosos enclaves de “El Cartucho” e de “San Victorino”. Os meliantes

foram colocados atrás das grades e os guerrilheiros que opuseram resistência foram mortos. Uma vez desarmados esses lugares, procedeu-se à ocupação cívica, mediante a construção das bibliotecas, de colégios e dos parques recreativos. Algo semelhante aconteceu na perigosa “Comuna 13” de Medellín. Um dado interessante foi ressaltado pelos administradores públicos entrevistados: todas as obras de caráter social passaram a ser executadas em tempo recorde, com prazo de até 120 dias, com a finalidade de que as comunidades percebessem que a presença do Estado veio rapidamente para ficar. Junto com as bibliotecas e os parques recreativos, foram instaladas cabines permanentes da Polícia Nacional em todas essas localidades.

No plano nacional, um dos pontos-chave da administração do Presidente Uribe tem sido a preocupação com tornar presente e operativa a Polícia Nacional em 100% dos municípios colombianos. Até o início da gestão do atual presidente, a polícia estava ausente em, pelo menos, 40% dos municípios colombianos, dando à população a grave sensação de abandono por parte do Estado.

c) Paralelamente à ocupação do espaço público pela cultura, pela educação e pela polícia, em todas as comunas mais pobres de Medellín foram instaladas agências do Mega-Banco, um banco popular financiado pela municipalidade e pelos empresários, que tem como finalidade estimular o surgimento da pequena empresa entre os habitantes dessas localidades. Os empréstimos, de forma rápida, são aprovados com juros brandos (de 11% ao ano). O sucesso desse empreendimento é evidente: no conjunto Santo Domingo são visíveis os pequenos comércios, bem como a satisfação das pessoas.

Os membros da Missão tiveram oportunidade de dialogar longamente com os habitantes desses bairros e de constatar a firme-

za das ações empreendidas pela iniciativa privada e pelo poder público.

d) Nos lugares mais ermos foram feitas obras de infra-estrutura, a fim de garantir o fácil acesso das comunidades ao sistema de transporte público. O caso mais marcante, neste item, é o do *metro cable*, um bondinho com tecnologia francesa que transporta rapidamente os habitantes do conjunto Santo Domingo, do alto do morro até a estação mais próxima do metrô, em um percurso de quatro quilômetros.

Os membros da Missão tiveram oportunidade de viajar nesse veículo limpo e ágil. O preço das passagens é cobrado, dos moradores, de forma a não onerá-los demais. Existe um preço subsidiado das passagens para esse trecho do percurso. O *metro cable* começa a funcionar às 4h da manhã, para que os primeiros passageiros possam tomar o metrô, que inicia atividades às 4h30min. O período de funcionamento estende-se até 11h da noite. Lembremos que esta obra foi bancada integralmente pelo Município de Medellín, mediante o sistema de Parcerias Público Privadas, com a colaboração dos empresários locais.

e) Deve ser revisada a legislação em torno da progressão penal. Assassinos não podem ser libertados antes de terem cumprido a totalidade da pena. É um acinte para a sociedade ver criminosos que estupraram e mataram serem libertos após cumprirem 1/6 da pena. Essa legislação precisa ser mudada. Não fazê-lo é desacreditar todo o edifício da lei e da governabilidade. A adoção de um regime prisional eficaz, que torne os criminosos de alto nível praticamente incomunicáveis, é necessária. É evidente o conforto que a sociedade colombiana experimenta, após a adoção de uma legislação penal mais rigorosa.

f) É imperativa a adequada preparação das forças policiais, para que possam enfrentar com inteligência e armamento moderno o crime organi-

zado e prender os grandes chefes. Sem fazer isso, qualquer ação social é fadada ao fracasso. Deve-se discutir, com clareza e abrangendo as forças vivas da sociedade, o papel das Forças Armadas diante desse novo desafio. Hoje, na Colômbia, está claro que, quando o crime organizado põe em perigo as instituições (como no caso do narcoterrorismo), é dever das Forças Armadas intervir e dar apoio às forças policiais, as quais, por sua vez, possuem unidades especializadas no combate ao crime de grandes proporções.

g) Por último, os governantes devem entender que investimento em educação e cultura é algo diretamente relacionado com a procura da paz. Deveriam ser visados amplos projetos de criação de centros de cultura e lazer nas áreas mais perigosas das cidades. No caso das bibliotecas públicas colombianas, esses projetos estiveram, desde o início, em íntima vinculação com os serviços de transporte massivo urbano. No Brasil, é pena ver que, nestes tempos de cinismo burocrático, o primeiro item a ser contingenciado na execução orçamentária é o relativo à educação e à cultura. De outro lado, observamos que, em cidades como Rio de Janeiro, por exemplo, são poucos os investimentos para humanizar o sistema de transporte massivo urbano: se os trens dos subúrbios tivessem experimentado toda a dedicação que os planejadores urbanos tiveram para com a construção de viadutos e obras na zona sul, haveria, certamente, menos violência na cidade.

O papel dos empresários

É evidente, na nossa tradição patrimonialista latino-americana, que viu surgir o Estado como hipertrofia de um poder patriarcal originário, a presença toda-poderosa do Governo na formulação das políticas econômicas. Raramente são escutados, na elaboração e realização das políticas econômicas, os

grêmios de industriais, produtores rurais e homens de negócios. Isso no Brasil tornou-se moeda corrente, ao ensejo da modernização do Estado no contexto autoritário do getulismo. O “equacionamento técnico dos problemas” pelo Executivo hipertrofiado confinava a sociedade a ser um simples ator passivo, que recebia as políticas públicas formuladas de cima para baixo. A tradição positivista da segunda geração castilhistas, à qual pertencera Getúlio, pesou muito nessa realidade.

Na Colômbia, a forte presença, já desde o século XIX, das idéias liberais levou a que os grêmios fossem consultados pelo Governo, no momento de definir políticas econômicas, em que pese a evidente hipertrofia do Executivo sobre os outros poderes, típica da nossa tradição ibero-americana. A respeito da forte presença dos empresários na formulação e gestão das políticas econômicas, escreve o historiador colombiano Carlos D’ávila:

O desempenho econômico colombiano sobressai no contexto latino-americano pelo controle prudencial da economia por parte de um grupo de empresários e tecnocratas bem qualificados que, ao longo do século XX, evitaram as hiperinflações, os profundos déficits fiscais e o excessivo endividamento externo.

O modelo de modernização do Estado, no terreno da formulação de políticas econômicas, foi de cunho não autoritário e se concretizou nas reformas desenvolvidas pelo Partido Liberal, ao longo dos anos 30 do século passado, notadamente na gestão de Alfonso López Pumarejo (entre 1934 e 1938). Essa tradição se manifestou em uma constante reivindicação dos grêmios empresariais para tomar parte na formulação das políticas econômicas, o que, de praxe, passou a se denominar de

“concertación”. A propósito desse fenômeno, escrevia o estudioso Daniel Pécaut: “Entre os empresários, na Colômbia, bem como entre os outros grupos econômicos, observa-se a tendência a reivindicar uma forte autonomia de decisão e a defender o esquema liberal de desenvolvimento.”

Há na Colômbia, atualmente, perto de 200 grêmios econômicos. Mas os principais deles são os seguintes: Asociación Nacional de Industriales y Empresarios (ANDI), Federación Nacional de Comerciantes (FENALCO), Asociación Bancaria y de Instituciones Financieras (ASOBANCARIA) e Sociedad de Agricultores de Colômbia (SAC). Estas quatro entidades representam 60% da produção colombiana. Agrupam-se, hoje, no Consejo Gremial Nacional, que toma parte ativa, junto ao governo, na negociação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e com o Canadá, bem como nas negociações que dizem relação à posição dos grêmios nos diálogos de paz com a guerrilha e as autodefesas. Os restantes grêmios são menos poderosos, mas não por isso deixam de ter importância. Alguns deles são caracterizados pela sua capacidade de negociação e de reivindicação em face do Estado colombiano. Podem ser mencionados os seguintes: Federación Nacional de Avicultores (FENAVI), Federación de Ganaderos (FADEGAN), Asociación Nacional de Exportadores (ANALDEX), Federación Nacional de Cafeteros, Sindicato Antioqueño, Comité Intergremial del Atlántico etc.

Tem sido muito atuante, portanto, o papel dos grêmios, em relação à busca de soluções para o conflito armado, tanto no que se refere à participação dos empresários nos grupos de negociação com as partes em pugna quanto no relativo à efetivação de estudos sobre a problemática da violência. São vários os grêmios (como, por exemplo, a ANDI e

FENALCO), que possuem centros de pesquisa e de monitoramento das ações do Governo e dos grupos armados e que oferecem subsídios aos negociadores oficiais e da sociedade civil.

A atitude ativa dos grêmios econômicos tem sido traduzida nas iniciativas civis em prol de estimular a participação cívica a nível municipal. Os movimentos “Bogotá como vamos”, “Medellín como vamos” e “Cartagena como vamos” são expressão dessa dinâmica social. Cada um desses movimentos é apoiado pelos empresários vinculados à respectiva Câmara de Comércio, pela Imprensa, pelas universidades, pelos intelectuais e profissionais liberais. O movimento “como vamos” visa informar regularmente a sociedade acerca dos problemas mais fortes que a municipalidade enfrenta nos terrenos de violência, de transporte, de educação, de saúde etc. Como tem o apoio da imprensa local, os resultados são divulgados por esse veículo. Nos 10 anos de funcionamento do movimento “Bogotá como vamos”, os estudos do mesmo são praticamente pautas de ação para os atuais mandatários municipais e constituem um roteiro para os programas dos candidatos às futuras eleições. Algo semelhante ocorre em Medellín.

O papel da Igreja

É tradicional o papel de moderação exercido pela Igreja Católica em face do conflito armado. Distanciada das benesses do poder, em decorrência da reforma da concordata entre o Estado colombiano com a Santa Sé, ocorrida ao ensejo da nova Constituição de 1991, a Igreja Católica permaneceu como reserva moral dos colombianos, tendo se distanciado, de maneira prudente, ao mesmo tempo da corrente da “Teologia da Libertação”, como daqueles segmentos tradicionalistas, saudosos do antigo clericalismo. A Igreja tem atuado, jun-

to com os grêmios econômicos, como mediadora no conflito. Em decorrência da agressividade que, nos últimos anos, passou a praticar a guerrilha, seqüestrando inúmeros empresários, aumentou a participação mediadora da Igreja. Hoje ela representa peça-chave na pacificação, sendo respeitada a sua presença tanto pelo governo quanto por parte da sociedade civil e pelos atores armados.

Prova desse grande valor moral da Igreja na sociedade colombiana é a carta endereçada por um dos grupos guerrilheiros mais antigos, o ELN, à Conferência Episcopal, em 2004: vale a pena citar a parte central desse documento:

Nos hacemos presentes en este importante evento para manifestar nuestro reconocimiento a la Iglesia por la labor desempeñada y su disposición a construir salidas a la crisis humanitaria que padecen los pobladores de la Sierra Nevada de Santa Marta, así como por su preocupación en obtener la liberación de los extranjeros retenidos. Resaltamos también la contribución de la iglesia en la búsqueda de la paz a través de la participación en organismos de conciliación y facilitación, de carácter permanente y/o temporales para la solución del conflicto, como son la Comisión de Conciliación Nacional, la Comisión Episcopal de seguimiento del proceso con el ELN, la participación en la Comisión de Facilitación Civil, la Comisión para la búsqueda de un acuerdo humanitario con las FARC, entre otras. El ELN valora altamente la postura en contra de las guerras que ha asumido la Iglesia Católica en el mundo, como mandato del Papa y su valioso aporte en la consecución de la paz. En la construcción de la paz la Iglesia enseña cuando reconoce sus errores pasados y se propone rectificar sus comportamientos futuros.

A posição das autoridades eclesiásticas tem sido clara, no sentido de mostrar o caráter evangelizador da Igreja, bem como o seu compromisso inarredável

com os direitos humanos e o respeito às instituições de direito. Recente mensagem do Presidente da Conferência Episcopal Colombiana, Dom Augusto Castro, com motivo da reunião do CELAM em Aparecida – São Paulo, não deixou dúvidas a respeito dessa posição pastoral e moderada. Frisou o arcebispo colombiano em 15 de maio deste ano:

O continente latino-americano vai crescendo economicamente. Mas este crescimento não se traduz em desenvolvimento que inclua, integral e equitativo. Portanto, é indispensável que reafirmemos nossa opção pelos pobres. Mas esta opção não basta. Devemos optar também pela evangelização do mundo político, do mundo empresarial, do mundo dos capitais para que nestes mundos penetre o sentido ético como solidariedade com o outro em necessidade. A Igreja na Colômbia trabalha sem descanso, não a partir da política, mas do Evangelho, para alcançar a paz nos corações, nas famílias, na nação toda. Esperamos da Aparecida uma luz solidária que nos guie.

Riscos e perspectivas

O panorama da colaboração entre o Brasil e a Colômbia é altamente positivo. Em matéria de violência protagonizada pelo narcotráfico e na tentativa de superá-la, os nossos vizinhos têm experiência bastante aprofundada que, sem dúvida, nos ajudará a encontrar caminhos para vencermos um desafio semelhante. A guerra do narcotráfico não chegou ao Brasil ao acaso. Foi operação friamente planejada pelos que financiam, em nível global, o comércio de estupefacientes, que é, depois do mercado do petróleo, o que mais dinheiro movimenta no mundo, sendo calculado o montante das transações por conceito de narcóticos em uma soma que se aproxima dos US\$ 500 bilhões anuais.

A partir do final da década de 1980, em decorrência do combate que os governos andinos

iniciaram contra o narcotráfico, a máfia italiana, que tinha investido somas vultosas no ciclo de produção e comercialização de narcóticos, decidiu deslocar o eixo de produção para a costa leste da América do Sul, com as conseqüências que todos conhecemos: progressivo estabelecimento, no Brasil, de laboratórios para refino de cocaína – o mercado do *crack* nas cidades brasileiras cresceu à medida que o refino foi se expandindo – e consolidação das redes de distribuição de estupefacientes para os Estados Unidos e a Europa, a partir dos portos e aeroportos brasileiros. O encastelamento dos traficantes cada vez mais armados, nos morros cariocas, recebeu uma ajuda expressiva do populismo ensejado no “socialismo moreno” apregoado por Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, que impedia a polícia de entrar nos santuários do crime organizado. Daí para a organização dos exércitos da morte que desafiam as autoridades foi apenas um passo. Etapas semelhantes, ao amparo do populismo irresponsável, deram-se em São Paulo, onde a simples contravenção do bicho ensinou o aparecimento das empresas do crime organizado, centralizadas no Primeiro Comando da Capital, com os resultados que são sobejamente conhecidos de desagregação do tecido social e império do crime, que encurrala cada vez mais os cidadãos honestos.

Qual seria o maior risco que hoje corre a Colômbia, em face da luta travada pela sociedade e o Estado contra guerrilheiros, narcotraficantes e paramilitares? A pior coisa que poderia acontecer seria uma recaída no vício do populismo fácil, do qual já foi refém. Passar a considerar o Estado como quintal da própria casa para beneficiar amigos e apaniguados, sem levar em consideração a perspectiva do bem comum, nisso consiste o pior risco que pode assombrar os colombianos. Risco que parece afastado, de momento, dados os índices de aprovação que os cidadãos do vizinho país dão ao

Presidente Alvaro Uribe Vélez, um governante que decidiu fazer o dever de casa, em matéria de segurança cidadã e de desenvolvimento econômico.

Indaguemos, para terminar, quais seriam as perspectivas de colaboração entre o Brasil e a Colômbia, na luta que preocupa ambos os países contra o crime organizado e em prol do amadurecimento das instituições democráticas.

O ponto central que poderíamos destacar seria o da institucionalização da troca de experiências entre os dois países, não apenas no plano governamental, mas também garantindo essa troca entre instituições da sociedade civil, notadamente aquelas voltadas para a pesquisa, a cultura e a educação.

Ora, nesses terrenos, já foi bem mais aberto o panorama. Na década de 1970 havia convênios de intercâmbio cultural e educativo entre o Brasil e a Colômbia, que garantiam aos nossos estudantes a possibilidade de cursarem os seus estudos no país vizinho, de forma semelhante como colombianos podiam fazer os seus cursos no Brasil. Dessa colaboração surgiram múltiplas iniciativas, não apenas nos terrenos dos intercâmbios culturais e educativos, mas também no que concerne à transferência de tecnologia. Apenas para citar dois exemplos, o modelo de corredores de ônibus estabelecido em Curitiba, nos anos 80 do século passado, inspirou o moderno sistema de *transmilenio* hoje vigente em Bogotá. E a experiência brasileira na construção dos metrô do Rio e São Paulo foi de grande valor para a adoção desse sistema de transporte massivo em Medellín.

Deveria ser revitalizado um tratado de troca de experiências, nos terrenos da ciência, tecnologia, cultura e educação entre os dois países. Isso nos possibilitaria uma melhor compreensão da experiência colombiana em áreas específicas, como a relativa ao combate à violência. Lembremos que, neste ponto específico, as instituições colombianas

contam com excelentes centros de pesquisa, tanto nas universidades quanto nos grêmios econômicos.

A situação de violência experimentada hoje nas grandes cidades brasileiras assemelha-se muito às circunstâncias já vividas pelos colombianos nas décadas de 1980 e 1990. O combate à ação dos cartéis da droga ganhará uma orientação firme, no Brasil, se levarmos em conta os passos que foram dados pelos governantes colombianos, na sua luta de decênios contra os narcoterroristas. Notadamente pela preocupação que tem sido uma constante entre os nossos vizinhos, como combater a criminalidade preservando as instituições democráticas e um modelo de desenvolvimento liberal, alicerçado no mercado.

É muito importante o que está acontecendo hoje, no Brasil, com os novos governadores dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais visitando *in loco* as cidades colombianas, a fim de ver de que forma os nossos vizinhos conseguiram derrotar o crime orga-

nizado e garantir para os cidadãos condições de vida mais seguras. A iniciativa da Confederação Nacional do Comércio, no sentido da Missão que organizou para visitar algumas cidades colombianas, insere-se nesse esforço patriótico em prol da busca de soluções realizáveis, porquanto efetivadas no estudo de um contexto semelhante ao brasileiro.

O ponto mais concreto em que se pode dar a colaboração entre o Brasil e a Colômbia, em matéria de pacificação das nossas cidades, centra-se, sem dúvida, na experiência municipal de “Como vamos”. O movimento “Bogotá como vamos”, bem como o seu homólogo de Medellín, está inspirando iniciativas semelhantes em cidades brasileiras, como Rio e São Paulo. Muito haverá, certamente, a aprender das experiências colombianas a respeito. Afinal de contas, a Colômbia é o nosso vizinho e as soluções ali ensaiadas são muito mais fáceis de adaptar à realidade brasileira do que as soluções tentadas em outros continentes. ☺

Notas

¹ Cf. ANDI, Balance del 2006 y perspectivas para el 2007. Bogotá:ANDI, 2007.

² Cf. SERRANO, Rosso José, *Jaquemate*. Bogotá: Editorial Norma, 1999. A reforma da polícia ocorreu em três etapas: reestruturação cívica (1993), contra-reforma ensejada pela reação da cúpula policial (1995) e consolidação das mudanças ao ensejo do Plano de Segurança Democrática do Governo de Uribe Vélez (2003). Cf. A propósito, CASAS DUPUY, Pablo. *Reformas y contrarreformas en la policía colombiana*. In: RANGEL SUÁREZ, Alfredo (org.), *Seguridad urbana y policía en Colômbia*. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia, 2005, p. 1-80.

³ É importante destacar que tanto a Constituição de 1991 como as reformas dos corpos policiais efetivadas entre 1993 e 2003 atribuem aos prefeitos (alcaldes) as responsabilidades de preservação da ordem pública nos seus municípios, sendo eles os chefes naturais da Polícia Nacional nas suas circunscrições.

⁴ A partir de “El Cartucho”, vizinho do Palácio Presidencial, no centro de Bogotá, os guerrilheiros das FARC dispararam morteiros contra o Presidente Uribe Vélez, no dia de sua posse, em 7 de agosto de 2002. Esse lugar era um perigoso enclave de guerrilheiros e narcotraficantes, onde a polícia não entrava, como acontece em não poucos lugares das nossas grandes cidades.

⁵ Cf. TIRADO MEJÍA, Alvaro. *Introducción a la historia económica de Colombia*. 2a. Edição. Bogotá: Universidad Nacional, 1972.

⁶ Cit. por CEPEDA ULLOA, Fernando. In: *Fatores de força na Colômbia*, Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília, (janeiro/março 2007), p. 68.

⁷ PÉCAUT, Daniel. *Política y sindicalismo en Colombia*, Bogotá: La Carreta, 1973, p. 34.

⁸ Disponível em <http://www.eln-voces.com/Correo_del_Magdalena/mensajeELN.html> (Acesso em 8/7/2007).

⁹ Disponível em <http://br.celam.infoindex2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=204> (Acesso em 8/7/2007).

¹⁰ A respeito das etapas percorridas pelo narcotráfico no Rio de Janeiro, cf. os nossos estudos: “Violência e narcotráfico no Rio de Janeiro: Perspectivas e impasses no combate ao crime organizado”. In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 586 (janeiro 2004), p. 7-70, e “The Sociological Dimension of the Drug Traffic in the Favelas of Rio de Janeiro”. In: Else VIEIRA (org.), *City of God in several voices – Brazilian Social Cinema as Action*. Eastbourne- England: CCCP – Nottingham University Press, 2005, p. 166-173.

- ¹¹ Entre 1970 e 1990, foi publicada, em Medellín, com apoio do Cônsul Honorário do Brasil nessa cidade, da Embaixada brasileira em Bogotá e de empresas colombianas e brasileiras, a Revista trimestral *Brasil-Colômbia*, que era distribuída em centros de estudo e entidades empresariais em ambos os países. Essa é uma iniciativa que poderia ser revitalizada.
- ¹² Vale a pena mencionar os centros de pesquisa sobre a violência existentes nas Universidades Nacional de Bogotá, de Los Andes (Bogotá), Externado de Colombia (Bogotá), EAFIT (Medellín) e de Antioquia (Medellín). No terreno empresarial, não pode deixar de ser mencionado o Centro de Estudios Económicos de la ANDI, em Bogotá.
- ¹³ Cf. a respeito deste ponto, a importante publicação da ANDI intitulada: *Balance del 2006 y perspectivas para el 2007*. Bogotá: ANDICentro de Estudios Económicos, 2007.

Referências

- ASOCIACIÓN NACIONAL DE INDUSTRIALES. *Balance del 2006 y perspectivas para el 2007 – El país se reindustrializa competitivamente*. Bogotá: ANDI. Centro de Estudios Económicos, 2007.
- ATEHORTÚA CRUZ, León Adolfo. *Colombie – La place de l'Armée dans le conflit politique armé. Problèmes de l'Amérique Latine*. Paris: La Documentation Française, n. 34, p. 75-88, jul./set. 1999.
- BARRETO, Francisco Javier (org.). *La otra guerra – El Derecho como continuación del conflicto y lenguaje de la paz*. Bogotá: Universidades de Los Andes y Javeriana, Plaza & Janés, 1999.
- BOWDEN, Mark, BORBA, Maria Cristina Vidal. *Matando Pablo – A caçada ao maior fora-da-lei de que se tem notícia*. São Paulo: Landscape, 2002.
- CAMACHO GIZADO, Álvaro; LÓPEZ RESTREPO, Andrés; THOUMI, Francisco E. *Las drogas – una guerra fallida* (Visiones Críticas). Bogotá: IEPRI, Tercer Mundo, 1999.
- CASAS DUPUY, Pablo. Reformas y contrarreformas en la policía colombiana. In: RANGEL SUÁREZ, Alfredo, (org.). *Seguridad urbana y policía en Colombia*. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia, 2005. p. 1-80.
- CEPEDA ULLOA, Fernando. Fatores de força na Colômbia; *Diplomacia, Estratégia e Política*, Brasília, p. 68, jan./mar. 2007.
- GÓMEZ BUENDÍA, Hernando (org.). *Para dónde va Colombia?* Bogotá: Tercer Mundo, Colciencias, 1999.
- GUZMÁN CAMPOS, Germán; FALS BORDA, Orlando; UMAÑA LUNA, Eduardo. *La violencia en Colombia – Estudio de un proceso social*. Bogotá: Círculo de Lectores, 1988. 2 v.
- LÓPEZ PINO, Carmen Marina. *Las relaciones laborales en Colombia – Opciones estratégicas de los actores*. Madrid: Universidad Complutense, 2002. (Tese de doutorado em sociologia).
- MONSALVE, Alfonso; DOMÍNGUEZ, Eduardo (org.). *Colombia – Democracia y paz*. Medellín: Universidades Bolivariana e de Antioquia, 1999, 2 v.
- MORALES BENÍTEZ, Otto. *Liberalismo, destino de la Patria*. Bogotá: Plaza y Janés, 1985.
- PALACIO, Germán (org.). *La irrupción del Paraestado – Ensayos sobre la crisis colombiana*. Bogotá: CERREC, ILSA, 1990.
- PÉCAUT, Daniel. *Colombie: une paix insaisissable. Problèmes de l'Amérique Latine*. Paris: La Documentation Française, n. 34, p. 5-32, jul./set. 1999.
- _____. *Política y sindicalismo en Colombia*, Bogotá: La Carreta, 1973.
- RANGEL SUÁREZ, Alfredo. *Colombia – Guerra en el fin de siglo*. Bogotá: Universidad de Los Andes, Tercer Mundo, 1999.
- RETTBERG, Angelika. *Entre el cielo y el suelo – Una mirada crítica a los Gremios colombianos*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 1998.
- SERRANO, Rosso José. *Jaque Mate*. Bogotá: Norma, 1999.
- TIRADO MEJÍA, Alvaro. *Introducción a la historia económica de Colombia*. 2. ed., Bogotá: Universidad Nacional, 1972.
- TOVAR PINZÓN, Hector Fabio. El arsenal que tendrían las FARC. *El Espectador*, Bogotá, p. 7A, 23 jan. de 2000.
- VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. As instituições militares no século XXI ; A sua missão em face dos conflitos. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 562, p. 3-36, jan. 2002.
- _____. Brasil será a Colômbia amanhã; Entrevista. *Sistema – Fecomércio Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, p. 10-12, jun. 2003.
- _____. Colômbia: Uma guerra contra a sociedade. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 546, p.15-28, set. 2000.
- _____. *Como a Colômbia deu a volta por cima?* Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, jul. 2007. 29 p. (paper).
- _____. The Sociological Dimension of the Drug Traffic in the Favelas of Rio de Janeiro. In: VIEIRA, Else (org.). *City of God in Several Voices – Brazilian Social Cinema as Action*. Eastbourne, England: Critical, Cultural and Communications Press, The University of Nottingham, 2005. p. 166-173.
- _____. Violência e narcotráfico no Rio de Janeiro; Perspectivas e impasses no combate ao crime organizado. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 586, p. 7-70, jan. 2004. *Palestra pronunciada em 25 de setembro de 2007*

Império, hegemonia e poder coercitivo*

*Manuel Cambeses Júnior***

Certamente império e hegemonia não representam a mesma coisa. Tomemos, por exemplo, o Império Britânico. Ainda que seu portentoso poder hegemônico tenha iniciado no século XIX, o seu reinado remonta a um século antes. Da mesma maneira, o império sobreviveria por várias décadas até o fim de sua hegemonia.

Durante o tempo em que subsistiu o seu imenso poder, vários outros impérios compartilharam da cena internacional. Entretanto, Londres sempre impôs sua ação hegemônica através de um conjunto de regras e de efetivos mecanismos de controle.

Seus barcos movidos a vapor revolucionaram o transporte e encurtaram as distâncias, enquanto cabos submarinos cruzaram boa parte do globo terrestre, interconectando seres humanos de diversas latitudes. Beneficiando-se dessas redes telegráficas, suas agências de notícias passaram a projetar um conteúdo anglocêntrico aos jornais de todo o mundo.

A paridade fixa entre a libra esterlina e o ouro preservou a estabilidade monetária internacional, enquanto o liberalismo econômico se transformou no paradigma dominante do comércio mundial. Suas práticas de gerenciamento e contabilidade tornaram-se universais e suas invensões alcançaram cobertura planetária.

Ao amparo de iniciativas britânicas tomou forma o primeiro grupo de instituições internacionais. Nenhum outro império contemporâneo ao britânico pôde transcender seu marco de domínio direto e obter este tipo de impacto, além do reconhecimento global.

A distinção entre império e hegemonia encontra-se diretamente vinculada à aceitação obtida por parte da comunidade internacional. Tanto uma como outra albergam a noção de controle.

Entretanto a bem-sucedida hegemonia, de conformidade com a definição do filósofo italiano Antonio Gramsci, é aquela que tem a capacidade de definir a agenda política e determinar o marco de referência do debate, o qual, por definição, implica o reconhecimento dos outros.

O império não requer consentimento, bastando, portanto, a coerção. Nem o Império Russo, nem o Francês, para citar alguns, requereram o beneplácito dos povos sob seus domínios.

Entretanto, como demonstra o caso do Império Britânico, ainda que a força dominante pudesse ser pequena, o impactante poder coercitivo não admitia dúvidas.

As centenas de milhões de habitantes da Índia eram controladas por um ativo serviço civil britânico que, em seu momento de maior expansão, contou com menos de mil funcionários. Não obstante, como bem

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel-Aviador, historiador, membro e conferencista em diversos Centros de Estudos Estratégicos.

evidenciou a rebelião indiana de 1857, Londres sabia sufocar a sangue e fogo qualquer desafio a seu domínio.

A chave do controle de seu império residia na cooperação das elites. O maior artífice da mesma, na Índia, Thomas Macaulay, historiador e político inglês, definiu-a, em 1835, nos seguintes termos: “Devemos fazer nosso maior esforço para formar uma classe que possa constituir-se em intérprete entre nós e os milhões de indianos que governamos; uma classe indiana

em sangue e cor, porém inglesa em gostos, opiniões, moral e intelecto.”

Ao transformar em anglófila a casta dirigente da Índia, pôde garantir-se um efetivo e competente controle da massa humana, fazendo da coerção um recurso de última instância.

Hoje, decorridos tantos anos, constatamos que, em contrapartida, a anglofobia passou a constituir o denominador comum dos povos antes dominados pelo imenso poder coercitivo do Império Britânico. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA • Coleção General Benício

Cecil Woodham-Smith

A CARGA DA BRIGADA LIGEIRA



Biblioteca do Exército Editora

A CARGA DA BRIGADA LIGEIRA

Cecil Woodham-Smith

Após consultar farta documentação primária, a autora aborda um dos episódios militares mais famosos e de extrema importância para os leitores brasileiros interessados em História Militar. A Carga da Brigada Ligeira, comandada por Lorde Cardigan, durante a batalha de Balaclava, na Guerra da Criméia em 1854, é episódio que, pela sua notoriedade, deve ser conhecido em profundidade por todos os militares de carreira e por estudiosos de história. Atendendo a este universo, a Biblioteca do Exército Editora entrega aos seus assinantes/leitores tão importante título.

Estados Unidos: O império enxerga seu declínio*

Philip S. Golub**

As divergências no interior do establishment norte-americano tornam-se agudas, num sinal de que a guerra contra o Iraque pode ter revelado as debilidades do Exército e, ainda mais grave, devastado a "legitimidade mundial da América".

No centro da elite do poder norte-americano, as consequências desastrosas da invasão e ocupação do Iraque provocaram uma crise ainda mais profunda do que a desencadeada pela derrota no Vietnã, há 30 anos. Para cúmulo da ironia, essa crise afeta a coalizão de ultranacionalistas e neoconservadores que se formou nos anos 70, exatamente para tentar pôr fim à "síndrome do Vietnã", restaurar o poder norte-americano e fazer reviver o "anseio de vitória" dos Estados Unidos.

Se ainda não houve protestos em massa populares e organizados, como durante a guerra do Vietnã, é, sem dúvida, em razão de o Exército ser composto principalmente de voluntários egressos dos meios sociais mais pobres; bem como pelo fato de essa guerra ser financiada "mal-e-mal" pelos capitais estrangeiros (por quanto tempo mais?). Mas, entre a "elite", a crise rompeu o *establishment* de segurança nacional que governa o país desde a Segunda Guerra Mundial.

O desacordo, expresso publicamente por meia dúzia de generais da reserva, acerca da condução da guerra¹ – um fato sem precedentes –, veio juntar-se à manifestação recorrente de dissenso entre as agências de informação e o Departamento de Estado desde 2003. Isso denota uma tendência mais profunda, que atinge importantes setores da elite e as principais instituições do Estado. Mas poucos críticos da guerra são tão diretos quanto o General da reserva William Odom. Ele repete incansavelmente que a invasão do Iraque representa o "mais importante desastre estratégico da história dos Estados Unidos".² Ou quanto o Coronel Larry Wilkerson, ex-chefe do estado-maior de Colin Powell, que denuncia um "erro de dimensão histórica" e pede a destituição do chefe de Estado.³ Ou ainda o ex-Diretor do Conselho Nacional de Segurança, Zbigniew Brzezinski, que qualificou a Guerra no Iraque e a ocupação do país de "calamidade histórica, estratégica e moral".⁴

* Transcrito de *Le Monde Diplomatique*, 27.10.2007.

** O autor é Professor da Universidade de Paris – VIII e jornalista.

¹ Ver "Retired Generals Speak Out to Oppose Rumsfeld", *The Wall Street Journal*, 14 abr. 2006.

² Associated Press, 5 out. 2005. O General Odom estava à frente da National Security Agency (NSA) na gestão de Ronald Reagan.

³ Citado em "Breaking Ranks", *The Washington Post*, 19 jan. 2006.

⁴ Declaração diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado, 1º fev. 2007.

Em sua maioria, as críticas da elite feitas publicamente não vão tão longe. Em geral, dirigem-se mais ao modo como a guerra e a ocupação tiveram início do que à questão fundamental da invasão em si. Mas isso não muda o fato de que a discórdia é profunda e generalizada, com diferentes secretários [ministros] do governo rejeitando o erro e se acusando mutuamente de serem os responsáveis pela “perda do Iraque”.⁵ Em privado, antigos dirigentes de alto escalão entregam-se a acessos de raiva impotente, denunciam “cabalas” sombrias e vituperam a Casa Branca. Sem a menor ironia, um ex-oficial do Conselho de Segurança Nacional compara os atuais ocupantes da instituição com “a família Corleone”, imortalizada no filme *O Poderoso Chefão*. “Por conta de um bando incompetente, arrogante e corrupto”, diz outro oficial de alta patente, “estamos perdendo nossa posição dominante no Oriente Médio”. Veterano do Vietnã, um senador republicano afirma: “A Casa Branca quebrou o Exército e ultrajou sua honra”.

Nenhum desses críticos institucionais poderia ser de algum modo considerado “santo”: sejam quais forem suas afiliações políticas ou opiniões pessoais, eles foram, ou ainda são, guardiães do poder, gestores do Estado de segurança nacional. Foram, por vezes, atores de intervenções imperialistas abertas ou clandestinas, empreendidas no Terceiro Mundo durante e depois da Guerra Fria. Foram (ou ainda são) “gestores de sistema” do aparelho burocrático de segurança nacional, que o sociólogo C. Wright Mills foi o primeiro a dissecar e cuja função é produzir e reproduzir o poder.

Conseqüentemente, não podemos distinguir tais “realistas”, enquanto grupo social, do objeto de suas críticas, no que diz respeito à disposição em empregar a força ou ao caráter implacável com que, a história está de prova, perseguiram os objetivos do Estado. A causa de seu descontentamento não pode ser atribuída a convicções divergentes em matéria de ética, normas e valores (ainda que tais diferenças possam motivar alguns indivíduos). A discórdância é resultado de uma constatação fria, racional, de que a guerra no Iraque deixou “o Exército norte-americano quase arruinado”⁶ e comprometeu seriamente, até mesmo de maneira irreparável, “a legitimidade mundial da América”⁷ – isto é, sua capacidade de moldar as preferências mundiais e de definir a ordem do dia no planeta. Em suas expressões mais sofisticadas, como no caso de Brzezinski, essa divergência traduz a compreensão do fato de que o poderio não se limita ao poder de coerção e que a legitimidade hegemônica, uma vez perdida, é difícil de ser restabelecida.

Américas, Ásia, Europa, Oriente Médio... em toda parte, sinais de uma hegemonia em crise

Os sinais de queda da hegemonia norte-americana são visíveis em todos os lugares: na América Latina, onde a influência dos Estados Unidos é a mais baixa em décadas; no Leste Asiático, onde Washington, de má vontade, teve de negociar com a Coreia do Norte e reconhe-

⁵ O ex-Diretor da CIA George Tenet, em seu livro *At the Center of the Storm*, responsabiliza a Casa Branca pelos erros estratégicos cometidos no Iraque e afirma que nunca houve um “debate sério” sobre a questão de saber se esse país representava uma ameaça iminente ou se não seria melhor simplesmente reforçar as sanções e descartar a guerra. Trata-se do último desentendimento público opondo a CIA à Casa Branca desde, pelo menos, 2003.

⁶ Para citar o ex-Secretário de Estado Colin Powell durante o programa televisivo *Face the Nation*, na CBS, em 17 dez. 2006.

⁷ Zbigniew Brzezinski, declaração diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado, 1º de fevereiro 2007.

cer na China um ator indispensável à segurança regional; na Europa, onde o projeto de instalar baterias antimísseis é contestado pela Alemanha e outros países da União Européia; no Golfo Pérsico, onde os aliados de longa data, como a Arábia Saudita, perseguem objetivos regionais autônomos que, somente em parte, coincidem com os dos Estados Unidos; no seio das instituições internacionais, seja a ONU, seja o Banco Mundial (cujo Presidente, o norte-americano Paul Wolfowitz, envolvido em um esquema de nepotismo, teve de entregar o cargo, em 30 de junho), onde Washington não tem mais condições de determinar a ordem do dia.

Ao mesmo tempo, as pesquisas de opinião internacionais, realizadas regularmente pelo PEW Research Center de Washington,⁸ apontam uma atitude sistemática de desafio à política externa norte-americana em nível quase mundial e um desgaste do soft power, o fascínio exercido pelos Estados Unidos no mundo. O “sonho norte-americano” afundou, diante da imagem de um leviatã militar que exhibe apenas desprezo pela opinião pública internacional e viola as regras que os próprios Estados Unidos instituíram.⁹ A opinião mundial pode não pôr fim às guerras, mas pesa de forma mais sutil nas relações internacionais.

Limitar, em parte, esse desgaste seria talvez possível sob a condução de outros dirigentes e em circunstâncias totalmente novas. É, no entanto, difícil imaginar como um novo consenso interno poderia ser restabelecido em curto prazo. Foram necessários muitos anos para reconstruir o Exército, após submetê-lo a duras provas na Guerra do Vietnã, bem como repensar as doutrinas e definir um novo consenso das elites, quando não popular,

sobre o uso da força. Depois do Iraque, não será fácil mobilizar o sentimento nacionalista para empreender novas aventuras no exterior. Da mesma forma, não se pode esperar um retorno ao *status quo* anterior da política mundial.

Em xeque, idéias sobre o papel internacional dos EUA que animaram o país desde os anos 1940

A invasão e a ocupação do Iraque não são as únicas causas das tendências mundiais evocadas acima. A guerra somente acentuou um momento em que forças centrífugas maiores já estavam em ação: o desgaste e o posterior desmoronamento do “Consenso de Washington” e o aumento da influência de novos centros gravitacionais econômicos – sobretudo na Ásia –, já bem estabelecidos quando George W. Bush tomou a decisão calamitosa de invadir o Iraque. A história avança, enquanto os Estados Unidos permanecem atolados em um conflito que absorve todas as energias do país.

Aos olhos das elites no poder, essa configuração é profundamente preocupante. Desde a metade do século XX, os dirigentes norte-americanos passaram a achar que tinham a responsabilidade histórica singular de dirigir e governar o sistema internacional. Ocupando o topo do mundo desde a década de 1940, eles partiam do princípio que, a exemplo da Grã-Bretanha no século XIX, os Estados Unidos estavam destinados a agir como *hegemon* – Estado dominante detentor da vontade e dos meios de estabelecer e manter a ordem internacional, bem como de assegurar a paz e uma economia mundial liberal aberta e em expansão. Na interpretação seletiva que fizeram da história, foi a incapacidade da Grã-Bretanha

⁸ Ver: The Pew Research Center for the People and the Press.

⁹ Ver: PEW Global Attitudes Project

de manter esse papel e a reticência simultânea dos Estados Unidos em assumir sua responsabilidade (o “isolacionismo”) que propiciaram o ciclo guerra mundial-depressão-guerra mundial, durante a primeira metade do século XX.

Essa hipótese, profundamente arraigada nas mentes, tem por corolário um argumento circular: uma vez que a ordem requer um centro dominante, manter tal ordem (ou evitar o caos) requer perpetuar a hegemonia. Esse sistema de pensamento, que os pesquisadores norte-americanos na década de 1970 definiram como “teoria da estabilidade hegemônica”, pauta a política externa dos Estados Unidos desde que o país emergiu da Segunda Guerra Mundial como centro ocidental do sistema mundial.

As elites política e econômica norte-americanas entreviam, desde 1940, uma “grande revolução no equilíbrio do poder”. Washington iria se “tornar o herdeiro universal e administrador do patrimônio econômico e político do Império Britânico. O cetro [passaria] para as mãos dos Estados Unidos”.¹⁰ Um ano mais tarde, Henry R. Luce anunciava a chegada do famoso “século norte-americano”. “Esse primeiro século em que a América será uma potência dominante no mundo”, escrevia ele, significava que o povo norte-americano deveria “aceitar sem reserva [seu] dever e [sua] perspectiva de futuro como a nação mais poderosa e vital e exercer sobre o mundo o pleno impacto de [sua] influência pelos meios que [lhe] parecessem apropriados”.¹¹ Em meados dos anos 40, os contornos do “século norte-americano” já se desenhavam claramente: predomínio econômico reforçado por uma supremacia estratégica baseada em uma rede planetária de ba-

ses militares estendendo-se do Ártico à Cidade do Cabo; do Atlântico ao Pacífico.

Presidindo a construção do Estado de segurança nacional, os dirigentes do pós-guerra estavam tomados – para retomar a expressão do historiador William Appleman Williams – de “visões de onipotência”.¹² Os Estados Unidos beneficiavam-se de enormes vantagens econômicas e de um avanço tecnológico considerável e detiveram por um curto período o monopólio atômico. O impasse coreano (1953) e os programas soviéticos de armas e mísseis nucleares certamente abalaram a confiança dos EUA, mas foi a derrota no Vietnã e as turbulências sociais que acompanharam a guerra no plano interno que revelaram os limites do poderio.

Inevitável paralelo com o início do declínio britânico, também marcado por uma guerra desastrosa

O “realismo em uma era de declínio” preconizado por Henry Kissinger e Richard Nixon era somente uma forma de admitir, a contragosto que o tipo de hegemonia global exercido há mais de 20 anos não poderia durar para sempre. Mas o Vietnã e a Era Nixon marcaram uma virada mais paradoxal. Eles prepararam a reação dos anos 80: a “revolução conservadora” e os esforços conjuntos para restabelecer e renovar o Estado de segurança nacional e o poderio mundial norte-americano. Quando a União Soviética desmoronou, alguns anos mais tarde, as ilusões de onipotência ressurgiram. Os triunfalistas conservadores voltaram a sonhar com uma “primazia” internacional de longa duração. O Iraque era uma

¹⁰ Discurso do presidente do conselho da National Industrial Conference no congresso anual da Investment Bankers Association, 10 dez. 1940. Citado em James J. Martin, *Revisionist Viewpoints*, Ralph Myles Publisher, Colorado Springs, 1971.

¹¹ Henry R. Luce, “The American Century”, *Life Magazine*, 1941, artigo reeditado no *Diplomatic History*, primavera 1999, v. 23, n. 2.

¹² WILLIAMS, William Appleman. *The Tragedy of American Diplomacy*. Nova York: Delta Books, 1962.

experiência estratégica, destinada a inaugurar o “segundo século norte-americano”. A experiência deu errado, assim como a política externa estadunidense.

As analogias históricas nunca são perfeitas, mas o exemplo da Grã-Bretanha e da prolongada derrocada do império pode lançar uma luz sobre o momento histórico atual. No crepúsculo do século XIX, raros eram os dirigentes britânicos que podiam imaginar seu fim. Quando foi celebrado o *Diamond Jubilee* da Rainha Vitória, em 1897, a Grã-Bretanha estava à frente de um império transoceânico formal, que englobava um quarto dos territórios do mundo e 300 milhões de súditos – ou mais do dobro, se incluirmos a China, colônia virtual de 430 milhões de habitantes. A City londrina era o centro de um império comercial e financeiro ainda mais vasto, cuja teia abarcava o mundo inteiro. Portanto, não é nada surpreendente que uma importante parte da elite britânica pensasse, apesar do receio suscitado pela concorrência manufatureira norte-americana e alemã, que a Grã-Bretanha recebera “como presente do todo-poderoso um arrendamento do universo por toda a eternidade”.

O *Jubilee* devia ser “o último raio de sol de uma confiança total na capacidade britânica de governar”.¹³ A segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902),¹⁴ empreendida na África do Sul para preservar a rota das Índias e reforçar o “elo mais fraco da corrente imperial”, foi um enorme desperdício humano e financeiro. Além disso, ela revelou as atrocidades da política da terra arrasada a uma opinião pública inglesa cada vez menos dócil. “A guerra sul-africana foi, para a potência imperial britânica, a provação mais importante desde a Rebelião Indiana e

a guerra mais vasta e mais onerosa empreendida pela Grã-Bretanha entre a derrota de Napoleão e a Primeira Guerra Mundial”.¹⁵

Apenas 12 anos depois, teve início a Primeira Guerra Mundial, levando os seus protagonistas europeus à derrocada e ao esgotamento. O longo fim da Era Britânica havia começado. Mas o Império não somente resistiu à crise imediata como perdurou por décadas, ultrapassando a Segunda Guerra Mundial, antes de ver um fim sem glória, pela mão dos norte-americanos, em Suez, em 1956. No entanto, um século mais tarde, a nostalgia da grandeza persiste, como vemos nas desventuras mesopotâmicas do Primeiro-Ministro Tony Blair. Os últimos resquícios imperiais ainda não foram extintos.

Para a elite no poder dos Estados Unidos, manter-se no topo do mundo há mais de meio século é considerado um fato natural. A hegemonia, como o ar que respiramos, tornou-se um modo de ser, um estilo de vida, um estado de espírito. Os críticos institucionais “realistas” são, certamente, mais prudentes do que aqueles a quem criticam. Mas eles não dispõem, ainda, de um quadro conceitual no qual as relações internacionais sejam baseadas em outra coisa que não a força, o confronto ou a predominância estratégica.

A crise atual e o impacto crescente dos problemas mundiais, sem solução no âmbito nacional, originarão, talvez, novos impulsos em matéria de cooperação e interdependência. Em todo caso, é preciso esperar. Mas é provável que a política norte-americana permaneça imprevisível: como mostram todas as experiências pós-coloniais, desfazer um império pode ser um processo longo e traumático. ☹

¹³ Citado em Elisabeth Monroe, *Britain's Moment in the Middle East, 1914-1956*. Londres: Chatto & Windus, 1963.

¹⁴ Tanto o segundo quanto o primeiro conflito (1880-1881) opunham os britânicos e os colonos de origem neozelandesa (bôeres).

¹⁵ C. Saunders e I. R. Smith, “Southern Africa, 1795-1901”, in *The Oxford History of the British Empire*, v. III, The Nineteenth Century.

A guerra da quarta geração evolui, a quinta emerge*

T. X. Hammes**

Dezessete anos atrás, um pequeno grupo de autores introduziu o conceito de “Quatro Gerações de Guerras”. Francamente, o conceito não angariou muita atração em seus primeiros 12 anos. Depois, ocorreu o 11 de setembro. Alguns dos proponentes da Guerra da Quarta Geração (4GW) defenderam que os ataques da Al-Qaeda eram a realização de suas previsões. A maioria dos pensadores militares, no entanto, continuou por razões variadas a desmentir o conceito de 4GW. De fato, um *website* da Al-Qaeda foi um dos únicos locais no qual a 4GW foi cuidadosamente discutida. Em janeiro de 2002, certo Ubed al-Qurashi citou extensivamente dois artigos da revista acadêmica *Marine Corps Gazette* sobre a 4GW.¹ Ele afirmou que “A quarta geração das guerras já se realizou e revelou a superioridade do lado teoricamente mais fraco. Em muitos casos, estas guerras já resultaram na derrota dos Estados étnicos [*duwal qawmiyah*] perante grupos étnicos sem qualquer estado”.

Essencialmente, um dos estrategistas principais da Al-Qaeda afirmou categoricamente que o grupo estava utilizando-se da

4GW contra os Estados Unidos – e esperava vencer. Mesmo este fato não estimulou debates mais amplos no Ocidente, onde os eventos de 11 de setembro foram vistos como uma anomalia, e as aparentemente rápidas vitórias no Afeganistão e Iraque pareciam confirmar a visão do Pentágono de uma guerra de alta tecnologia. Não foi até que as insurgências afegã e iraquiana comesçassem a crescer e a persistente campanha contra Al-Qaeda se mostrasse débil, que discussões sérias sobre a 4GW nos Estados Unidos começaram.

Apesar disso, mesmo dentro da pequena comunidade de escritores que exploram a 4GW, há um leque de opiniões variadas sobre como definir o conceito e quais são suas implicações. Este é um processo saudável e essencial para o desenvolvimento de um conceito robusto, pois a 4GW continua a se desenvolver, assim como todas as formas anteriores de guerra, ao mesmo tempo em que as discussões continuam. Isso me traz ao objetivo deste artigo: ampliar a discussão sobre as formas que a 4GW poderá assumir e oferecer um possível modelo para a próxima geração de guerra: a 5GW.

*Transcrito da *Military Review* de set./out. 2007

**O autor é Coronel do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, Bacharel pela United States Naval Academy e Mestre pela Universidade de Oxford. É pós-graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA e pelo Canadian National Defense College. Autor de *The Sling and the Stone: on war in the 21st century*. Zenith Press, 2004.

¹ Cf. LIND, William S. et al. *The Changing Face of War Into the Fourth Generation*. Marine Corps Gazette, outubro de 1989. Ver também: HAMMES, Thomas X. *The Evolution of War: The Fourth Generation*. Marine Corps Gazette, setembro de 1994.

Desdobramentos em 4GW

Os eventos presentes sugerem certo número de principais desenvolvimentos contínuos em 4GW: uma mudança estratégica, uma mudança organizacional e uma mudança nos tipos de participantes.

Mudança estratégica

Estrategicamente, os insurgentes têm mudado de campanhas militares apoiadas por operações de informação para campanhas de comunicações estratégicas apoiadas por operações terroristas e guerrilheiras. Apesar de não existirem quaisquer definições de 4GW que gozem de aceitação geral, de acordo com a definição que eu escrevi em 2003: “Guerras da Quarta Geração utilizam todas as redes disponíveis – políticas, econômicas, sociais e militares – para convencer os líderes inimigos responsáveis pelas decisões políticas de que seus objetivos estratégicos são inalcançáveis ou demasiadamente custosos quando comparados aos benefícios percebidos. Trata-se de um modo avançado de insurgência”. O conceito-chave nessa definição é que em 4GW os oponentes tentarão atacar diretamente as mentes dos inimigos responsáveis pelas tomadas de decisão. A informação é o único meio pelo qual a opinião de uma pessoa pode ser mudada. Consequentemente, informação é um elemento-chave em qualquer estratégia de 4GW. Insurgentes eficazes desenvolvem seus planos ao redor de uma campanha de comunicações estratégicas elaborada com o objetivo de alterar a visão que seus inimigos têm do mundo.²

Claramente, muitos grupos insurgentes compreendem esta lógica. A estratégia do Hezbollah durante a guerra com Israel no verão de 2006 é um excelente exemplo. Durante os combates, seu enfoque não era causar danos a Israel, mas garantir que seria percebido como um desafio ao mais poderoso exército no Oriente Médio. Portanto foi crucialmente importante o fato de que o Hezbollah lançou, no último dia de guerra, tantos foguetes quantos no primeiro dia. Eles sabem que foguetes de 122mm são notoriamente imprecisos e causam pouco dano; são, porém, altamente visíveis. A presença destes “provava” que os poderosos Exército e Força Aérea israelenses não haviam conseguido causar sérios danos ao Hezbollah.

Uma vez encerrados os combates, o Hezbollah demonstrou uma compreensão ainda maior de comunicação estratégica. Enquanto o Ocidente ainda organizava conferências para fazer promessas de futura ajuda financeira, representantes do Hezbollah já estavam nas ruas com dinheiro em espécie e assistência física. Para o mundo árabe, o contraste não poderia ter sido mais claro. Quando Israel precisou de armas, os Estados Unidos rapidamente as expediram por avião; quando famílias árabes precisaram de abrigo e comida, nós agendamos uma conferência para alguma data no futuro. O Hezbollah agiu, conquistando enorme prestígio ao fazê-lo. Para garantir a continuidade de seu crítico domínio nesta campanha de comunicação, o Hezbollah fisicamente bloqueou em suas áreas a distribuição de auxílio feita por demais agências. A mensagem era clara: o Hezbollah era soberano em seu território e enfocava

² Eu decidi intencionalmente utilizar o termo “campanha de comunicações estratégicas” no lugar de “campanhas de informação” por duas razões: primeiro, a definição do Pentágono de operações de informação afirma que “o objetivo principal é o de obter e manter a superioridade para os EUA e seus aliados”. Infelizmente, tal definição vê informação primariamente como exploração e segurança de computadores e comunicações. Segundo, a própria frase “operações de comunicação” faz com que uma pessoa enfoque no nível tático ou operacional. Em contraste, “comunicações estratégicas” caem por definição no nível estratégico de guerra, fazendo com que os esforços táticos e operacionais subsequentes apoiem esta abordagem estratégica.

em seu próprio povo. O contraste entre tal mensagem e a apatia usual dos governos árabes em relação às necessidades de seus povos foi chocante.

O Hezbollah não é um caso isolado. A alta qualidade e a enorme variedade de *websites* insurgentes indicam que muitos dos grupos, senão a maioria, compreende os imperativos da execução de uma campanha de comunicações estratégicas efetiva ao tentar expelir uma potência externa. Em contraste, os Estados Unidos continuam a falhar em seus esforços de comunicações estratégicas.

Esta mudança, da insurgência baseada nas três fases de Mao à campanha de comunicações estratégicas, vem-se desenvolvendo desde os bem-sucedidos esforços de Ho Chi Min em destruir a vontade política norte-americana sobre o Vietnã.

Hoje, esta é nitidamente a escolha primária de insurgentes enfrentando potências externas. Apesar disso, do mesmo modo em que o conceito estratégico de Mao incluía uma Fase III – de combate convencional para derrotar um governo –, as novas “coalizões dos desejosos” sabem que também irão enfrentar uma fase final. Para estas, essa fase será uma guerra civil para decidir qual dentre elas controlará o país após a retirada da potência estrangeira. Infelizmente, tanto o Afeganistão pós-soviético quanto a atual Faixa de Gaza demonstram que, uma vez que a potência externa tenha sido removida, rapidamente a guerra civil regressou da 4GW para uma guerra tradicional de atrito – a Segunda Geração da Guerra.

Mudança organizacional

A emergência da guerra civil como uma parte das insurgências baseia-se na ampla mudança organizacional ocorrida desde que Mao

formulou seu conceito. Ela reflete a contínua e global transformação das organizações hierárquicas em organizações em rede. Enquanto as insurgências chinesas e vietnamitas eram hierárquicas, refletindo tanto a organização social destas sociedades quanto as organizações militares e de negócios dominantes na época, as insurgências recentes vieram a se compor em redes de “coalizões de desejosos”. Por exemplo, no Iraque não há um conceito unificador único entre os grupos insurgentes, à exceção de se expulsar os norte-americanos do país. Enquanto certos grupos mais centristas poderiam vir a formar uma coalizão de governo, torna-se evidente que, uma vez que tenhamos sido compelidos a sair, os sunitas salafistas e as milícias religiosas xiitas não conseguiriam coexistir; de fato, estas já estão travando uma guerra civil antecipatória a nossa partida. Outros grupos, tais como redes criminosas, não conseguem tolerar qualquer modo de governo centralizado, a não ser que este seja amplamente corrupto, permitindo assim que eles prossigam com suas atividades criminais.

A emergência das coalizões em rede está em consonância com o fato de que tanto as sociedades em conflito quanto as organizações de negócios dominantes atualmente são redes. Assim como a sociedade como um todo, as insurgências tornaram-se transnacionais, interligadas em redes, e mesmo transdimensionais. Indo além das redes do mundo real, alguns elementos de tais organizações existem no mundo real, alguns no ciberespaço, e outros em ambas as dimensões.

Mudança nos participantes

Como parte da mudança organizacional, temos presenciado uma mudança dos indivíduos que combatem e de seus motivos. É essencial

que nós entendamos que, mesmo dentro de um único país, a ampla gama de grupos armados que compõem uma insurgência moderna possui motivos vastamente diversos. Estudar as motivações de um grupo nos fornece uma forte indicação de como aquele lutará, e quais limites – se estes existirem – tal grupo irá impor ao uso da força. O *Manual para Negociações Humanitárias com Grupos Armados*, das Nações Unidas, afirma que “em relação às suas motivações fundamentais, grupos armados geralmente se encaixam em três categorias: eles podem ser *reativos* (reagindo a alguma situação ou algo com o qual seus membros se identificam ou vivenciaram); podem ser *oportunistas*, no sentido de que se aproveitaram de uma oportunidade política ou econômica para aumentar seu próprio poder ou posição; ou eles são baseados em outros objetivos *ideológicos*”.³

Grupos reativos normalmente formam-se quando as comunidades se sentem ameaçadas. Estes tendem a ser grupos nacionais ou subnacionais, operando em regiões geográficas específicas e tentando proteger as populações de tais áreas. Em suma, estes grupos armados representam um retorno a arranjos de segurança prévios; sendo o resultado da falha do Estado em cumprir com suas obrigações sociais básicas, de garantir a segurança de sua população. As milícias étnico-sectárias cujo desenvolvimento temos presenciado ao redor do mundo, em resposta à insegurança, são grupos do tipo reativo. Os Tigres do Tamil e a Milícia Badr são exemplos característicos deste tipo.

Os *grupos reativos* devem proteger as populações, mas carecem do poderio militar para fazê-lo. Como consequência, estes usualmente re-

correm a 4GW, mas geralmente se utilizam de armas convencionais. Apesar de altamente eficaz, tal armamento já é familiar aos exércitos ocidentais, e, portanto, mais fácil de se antecipar e derrotar. Grupos reativos também não costumam constituir uma ameaça fora de suas áreas, uma vez que seu foco é principalmente a defesa de seu próprio povo. Tais grupos ainda assim conduzem sofisticadas campanhas de comunicação, visando derrotar as potências externas.

Grupos oportunistas florescem beneficiando-se de um vácuo que lhes permite tomar riqueza ou poder. Criminosos por natureza, esses grupos têm existido por séculos. A disponibilidade comercial de armas da atualidade é o que lhes diferencia de seus antecessores, capacitando-lhes a sobrepujar a todos, com exceção das mais bem equipadas polícias – e, em alguns casos, até mesmo as Forças Armadas de algumas nações. Grupos oportunistas incluem organizações como a Mara Salvatrucha 13 (MS-13) e, de modo cada vez maior, o Exército Republicano Irlandês (*Irish Republican Army* – IRA). Estes grupos conduzem suas próprias campanhas de comunicações estratégicas, comumente referindo-se a uma fonte religiosa ou a uma causa nacional, de modo a obter legitimidade para suas atividades criminosas.

A terceira grande motivação, *a ideologia*, engendra o mais perigoso tipo de grupos armados – organizações tais como a Al-Qaeda, a Irmandade Ariana (*Aryan Brotherhood*), e a Aum Shinrikyo. Grupos ideológicos representam para os Estados Unidos um perigo maior do que grupos reativos ou oportunistas, por causa de sua abordagem, a qual não impõe limites ao conflito. No passado eles se utilizaram de bens da sociedade contra esta própria.

³ *Manual for Humanitarian Negotiations with Armed Groups*, da ONU, p. 16.

Da bomba de Timothy McVeigh, feita com fertilizante e óleo diesel, ao emprego de aeronaves civis pela Al-Qaeda, grupos ideológicos tendem a ser altamente criativos em seus ataques. Eles tendem a uma maior utilização dos elementos de infraestrutura – fábricas de produtos químicos, embarques volumosos de fertilizantes, e mesmo biotecnologia –, como armas de destruição em massa, do que os grupos motivados por autodefesa ou oportunismo.

Mais grave ainda é o fato de que grupos ideológicos sejam essencialmente impossíveis de se deter. Em primeiro lugar, sua “causa” lhes provém à justificativa moral e, por vezes, a obrigação moral, para o uso de quaisquer armas disponíveis. Em segundo lugar, eles não possuem uma localização fixa e, portanto, não temem retaliações. Se a Al-Qaeda detonasse um artefato nuclear em solo norte-americano, onde exatamente nós iríamos lançar nossas bombas como retaliação?

Grupos ideológicos não são desencorajados nem mesmo pelo perigo inerente ao uso de armas biológicas. Enquanto outros grupos hesitariam em lançar agentes biológicos contagiosos por medo de causar o extermínio de seu próprio povo, grupos ideológicos crêem que o poder superior que guia suas ações lhes protegerá ou os trará de volta à sua merecida recompensa. Portanto, a combinação de avanços extraordinariamente rápidos em biotecnologia, com a disseminação de grupos armados e ideologicamente orientados, representa uma ameaça capital à população global.

Enquanto o manual da ONU cita três tipos diferentes de grupos insurgentes, baseados em seus motivos, desdobramentos recentes indicam o advento de um quarto tipo: um híbrido motivado por uma mistura de motivações reativas, ideológicas e oportunistas. Por vezes tais grupos se

originam entre os reativos ou ideológicos para em seguida se voltarem ao crime em busca de financiamento. A Al-Qaeda, por exemplo, é um grupo primariamente ideológico que se tornou progressivamente mais oportunista, de modo a obter fundos para suas operações. O IRA surgiu como um grupo reativo, porém este também tem progressivamente se voltado ao crime – e talvez tenha de fato migrado da motivação reativa para uma motivação puramente oportunista.

Outro tipo de híbrido são os grupos ideológicos que se tornam governantes *de facto* em uma área: ao assumir tal responsabilidade, estes se vêem obrigados a proteger a comunidade, do mesmo modo que grupos reativos o seriam. A milícia iraquiana Jaysh Al Mahdi constitui um exemplo desta situação.

Alguns grupos podem até mesmo cair nas três categorias simultaneamente. Por exemplo, o Hamas e Hezbollah, ambos garantem proteção, oferecem uma ideologia e participam em atos criminosos para seu financiamento. De fato, a maior parte dos grupos armados atualmente se utiliza do crime para financiar suas operações.

A triste verdade é que há uma variedade verdadeiramente alarmante de grupos armados ativos no mundo atualmente. Compreender suas motivações, métodos e objetivos tem-se tornado progressivamente mais difícil.

Armas de destruição em massa

O Iraque tem presenciado o desenvolvimento de outro aperfeiçoamento da 4GW: o uso de materiais razoavelmente básicos para a confecção de armas de destruição em massa (*Weapons of Mass Destructions* – WMD). Apesar de por muito tempo as agências ocidentais de inteligência

terem se preocupado com a possível utilização de materiais químicos industriais pelos insurgentes iraquianos, foi apenas recentemente que estes utilizaram cloro como parte de seus ataques. Do mesmo modo que os combatentes da Primeira Guerra Mundial, os insurgentes precisaram aprender que são necessárias condições certas e imensas quantidades do gás para que um grande número de mortes seja causado; eles e seus companheiros ao redor do mundo têm, no entanto, demonstrado uma distinta habilidade para aprender uns com os outros, e os ataques no Iraque vêm-se tornando progressivamente mais eficazes. Apesar de ser quase impossível de se repetir, o ataque da Al-Qaeda em 11 de setembro, utilizando aviões de carreira, foi um ataque massivamente destrutivo concebido a partir de materiais WMD não-convencionais – não-nucleares, não-químicos e não-biológicos. Contrastando com o 11 de setembro, a ampla disponibilidade de produtos químicos industriais tóxicos traz a possibilidade de duplicação de ataques químicos massivos em muitas áreas do mundo.

O que faz deste desenvolvimento relacionado às WMD algo particularmente perturbador é o fato de que a utilização de indústrias químicas ou seus embarques com o objetivo de causar um vasto número de mortos já foi aventada por alguns *websites* terroristas. Tais situações já ocorreram, por exemplo, em Bhopal, na Índia, em 1984, quando vapores de um gás industrial vazaram e envolveram a cidade, matando milhares de pessoas. O desastre de 1947 em Texas City, no Estado do Texas, no qual um navio transportando 8.500 toneladas de nitrato de amônia explodiu no porto e matou próximo a 600 pessoas, é um outro modelo de como alcançar um efeito similar a uma WMD. Se um destes incidentes tivesse sido intencional, ele se qualificaria como

um ataque WMD. Este movimento rumo ao desenvolvimento de WMD não-convencionais, associado à tendência demonstrada pelos insurgentes iraquianos do uso cada vez mais eficaz do cloro, representa uma grande e imediata ameaça aos interesses dos EUA, ambos domésticos e ultramarinos.

Outro novo ator: as companhias militares privadas

Um desdobramento da guerra que tem sido desconsiderado é o aumento excepcional do uso de companhias militares privadas (*private military companies* – PMC). Estas organizações sempre estiveram presentes, porém, durante as últimas duas décadas elas se tornaram importantes na maneira de condução de guerras pelos Estados Unidos. Muito pouca consideração tem sido dada ao possível impacto das PMC às relações internacionais em geral e às guerras em particular. Enquanto temos focado as vantagens econômicas e políticas de cortar os custos das PMC, outras nações estão descobrindo maneiras criativas de utilizá-las para evitar os constrangimentos internacionais normais sobre o emprego de força.

Uma preocupação particular é o uso de empreiteiros militares armados. A extensão deste artigo proíbe uma exploração profunda das numerosas implicações que surgem com o aumento do emprego de empreiteiros armados, por isso simplesmente oferecerei algumas idéias para o início de uma discussão. Por exemplo: Como é que pode se assegurar que um país seja responsável pelas ações de uma PMC? Como é que essas companhias podem mudar o ambiente de conflito armado? Qual impacto que elas terão nas relações entre os líderes de países ricos de

recursos naturais e suas populações? Podem ser empregadas para proporcionar bases ou grandes meios de combate avançados?

Constantemente, os porta-vozes das PMC nos têm assegurado que suas companhias são organizações responsáveis que estão trabalhando com governos de forma a estabelecer regulamentos eficazes para o emprego das PMC. De fato, isso é a verdade. No entanto, embora os Estados Unidos tenham se movido para aumentar a responsabilidade dessas companhias por meio de regulamentos e contratos, esses métodos ainda têm que ser postos a uma prova séria. Além disso, semelhante à maneira como a indústria de transporte marítimo de mercadorias evita regulamentos ao registrar-se sob bandeiras de conveniência, podemos esperar que as PMC façam o mesmo: se os regulamentos interferirem na maneira como elas querem trabalhar, elas vão se mudar para outro país ou até fechar suas empresas e começar de novo como diferentes entidades legais em países diferentes. Já vimos um número de PMC fazer exatamente isso.

A presença repentina de PMC em vários conflitos por todo o mundo representa um novo desafio à comunidade internacional. Em mais de 300 anos desde o Tratado de Westfália, nós desenvolvemos técnicas diplomáticas, econômicas e militares para lidar com crises criadas quando nações-estado utilizam – ou ameaçam utilizar – suas Forças Armadas. Não temos, no entanto, mecanismos para utilizar quando nações-estado, ou mesmo indivíduos particulares, se utilizam de empreiteiros militares armados. Se a China tivesse anunciado que planejava enviar seus exércitos para auxiliar na segurança de várias construções em Angola, a ONU teria aberto canais para o diálogo. No entanto, uma compa-

nhia chinesa assinou um contrato fazendo exatamente isto, com a ressalva de que substituirá 850 mil empreiteiros armados e desarmados por exércitos de campo. Tal evento simplesmente não fez parte de debates internacionais, o que é particularmente interessante, considerando que a China recentemente assinou um contrato com Angola para a compra de petróleo a US\$ 60,00 por barril por 10 anos. Apesar de não representar oficialmente o Governo chinês, a presença destes empreiteiros militares claramente coloca a China em posição de “resolver” quaisquer disputas com o Governo angolano acerca daquele contrato. Portanto, graças ao uso criativo das PMC, a intermediação de acordos entre nações-estado e mesmo o processo de intercessão para a resolução de disputas entre partes tem caminhado para fora do sistema internacional. Como a ONU poderia responder a uma disputa contratual entre um exército de uma companhia militar privada e um governo?

Outro desdobramento importante é a possibilidade de que “governos” de países com áreas ricas em recursos possam se utilizar de PMC para tomar e manter as áreas ricas enquanto sistematicamente ignoram o resto do país. Já temos visto tal situação em menor escala com milícias locais e os “diamantes sujos”, mas ainda não presenciamos sua aplicação de modo sistemático. Agora talvez isto esteja acontecendo no Sudão, onde o Governo contratou firmas chinesas para proteger as instalações petrolíferas. Estas firmas não apenas garantem uma segurança confiável, mas também não possuem quaisquer restrições em relação ao modo como o Governo sudanês decide conduzir seus assuntos internos. Ao utilizar as PMC, uma pequena minoria pode controlar um país sem precisar se preocupar com as necessidades da maioria. Um grupo sempre pode tomar o poder por meio de um golpe de Estado,

porém forças de segurança são necessárias para manter o governo resultante no poder. Em algumas partes do mundo as forças de segurança tendem a ser mais leais a seus próprios clãs ou tribos, e, portanto, o governo necessita cuidar destas tribos. Agora, no entanto, governos têm a opção de contratar uma PMC eficiente, para assim ignorar completamente quaisquer partes do país que não sejam lucrativas. Eles não mais precisarão do povo para garantir a continuidade de seu domínio. O resultado será um aumento significativo das áreas não-governadas e desesperadamente empobrecidas do mundo. A comunidade internacional também contribui com as minorias tirânicas ao dialogar com quaisquer gangues que controlem a capital de um país. Com pouca probabilidade de intervenções estrangeiras, os oprimidos e pobres terão que recorrer à violência.

As PMC podem também ser utilizadas no estabelecimento de bases avançadas de operações, ou podem até mesmo ser enviadas como forças de vanguarda. Do mesmo modo pelo qual o Reino Unido usou a Companhia das Índias Orientais para estabelecer uma marinha, um exército e bases de apoio na Índia, outras nações, tais como a China, estão se utilizando de entidades comerciais pelo mundo para proteger ou avançar seus interesses. As PMC chinesas já se constituem em uma das principais forças terrestres na África, e com as entidades comerciais chinesas construindo portos ao longo de todas as vias de embarque, do Oriente Médio até a China, esta poderia empregar PMC navais para garantir sua segurança, ao menos nominalmente, contra piratas. De fato, no início de março os chineses assinaram um contrato com a Somália para treinar e equipar uma guarda costeira somali. Tais forças navais obviamente irão requerer instalações de manutenção e apoio, as quais serão construídas por suas companhias.

De fato, as PMC chinesas poderiam estabelecer uma rede completa de instalações navais, com navios próximos aos pontos de estreitamento das principais rotas marítimas.

As PMC não são facilmente categorizáveis como pertencentes à alguma geração específica de guerras. Mais precisamente, elas são ferramentas que podem ser utilizadas em uma ampla variedade de modos. Porém, uma vez que o sucesso das 4GW ocorre ao se evitar a força militar inimiga, as PMC oferecem a intrigante possibilidade de que um país fraco as utilize em um modo 4GW, de maneira que a guerra não se pareça com uma guerra, mas como uma relação de negócios.

O fato alarmante final sobre as PMC é que estas são *empresas*. Como tais, elas competem ao focar na qualidade, confiabilidade e custo. A China consegue se igualar às firmas ocidentais nos dois primeiros itens e, a julgar por sua imensa população de jovens desempregados, pode drasticamente abater seus custos em comparação às firmas ocidentais. Além disso, a China também possui um enorme incentivo para subsidiar empresas tais como as PMC: sua política de filho único resultou em uma desproporção de mais de 20 milhões de homens chineses em idade de casar em relação às mulheres chinesas.

Criminosos também são outros atores nas 4GW. A maior parte das discussões relativas às 4GW ainda enfoca os grupos insurgentes com motivações políticas. No entanto, como debatido em um artigo sobre 4GW publicado em 1989 na *Gazette*, as organizações criminosas estão se utilizando de técnicas de 4GW. Um bom exemplo disso é a Mara Salvatrucha 13 (MS-13). Esta organização, que se iniciou primariamente como um movimento criminoso, vem estabelecendo um eficiente controle político em localidades

amplamente distribuídas. De comunidades em El Salvador e Honduras a bairros em cidades dos EUA e até mesmo em alguns de seus subúrbios, o MS-13 está consolidando sua soberania em territórios não-contíguos. De modo similar a seus predecessores comerciais da Liga Hanseática, o MS-13 tem-se utilizado de violência e da riqueza gerada pelo comércio – primariamente de drogas – para criar enclaves dentro de territórios nacionais.

O uso estatal da 4GW

O emprego que a China faz das PMC constitui um claro exemplo de um Estado utilizando a 4GW. O Irã, no entanto, assumiu uma abordagem muito diferente. Durante o último verão, ele introduziu o conceito de escalação lateral assimétrica ao Ocidente. Conforme os Estados Unidos continuavam a aumentar suas pressões para uma resposta da ONU ao programa nuclear iraniano, o Irã abraçou a oportunidade apresentada pelo conflito entre Israel e Hezbollah no Líbano para alterar o debate. Ao mesmo tempo em que nós não acreditamos que o Irã tenha instigado a guerra, sabemos que este tem considerável influência sobre o Hezbollah e certamente garantiu amplo suporte aos esforços do grupo contra os israelenses. Com o Hezbollah, Israel enfrentava um inimigo 4GW que fazia uso de uma tecnologia relativamente avançada para desafiar a presumida superioridade militar israelense. Fora do Líbano, o Irã cooperou com a Síria para fornecer extenso suporte logístico, e talvez de inteligência, ao comando do Hezbollah. Desde que os Estados Unidos e a ONU aparentemente apenas conseguem lidar com uma crise a cada vez, o Irã foi capaz de se utilizar do conflito no Líbano de um modo 4GW, para frear as

ações contra seu programa nuclear. Obviamente, esta não foi uma solução de longo prazo para os iranianos, mas avançou seu aparente objetivo estratégico de ganhar tempo para desenvolver uma arma nuclear.

O 4GW atualizado

Desde a publicação do artigo de 1989 na *Gazette*, os insurgentes afegãos e iraquianos têm prosseguido na mudança de seu foco estratégico para o aspecto 4GW de comunicações estratégicas. Organizacionalmente, os insurgentes estão evoluindo para uma sempre crescente variedade de grupos armados, conectados por meio de coalizões de desejosos. Suas motivações e os tipos de atores também têm mudado significativamente através dos tempos.

Como resultado, as coalizões de desejosos que nós enfrentamos no Iraque e Afeganistão representam um desafio muito maior do que seus predecessores monolíticos. A proliferação de motivações e as fusões entre grupos ideológicos, reativos e oportunistas tornam cada vez mais difícil de dizer quem está lutando e por quê. Felizmente, o princípio básico permanece sendo a segurança efetiva e o governo voltado para a população, e o novo manual de campanha para contra-insurgência (*FM 3-24, Counterinsurgency*) fornece uma orientação segura em como se alcançar tais objetivos. Infelizmente, o grande número de pessoas envolvidas nos dois conflitos não permite aos Estados Unidos alcançar a proporção recomendada de um oficial de segurança para cada 50 cidadãos, que resultou em sucesso de um modo geral no passado. Ao lidar com as numerosas mudanças em 4GW, nós teremos que encontrar novos modos de garantir a segurança, enquanto montamos as coalizões políticas que são o único modo

de derrotar uma insurgência. Nós também teremos que aplicar nossos recursos diplomáticos, econômicos e políticos mais vasta e efetivamente do que fizemos no passado, de modo a conseguir lidar com o uso em expansão da 4GW por nações-estado.

A guerra da quinta geração

"Instituições militares e o modo como estas empregam a violência dependem das condições econômicas, sociais e políticas de seus respectivos Estados."

Clausewitz ⁴

Como sempre, as velhas gerações de guerra continuam a existir, mesmo enquanto novas formas evoluem. Hoje, podemos encontrar árduas batalhas de atrito com potência de fogo do tipo 2GW em partes da África ao mesmo tempo em que os primeiros sinais da 5GW emergem. Isso não deveria ser uma surpresa – países que carecem de sistemas políticos, sociais e econômicos para sustentar novas formas de guerra continuarão a se utilizar das velhas formas. Não obstante, uma nova geração também precisa evoluir, e considerando que a 4GW tem sido a forma dominante de guerra por mais de 50 anos, já é tempo para a 5GW fazer sua estréia. Nós deveríamos ser capazes de ter uma noção da forma que este novo modo de guerra assumirá por meio da análise de como os sistemas políticos sociais e econômicos se transformaram desde que a 4GW tornou-se dominante.

Politicamente, ocorreram mudanças fundamentais nos atores que lutam as guerras. A tendência foi e tem sido a constante redução no uso de vastos exércitos uniformizados em prol de pequenos grupos de pessoas com mesma

mentalidade, sem qualquer organização formal, que simplesmente decidem combater. Tanto nos afastamos do modelo de exércitos nacionais, que muitas vezes a distinção entre combatentes 4GW e meros elementos criminosos torna-se impossível. Muitos dos primeiros são, de fato, criminosos ou se utilizam do crime para sustentar sua causa ou usam sua causa para legitimar seus crimes.

Economicamente, nós temos presenciado um constante aumento no poder de informação. Grupos insurgentes têm-se beneficiado desta matriz informacional aperfeiçoada na execução de campanhas de comunicações estratégicas fundamentais às suas vitórias. Como consequência, o conteúdo e divulgação da informação têm-se modificado da propaganda em massa de Mao para campanhas cuidadosamente confeccionadas e habilitadas pelos novos métodos de comunicação e novos padrões sociais. Insurgentes têm sido rápidos em explorar ferramentas de comunicação poderosas, tais como os celulares e internet, no recrutamento, treinamento, comunicação, educação e controle de novos membros. Eles mudaram da mobilização em massa para mobilização individual seletiva.

As principais empresas da atualidade estão se tornando ainda mais produtivas em virtude do seu acesso e/ou manipulação da informação. Um dos resultados tem sido a proliferação de pequenas companhias capazes de gerar grandes fortunas, um fenômeno em sintonia com a tendência de longo prazo de transferência de poder rumo a entidades menores – sejam estas de negócios ou militares. A Google é a quintessência desta tendência: uma empresa essencialmente criada por duas pessoas.

⁴ CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*, ed. HOWARD, Michael; PARET, Peter. NJ: Princeton UP, 1989. p. 6.

As comunicações não são o único setor em ebulição com implicações para a 5GW. Dois setores industriais com potencial ainda maior para mudar nosso mundo – biotecnologia e nanotecnologia – estão às vésperas de uma grande expansão.

De inúmeras formas, os problemas militares e de negócios estão se fundindo em um mundo no qual o poder tende a migrar rumo às bases. Em 2006, um grupo de cerca de 20 nigerianos enfurecidos fez reféns em uma plataforma de extração de petróleo da Shell no Golfo da Guiné. A Shell então encerrou sua produção de petróleo na região do Delta Nigeriano, e, como resultado, os preços mundiais subiram drasticamente. O mundo interconectado é altamente vulnerável a interrupções no fornecimento de matérias-primas essenciais, e questões de negócios podem muito rapidamente se transformar em sérias questões de segurança internacional. Não se trata do mesmo que ocorria nas velhas “guerras das bananas”, nas quais os fuzileiros navais encontravam-se consistentemente dedicados a proteger interesses que importavam apenas a poucos acionistas. Hoje, grupos armados de dimensões reduzidas são capazes de impactar toda a economia mundial dramática e imediatamente.

Socialmente, temos visto uma alteração essencial no modo como as comunidades são formadas. Os indivíduos estão trocando sua lealdade a nações pela lealdade a causas, uma tendência dramaticamente acelerada graças à conectividade da internet. De fato, muitos indivíduos são mais engajados em suas causas virtuais do que às suas comunidades no mundo real. Membros de grupos capazes de ir a extremos no avanço de suas cau-

sas são uma preocupação em especial – da mulher que viveu dentro de uma sequóia por dois anos aos suicidas com bombas. Tais atores colocam suas causas acima de qualquer análise racional sobre o impacto de suas ações e podem ser localizados através da internet.

Em resumo, as tendências políticas, econômicas e sociais apontam para a emergência de indivíduos extremamente poderosos ou pequenos grupos unidos pela devoção a uma causa mais do que a uma nação. Ao empregarem tecnologias emergentes eles serão capazes de criar um nível de poder destrutivo que costumava exigir os recursos de uma nação-estado.

Todos estes novos desdobramentos causam especial apreensão por sabermos que estruturas emergentes políticas, sociais e de negócios têm sido consistentemente mais bem-sucedidas no emprego das tecnologias nascentes do que as organizações mais antigas e bem estabelecidas. Atualmente, duas tecnologias emergentes, a nanotecnologia e a biotecnologia, têm o poder para alterar nosso mundo, e o modo de fazer guerra, de maneira ainda mais fundamental do que as tecnologias da informação. A maioria dos autores concorda que levarão 20 anos ou mais antes que a nanotecnologia alcance sua envergadura total, portanto, não prosseguiremos em sua análise. Em contraste, a biotecnologia dos dias atuais já é capaz de dar a pequenos grupos o tipo de poder destrutivo previamente limitado às superpotências.⁵

O ataque com antraz ao Capitólio dos EUA em outubro de 2001 pode ter sido o primeiro ataque 5GW. Dados os enormes esforços de investigação feitos na busca dos

⁵ Já houve amplos debates sobre ataques eletrônicos (*cyber attacks*), portanto não irei lidar com tal ameaça neste breve artigo. Tais ataques, no entanto, são opções viáveis para pequenos grupos, incluindo a destruição física de interruptores e cabos de fibra ótica por meio das simples técnicas de invasão e destruição.

responsáveis, sem que uma única prisão tenha sido realizada, só se pode acreditar em uma ação executada por um único indivíduo ou um grupo muito reduzido. Se houvesse um grupo maior envolvido, alguém teria vazado informações ou já teria sido encontrado.

Julgando ser esta uma suposição válida, tivemos então uma situação na qual um indivíduo extremamente poderoso, ou um grupo pequeno, atacou o corpo legislativo de uma nação-estado, utilizando-se de uma arma biológica avançada e na defesa de uma causa desconhecida. Este indivíduo, ou grupo, foi capaz de perturbar as operações do Congresso por vários meses, gerando um custo de limpeza de centenas de milhões de dólares e causando a criação de um sistema de averiguação de correspondências – e os custos associadas – que se mantém em vigor até hoje. Um bom resultado para um investimento que custou alguns gramas de antraz e alguns selos.

O ataque com antraz demonstrou com clareza que, nos dias de hoje, um simples indivíduo pode ser capaz de atacar uma nação-estado. Com o passar do tempo, a combinação entre motivação política, organização social e desenvolvimento econômico concedeu capacidades destrutivas cada vez maiores a grupos cada vez menores. Enquanto alguns tecnólogos pensavam que havíamos alcançado o ápice do poder destrutivo com o advento das armas termonucleares, permanece a questão de que a criação e uso de tais armas requerem caros e elaborados esforços para seu desenvolvimento. Em contraste, os desdobramentos recentes que se seguem abaixo sugerem que potencialmente o poder da destruição em massa das armas biológicas está ao alcance de grupos que tenham tal motivação:

- Três anos atrás, um time liderado pelo Dr. Craig Venter criou um vírus funcional a partir de produtos químicos comerciais. O time do Doutor Venter selecionou um vírus específico, comprou os pares genéticos de base necessários e então “montou” os pares em um vírus sintético completamente funcional. Todos os materiais e equipamentos utilizados pelo time estão irrestritamente disponíveis comercialmente. O Dr. Venter previu que aquilo que exigiu um time de elite e um laboratório muito bem equipado para ser realizado pela primeira vez poderá ser feito por qualquer estudante competente em um laboratório de uma universidade, em menos de uma década.

- Paul Boutin, um autor científico, decidiu aceitar o “desafio” de Craig Venter. Apesar de não ter estado em um laboratório de biologia desde o colegial, e com a orientação mínima do Dr. Roger Brent para lhe afastar de experimentos perigosos, Boutin criou uma bactéria fluorescente. Apesar de não se tratar de algo como varíola, o equipamento, as técnicas e os nucleotídeos utilizados por Boutin são similares àqueles necessários para a criação da varíola a partir de seus pares-base.⁶

- O genoma completo da varíola foi publicado *on-line* e está amplamente disponível. Boutin o encontrou em 15 minutos.

- Os nucleotídeos para a fabricação da varíola podem ser comprados a partir de uma ampla variedade de fornecedores, sem a exigência de comprovação de identidade.

- A varíola possui cerca de 200 mil pares-base. Sequências de ADN com até 300 mil pares-base já foram sintetizadas com sucesso.

- Um time australiano aumentou a letalidade do vírus que causa varíola em ratos (*mousepox*)

⁶ “*Biowar for Dummies*,” disponível em: <[http://paulboutin.weblogger.com/stories/storyReader\\$1439](http://paulboutin.weblogger.com/stories/storyReader$1439)>

por meio da ativação de um único gene. A modificação aumentou sua letalidade de 30% para mais de 80%. Até mesmo para as espécies vacinadas, a letalidade é da ordem de 60%. Seus resultados foram publicados na internet. Ocorre que a Varíola Humana (*smallpox*) possui os mesmo genes.

- Os custos para a produção de um vírus estão caindo exponencialmente. Caso a Curva de Carlson continue a se mostrar verdadeira, o preço de um par-base cairá para entre 1 e 10 centavos de dólar, ainda nesta década. Um pesquisador poderia, portanto, encomendar todos os pares de que necessita para criar um vírus de varíola por um valor entre US\$ 2 mil e US\$ 20 mil.⁷ O equipamento necessário para a montagem do vírus teria um custo adicional de US\$ 10 mil.

- *Bio-Hackers* estão seguindo os passos de seus predecessores *hackers* de computadores. Eles vêm montando laboratórios em suas garagens e criando produtos. No ano passado um jovem pesquisador britânico investiu US\$ 50 mil em equipamentos e produziu dois novos produtos biológicos. Ele então vendeu sua companhia, a Agrobiotics, por US\$ 22 milhões. Nós podemos assumir que centenas, se não milhares, de jovens estudantes de biologia estão neste momento em seus porões, tentando criar novos produtos biológicos.

Tais eventos, distintos, porém relacionados, demonstram que a criação de um vírus, tal como a varíola e sua utilização como uma arma, se torna cada vez mais fácil para pequenos grupos e talvez até mesmo indivíduos.

Alguns especialistas têm reafirmado que mesmo se um pequeno grupo fosse capaz de criar um vírus biológico, os testes, a estocagem e a disseminação são as fases que constituem os passos mais difíceis da transformação de uma entidade biológica em uma arma. Eles estão corretos se o criador utilizar métodos tradicionais. Uma pessoa pode, no entanto, evitar a necessidade de testes ao selecionar um agente letal, tal como a varíola. Ele saberá de antemão que esta será bem-sucedida fora do laboratório. O armazenamento e a disseminação são problemas contornáveis pela utilização de ataques suicidas, uma tendência mundial crescente: ele simplesmente injeta a varíola diretamente nos voluntários suicidas, os quais se tornam ao mesmo tempo os sistemas de armazenamento e distribuição da doença.

Ao utilizar alguns poucos voluntários e linhas aéreas, um grupo terrorista pode criar uma epidemia mundial de varíola quase simultânea. Um exercício conduzido em 2001, batizado de *Dark Winter*, simulou um ataque de varíola em três cidades dos EUA. Em um período de 13 dias a varíola se espalhou por 25 estados e 15 países, por várias ondas epidêmicas, após as quais um terço das centenas de milhares de norte-americanos que contraíram a doença morreu. Estimou-se que uma quarta geração da doença infectaria 3 milhões, matando 1 milhão de pessoas. O exercício foi encerrado nesta etapa.⁸

É crucial lembrar que a varíola não apenas causaria um número excepcional de mortos, mas também impediria o comércio mundial até que a epidemia fosse controlada ou encerrada por si

⁷ CARLSON, Robert. *The Pace and Proliferation of Biological Technologies*. Biosecurity and Bioterrorism: BioDefense Strategy, Practice and Science, v. 1, edição 3, 2003.

⁸ MIENKA, Mark. *Dark Winter Teaches Bio Lessons*. disponível em: <<http://www.usmedicine.com/article.cfm?articleID=322&issueID=33>>

mesma. Considerando que a greve de estivadores na Costa Oeste dos EUA custou US\$ 1 bilhão por dia, o custo de uma paralisação completa em todos os transportes seria catastrófico.

Armas biológicas possuem a capacidade para matar muito mais pessoas do que um ataque nuclear. Além disso, quando comparadas às armas nucleares – difíceis e caras para se construir –, a varíola em breve será ao mesmo tempo barata de se produzir e difícil de se detectar, até o momento de seu lançamento. Enquanto para este curto artigo eu selecionei a varíola, um biólogo obviamente poderia selecionar quaisquer agentes patológicos contagiosos conhecidos. Ele poderia tentar também a criação de uma doença inteiramente nova, mas obviamente seria impossível de se prever como uma doença desenvolvida em laboratório reagiria contra os inimigos naturais quando liberada no meio ambiente. Por consequência, um terrorista tenderia a utilizar alguma doença preexistente, ou modificar uma para que esta se tornasse mais letal. Este também poderia disseminar ambas as versões da doença – tanto aquela presente na natureza quanto a modificada em laboratório – com o objetivo de garantir seu sucesso.

Conclusão

Apoiando-se nas mudanças políticas, econômicas, sociais e técnicas, a 1GW culminou nos massivos exércitos humanos da era napoleônica. Do mesmo modo, a 2GW se apropriou da evolução rumo a uma sociedade industrial para fazer das armas de fogo a forma dominante de guerra. Em seguida, a 3GW se aproveitou das mudanças políticas, sociais e econômicas de uma era industrial rumo a uma era mecânica para fazer da guerra mecanizada sua forma dominante.

A guerra de quarta geração utiliza todas as mudanças de uma sociedade mecanizada rumo a uma sociedade da informação/eletrônica, para maximizar o poder das insurgências. Esta continua a evoluir juntamente com nossa sociedade como um todo, fazendo a 4GW se tornar cada vez mais perigosa e difícil de ser controlada pelas nações ocidentais.

A guerra de quinta geração será o resultado de uma contínua troca nas lealdades políticas e sociais, de nações por causas. Esta será marcada pelo poder crescente de entidades cada vez menores e pela explosão da biotecnologia. A 5GW será verdadeiramente a guerra de redes e jatos: redes de comunicação distribuirão informações-chave, assegurarão uma fonte para os materiais e equipamentos necessários e constituirão um campo nos quais voluntários serão recrutados; os jatos comerciais assegurarão a disseminação barata e eficiente das armas, em âmbito mundial.

O cenário de contágio que eu descrevi acima está entre os mais devastadores possíveis, porém a varíola é apenas uma das armas que um grupo pequeno e de amplo poder poderia utilizar para atacar a sociedade. Eles poderiam usar qualquer número de tecnologias em evolução. As mudanças nas esferas política, econômica, social e técnica são o ponto-chave a ser lembrado. Elas estão possibilitando que pequenos grupos se unam em torno de uma causa e se utilizem das novas tecnologias para desafiar as nações-estado. Nós não podemos reverter tais mudanças, nem podemos deter a evolução das guerras. Nós, a nação, e particularmente nossas forças militares, não estamos preparados para responder a tais ataques. É chegado o momento para se começar a pensar em como deveremos lidar com este próximo passo na conduta de guerra. ☺

Revolução democrática de 31 de março de 1964*

*Ulisses Lisboa Perazzo Lannes***

Introdução

Episódio decisivo de nosso passado recente, a Revolução Democrática de 31 de março há 43 anos recebe, do Clube Militar, singela e justa homenagem.

Em nossos dias, diante da avassaladora campanha há décadas conduzida pelos derrotados de 1964, “Comemorar a Revolução” adquire ainda maior significância, especialmente porque as gerações mais novas, expostas aos ventos da revolução cultural gramscista, foram ensinadas a ver no 31 de Março a data do “golpe que implantou no país os anos de chumbo de sanguinária ditadura militar”.

“Comemorar a Revolução” representa, portanto, preciosa oportunidade para refutar falsificações, exageros, mentiras e, sobretudo, para recordar, compreender, avaliar, exaltar e escutar os acontecimentos, os feitos e os ensinamentos daquela momentosa quadra da história pátria.

31 de março: tempo de recordar e de compreender

Antecedentes

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil passou a viver período de crescente ins-

tabilidade política, militar e institucional. Após o governo Juscelino Kubitschek, as eleições presidenciais de 1960 haviam consagrado o nome do Sr. Jânio Quadros. Vestido, ao longo da campanha, com a capa da moralização das práticas políticas e do combate à corrupção, desde logo o novo presidente revelou seu temperamento instável e autoritário e passou a assumir atitudes que deixavam pouca dúvida quanto às suas reais intenções de investir-se de poderes discricionários. Cerca de seis meses após assumir o governo, simulou renunciar à Presidência, alegando não poder enfrentar as “forças ocultas” que o impediam de cumprir os compromissos assumidos com o povo brasileiro.

Sabedor das sérias objeções e restrições que se faziam ao vice-presidente – João Goulart (o “Jango”) –, contava Jânio que a simulada renúncia não seria aceita e que o clamor público o faria retornar ao Palácio do Planalto com plenos poderes, livre e desimpedido das amarras constitucionais. O estratagema não funcionou! O Congresso aceitou a renúncia e preparou-se para empossar o vice-presidente, então em viagem pela China Comunista. Visto pela oposição e

* Palestra proferida no dia 31/03 no Clube Militar.

** O autor é General-de-Divisão.

pelas Forças Armadas como herdeiro da política varguista e simpático ao comunismo, a posse de Goulart enfrentou sérias resistências, dividiu o Exército e colocou o país à beira da guerra civil. Diante do impasse, adotou-se o parlamentarismo, e Goulart finalmente assumiu a Presidência em 7 de setembro de 1961, como chefe de Estado, mas não de governo.

De duração efêmera, o regime parlamentarista foi rejeitado pela esmagadora maioria da população, em plebiscito realizado em janeiro de 1963.

O caos programado

Investido dos plenos poderes presidenciais, João Goulart rapidamente passou a conduzir ações no sentido de implementar um projeto golpista que desaguardaria em um regime totalitário de esquerda. Insuflado e orientado por seu cunhado, Leonel Brizola, pregava a necessidade de “reformas de base” e a implantação de uma “república sindicalista”. Controlando o aparelho sindical, o governo promovia o grevismo, a anarquia e o caos, e o país passou a viver dias de intranquilidade, estagnação econômica e inflação descontrolada. Enfrentar e debelar tão graves problemas, afirmavam Jango e seus aliados, impunha a necessidade urgente de “reformas de base”, “com ou sem o Congresso, na lei ou na marra!” A mensagem não poderia ser mais clara!

Os comunistas

Aliado ao esquema governista, porém com seus próprios objetivos, identificava-se ainda um projeto revolucionário marxista-leninista, conduzido pelo Partido Comunista Brasileiro e seu líder, Luiz Carlos Prestes. A manobra revolucio-

nária buscava uma “frente única” e a concretização de uma “Revolução Democrática Burguesa” ao aliar-se à insurreição “burguesa” de Goulart e Brizola. Ao adotar esse processo, o PCB revelava fiel e rígida observância às diretrizes de Moscou, que recomendavam o “assalto ao poder pela via pacífica”, em contraposição a linhas de ação mais açodadas e radicais (foquistas, trotskistas e maoístas), defensoras da luta armada.

As Forças Armadas

Curiosamente, ambas as correntes – a janguista-brizolista e a comunista – viam na adesão e participação das Forças Armadas, e em especial do Exército, condição imprescindível para a conquista de seus objetivos. Para isso, fazia-se mister neutralizar, enfraquecer e solapar as lideranças contrárias aos seus desígnios e montar um “dispositivo militar” confiável, capaz de permitir e apoiar a ensandecida marcha no rumo do totalitarismo. Os chefes militares foram classificados em dois grandes grupos: havia os “generais do povo” e os “entreguistas”; as divisões internas foram fomentadas; e criou-se artificial e perigosa cisão entre oficiais e graduados. Os sagrados princípios da hierarquia e da disciplina passaram a sofrer permanente ataque.

Em janeiro de 1964, em viagem a Moscou, Prestes deixou claro o papel e a importância dos militares brasileiros no processo revolucionário vermelho:

... Oficiais nacionalistas e comunistas assegurarão, pela força, um governo nacionalista e antiimperialista... As reformas de base acelerarão a conquista dos objetivos revolucionários

... O grande trunfo será o dispositivo militar.

A escalada e os cenários prováveis

Em março de 1964, a desordem e a intranquilidade atingiram novos patamares. Ocorriam greves e aumentavam as arruaças e ameaças de intervenção de grupos armados ligados a Brizola. A população sofria com o desabastecimento, os freqüentes e inopinados cortes de energia elétrica e a quase diária paralisação do transporte público.

Arregimentada pela grande imprensa, pela Igreja Católica e por líderes políticos, a opinião pública começara a protestar e a participar maciçamente de manifestações contra aquele estado de coisas. Em tão conturbado ambiente, três eram os cenários mais prováveis para a evolução do quadro nacional: a implantação de um regime ditatorial de esquerda; o agravamento do anarquismo sindical; e a eclosão de uma guerra civil com conotações ideológicas. Claramente, a sucessão democrática normal, prevista para ocorrer no ano seguinte (1965), tornava-se a cada dia mais distante e implausível. Confiantes nas “forças populares” e no apoio do “dispositivo militar”, Jango, Brizola e Prestes buscaram escalar a crise, na certeza de alcançar, em curto prazo, desfecho favorável a seus propósitos.

Três episódios caracterizariam essa decisão: o comício realizado em frente ao prédio da Central do Brasil, em 13 de março, marcado pela agressividade e radicalização das posições; o motim de marinheiros e fuzileiros navais, em 25 de março; e o discurso pronunciado por João Goulart no Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, em 30 de março.

O desfecho: um golpe?

Dos três acontecimentos, os dois últimos influenciariam decisivamente a evolução dos acontecimentos, ainda que de maneira diametralmente oposta à imaginada por Goulart e seus companheiros de viagem. A incitação ao motim, o estímulo à quebra da hierarquia e da disciplina, a virulência de Jango e a clara intenção de aprofundar a anarquia e a desordem despertaram nas forças vivas da nação a necessidade de pronta e enérgica reação, ainda que à custa da quebra da ordem constitucional. A destemida e intrépida decisão dos generais Mourão e Guedes de iniciar, em Minas Gerais, com absoluta inferioridade de meios, o deslocamento em direção ao Rio de Janeiro e Brasília aglutinou e catalisou a resposta da sociedade brasileira aos desmandos e à subversão. A rapidez com que o movimento se fez vitorioso, sem encontrar a menor resistência de nenhum setor da sociedade, constitui a melhor prova do repúdio popular ao esquema golpista engendrado por Goulart e seus aliados.

A momentânea quebra da ordem institucional, respaldada e legitimada pelo Congresso e pelo imenso apoio popular, salvou a democracia, ameaçada pela intimidação do parlamento, pela pressão das massas sindicalizadas e pela anarquia das Forças Armadas. Desse modo, o 31 de Março de 1964 “[...] *é, primordialmente, um fato político e não uma quartelada, como insinuam seus adversários e detratores.*”.* Não pode, pois, ser rotulado como golpe militar, como, aliás, atestou o jornalista Roberto Marinho, em editorial do jornal *O Globo* de 7 de outubro de 1984:

* Gen José S. Fábrega Loureiro e Cel Pedro Schirmer, em “A Revolução de 1964” – *Correio Brasiliense*, 29 mar. 04.

“Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada... Sem o povo, não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou “golpe” com o qual não estaríamos solidários”.

31 de março: tempo de avaliar

Uma ditadura?

Desencadeada para impedir a implantação do totalitarismo de esquerda, a Revolução demoraria muito mais do que o inicialmente previsto e desejado por seus líderes para devolver o poder a um civil eleito democraticamente.

A causa principal do prolongamento do regime reside, sem dúvida, na necessidade de enfrentar a subversão e a luta armada, intensificadas a partir de 1968 por organizações comunistas e terroristas. Pela mesma razão, viu-se obrigado a lançar mão, em momentos extremos, de recursos amargos para impedir o país de mergulhar em prolongada guerrilha urbana e rural, deflagrada com o claro objetivo de implantar no país a “ditadura do proletariado”.

Não obstante o necessário e eventual uso de medidas de força, a Revolução sempre teve como meta o restabelecimento pleno da democracia. Aliás, é bom lembrar que seu último presidente, o General Figueiredo, governou durante seis anos sem nenhum dos poderes discricionários outorgados por atos revolucionários.

Não parece justo, portanto, acoimar de ditatorial um regime que exigiu o rodízio de lideranças, não praticou o culto da personalidade, não adotou o modelo do partido único, manteve os instrumentos de legalidade formais e, por fim,

autolimitou-se. Mais uma vez, a palavra do jornalista Roberto Marinho ilustra e esclarece:

“Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, um regime de força, consolidado há mais de 20 anos, que tenha utilizado seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da revolução de 1964.” (Julgamento da Revolução – *O Globo* – 7 de outubro de 1984)

Os êxitos

Ao restabelecer o clima de ordem e paz e o princípio da autoridade, o período revolucionário propiciou profundas, benéficas e duradouras transformações. Nunca antes, na história deste país (e nem depois), viveu-se tempo de tão acelerado progresso e concretas realizações. O quadro abaixo permite esclarecedora comparação:

Período	Média/Ano
1964/84	6,29
1985/89	4,39
1990/94	1,24
1995/02	2,31
2003/07	3,78

Taxa Média/Ano de Crescimento Econômico Real Expresso em % do PIB – Fonte: IBGE

Apresentando taxas de crescimento não mais atingidas, o Brasil passou do 49º para o

8º lugar, entre as economias do mundo. Dentre outros feitos, a infra-estrutura do país foi modernizada e ampliada, todas as capitais estaduais passaram a ser interligadas fisicamente por estradas de muito boa qualidade, incorporou-se efetivamente a Amazônia ao patrimônio nacional, desenvolveram-se as indústrias naval e aeronáutica, criaram-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrária e a Empresa Brasileira de Telecomunicações, multiplicou-se por 9 a potência elétrica instalada, por 6 as reservas de petróleo e por 15 as receitas com exportações, e as fronteiras econômicas expandiram-se, com a adoção do “mar de 200 milhas”. Iguais êxitos foram alcançados na área social, por intermédio de medidas como, por exemplo, a incorporação à Previdência Social de 20 milhões de trabalhadores rurais, a promulgação do Estatuto da Terra, a criação de órgãos e instrumentos de ação social como o FGTS e o PIS/Pasep e a instituição do Mobral e do Projeto Rondon.

Diante de tão expressivas e incontestáveis realizações, não é exagero afirmar que a Revolução modernizou o Brasil e plantou as bases físicas que, ainda hoje, alicerçam a caminhada do país no rumo do pleno desenvolvimento, como sociedade livre e democrática.

Certamente, equívocos foram cometidos. O balanço, todavia, é inquestionavelmente positivo, e a análise isenta do período, “descompromissada com o emocionalismo próprio dos perdedores”, certamente revela resultados extremamente favoráveis, muito diferentes da “versão construída pelas esquerdas, com bases em referências ideológicas inconsistentes e ultrapassadas”.

31 de março: tempo de exaltar

Comemorar a Revolução Democrática de 31 de março de 1964 é também exaltar!

Exaltar e homenagear as lideranças civis e militares que há 44 anos demonstraram a visão, o arrojo e o destemor para arrostar os perigos da hora presente e arrastar a nação pelos caminhos que haveriam de possibilitar a preservação da democracia e a preservá-la do comunismo.

Exaltar e homenagear os chefes militares que exerceram a Presidência da República com os olhos postos somente na grandeza e nos interesses da pátria. Que pautaram suas atitudes pelo comedimento e pelo decoro, que levaram uma vida austera, sem jactâncias ou demonstrações de arrogância, que não se entregaram a conchavos, buscando reeleger-se ou perpetuar-se no cargo, que não permitiram o culto a suas personalidades, que não vacilaram em adotar medidas duras e impopulares, em vez de ceder às práticas do assistencialismo e do populismo voltados para a manutenção de vantagens eleitorais, que selecionaram equipes administrativas com base no mérito, e não para atender interesses subalternos, que se portaram com altivez e independência, sem se preocupar em agradar grupelhos e corriolas ideológicas, que procuraram servir, e não servir-se do cargo para enriquecer ou enriquecer seus familiares, e que, ao término dos mandatos, saíram de cena com a serenidade própria de quem soube cumprir a missão.

Exaltar e homenagear, principalmente, os incontáveis brasileiros, militares e civis, heróis anônimos que travaram e venceram o “Combate nas Trevas” contra a luta armada

desencadeada em nossas cidades e no campo por ensandecidos brasileiros cooptados por facções do comunismo internacional. A expressiva frase cunhada pelo General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, antigo Ministro do Exército, hoje gravada nas paredes de várias de nossas organizações militares, sintetiza a exaltação e a homenagem devidas a esses compatriotas:

“Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora de agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se opor a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a nação não fosse levada à anarquia”.

Sim, estaremos sempre solidários, enquanto proclamarmos, com a força e o vigor possíveis, a “grande mentira” contida na afirmação de que a luta armada originou-se da opressão exercida pelos governos revolucionários, sobretudo a partir da edição do Ato Institucional nº 5. Pois, como revela o corajoso e franco depoimento de ex-integrante de um grupo guerrilheiro,

“Não compartilho a lenda de que no fim de 1960 e no início de 1970 nós (inclusive eu) fomos o braço armado de uma resistência democrática. Acho isso um mito surgido durante a campanha da anistia. Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que

elas se apresentem como instrumento da resistência democrática”.*

Estaremos sempre solidários, enquanto lembrarmos que o sacrifício supremo feito por tantos brasileiros tombados na defesa da democracia e da legalidade não recebe ou recebeu as vultosas e obscenas indenizações pagas com dinheiro público aos que roubaram, assaltaram, seqüestraram e mataram.

Estaremos sempre solidários enquanto repudiarmos as tentativas de opor o “Exército de hoje, democrático e profissional”, ao “Exército de ontem, golpista e torturador”.

Estaremos sempre solidários, enquanto não permanecermos em acovardado silêncio diante da farsa de meliantes, que, em vez de se envergonharem de seus crimes, ganham redobrada ousadia e organizam-se para difamar e até levar às barras dos tribunais honrados militares que cumpriram o duro dever de combatê-los.

Estaremos sempre solidários, enquanto compreendermos que a democracia impõe a convivência harmoniosa e respeitável entre contrários, mas não exige a bajulação, a subserviência, as homenagens e as condecorações a antigos agitadores e terroristas que, de armas na mão, procuraram levar a nação à anarquia e ao comunismo.

31 de março: tempo de alertar

Comemorar o 31 de Março, finalmente, convida-nos a ouvir vozes de alerta!

* Depoimento prestado por Daniel Aarão Reis, ex-militante do MR-8, atualmente professor de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, em entrevista a *O Globo*.

Alerta, porque (para usar as palavras de respeitado chefe militar) “no momento em que carece o país de exemplos de lealdade, de prática da verdade, de honestidade, de probidade e de seriedade, no momento em que ventos antidemocráticos sopram na América do Sul, no momento em que se reescreve e distorce a História, com vil visão marxista”, é preciso relembrar e meditar sobre os ideais de 1964.

Alerta, porque, apesar de todas as demonstrações de tolerância, respeito à ordem democrática e perdão aos criminosos de ontem, as Forças Armadas continuam marginalizadas e tratadas com descaso e mal disfarçada hostilidade. Alijadas das esferas decisórias da República, em nome da concórdia tudo têm aceito, até o inaceitável, como o pagamento de régias recompensas a traidores e desertores que se levantaram para implantar, em nosso país, ditadura de modelo castrista, maoísta e soviética.

Alerta, porque, na revolução cultural gramscista, “heróis não são mais os que morreram pela liberdade, mas os que mataram pela escravidão, e as homenagens não são mais para os homens da lei, mas para os homens sem lei”.

Alerta, porque enquanto o banditismo alimentado pelo tráfico de drogas aterroriza cidades, ceifa vidas e enluta milhares de famílias, o país integra foro de países que trata como aliada a organização narcoguerrilheira de país vizinho, com claras e evidentes ramificações em nosso território.

Alerta, porque, tolerados e apoiados pelo Estado e pelo estrangeiro, grupos revolucionários atuam livremente em todo o país e com invulgar capacidade de mobilização, invadem terras produtivas, destroem propriedades, incendeiam instalações

e depredam preciosos laboratórios, na certeza de que estão acima e além da lei.

Alerta, porque a pretexto de defender etnias indígenas, organizações não-governamentais e entidades com sede no estrangeiro controlam, na prática, ponderáveis porções do território nacional, e, recentemente, conseguiram, até mesmo, proibir um oficial-general do Exército de acompanhar, em área sob sua jurisdição, visita de autoridade ministerial.

Alerta, porque a sociedade, anestesiada por décadas de intoxicante doutrinação, assiste, impassível, à omissão e à cumplicidade criarem no país clima de desprezo à verdade e à ética, de desrespeito à justiça, de desmoralização de instituições, de negociatas e escândalos.

Que “o Brasil de todos” (de todos os brasileiros de bem), o Brasil verde e amarelo azul e branco, o Brasil que soube dizer “Não!” à cor vermelha em 1964, ao ouvir essas vozes de alerta, possa responder como as sentinelas das velhas fortalezas portuguesas que, em suas rondas, rompiam o silêncio da noite com o brado: “Alerta estou!”

Conclusão

Como qualquer data histórica, comemorar a Revolução de 31 de março de 1964 requer serena reflexão, para que possamos efetivamente entendê-la, avaliá-la, exaltá-la e dela retirar ensinamentos.

Não se esgota, porém, nesses verbos, a tradicional comemoração promovida pelo Clube Militar. Porque, ao comemorá-la e proclamar seus feitos e ideais, o que fazemos é buscar a fé e a inspiração para continuar a lutar pela preservação das liberdades democráticas.

Atuação da Artilharia de Campanha da 1ª DIE: um aprendizado*

*Carlos Rocha Thomas***

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade analisar os ensinamentos da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, em particular os da atuação da Artilharia de Campanha, representada pela Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (AD/1ª DIE) e pelas Companhias de Obuses dos Regimentos de Infantaria (Cia O/RI). Na conclusão, será apresentada a síntese dos principais ensinamentos da atuação da Artilharia da 1ª DIE na Segunda Guerra Mundial.

Palavras-Chave

Artilharia de Campanha da 1ª DIE; atuação da FEB.

Introdução

O presente trabalho versa sobre os ensinamentos da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Todavia, em virtude da sua amplitude, houve a necessidade de limitar a pesquisa, sendo estipulado um subtema inédito com o seguinte título: A atuação da Artilharia de Campanha da 1ª DIE – um aprendizado.

Durante as ações de combate, a Artilharia de Campanha fez-se presente por meio da AD/1ª DIE e das Cia O/RI, que proporcionavam, em todos os momentos, o necessário apoio de fogo, colaborando para o êxito

das operações brasileiras no Teatro de Operações (TO) da Itália.

Dessa forma, foi realizada uma apreciação sobre a organização, a preparação e a atuação da AD/1ª DIE na Segunda Guerra Mundial.

A transformação doutrinária ocorrida na preparação da tropa e a experiência adquirida pela AD/1ª DIE e pelas Cia O em combate trouxeram importantes ensinamentos para a Artilharia de Campanha, contribuindo de forma significativa para a evolução da arte da guerra, da doutrina e do pensamento militar brasileiro.

A importância do trabalho está associada à comemoração dos 61 anos da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Por isso,

* Colaboração da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

** O autor é Major de Artilharia e de Estado-Maior.

pretende-se enaltecer a coragem e os feitos heróicos do Soldado Brasileiro e mostrar aos brasileiros o compromisso das Forças Armadas com a paz e com a democracia.

O trabalho tem por objetivo colaborar com a evolução da doutrina militar brasileira, principalmente com o emprego da Arma de Artilharia, projetar o Exército Brasileiro nacionalmente e engrandecer a História Militar.

Para tal, procedeu-se a uma pesquisa científica qualitativa, explicativa e aplicada. A primeira interpretou os dados coletados. A segunda identificou os fatores que condicionaram a atuação da artilharia da 1ª DIE. A aplicada produziu conhecimentos que pudessem ser empregados pela Artilharia na atualidade.

Por ser um tema relacionado com a História Militar, foram empregadas pesquisas de procedimento técnico-bibliográfico e documental. Tal fato ocorreu em relação ao método de procedimento histórico adotado pelo autor no trabalho.

O método procedimento comparativo também foi empregado com intuito de mostrar a evolução da Artilharia de Campanha. Assim, buscou-se identificar o seu perfil antes da Segunda Guerra Mundial e sua transformação a partir da adesão do Brasil ao conflito.

O método abordagem dedutivo permitiu, por meio de uma cadeia lógica de raciocínio, chegar à conclusão final. O método indutivo foi empregado com intuito de ressaltar a experiência real de combate e proporcionar maior veracidade ao trabalho.

Por fim, depois de confrontar a base teórica com os resultados da pesquisa realizada, pretende-se mostrar, como conclusão do trabalho, que a atuação na Segunda Guerra Mundial foi o grande ponto de aceleração e evolução da Artilharia de Campanha brasileira.

Material e método

O trabalho, em sua esquematização, foi dividido de um modo geral em quatro segmentos.

No primeiro, denominado Antecedentes Históricos, o leitor foi ambientado ao cenário internacional e nacional da época, levando-se em consideração alguns aspectos dos campos do poder.

No segundo, foi apresentado o perfil da Artilharia de Campanha brasileira antes da Segunda Guerra Mundial, ainda sob influência da doutrina militar francesa, como marco inicial de sua grande evolução.

No terceiro, foi efetuada uma apreciação sobre a organização e a preparação da AD/1ª DIE e das Cia O/RI no Brasil e na Itália, destacando-se as principais dificuldades encontradas.

No quarto segmento, realizou-se, por meio do método de procedimento histórico, uma análise da atuação da Artilharia de Campanha no TO da Itália, bem como das repercussões imediatas geradas no Exército Brasileiro (EB), após o retorno da FEB ao País.

A análise da atuação foi dividida nas fases das Operações do Destacamento FEB, da Defensiva de Inverno, do Plano Encore, da Ofensiva da Primavera e das Operações de Movimento. Em cada uma delas, procurou-se, anteriormente, narrar de forma sucinta a manobra da arma-base. Ao final, foram levantados os principais ensinamentos obtidos pela Artilharia de Campanha da 1ª DIE.

A pesquisa científica teve como base uma extensa bibliografia e inúmeros documentos consultados na Biblioteca do Exército, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na Fundação Getúlio Vargas, no Arquivo Histórico do Exército e no Centro de Documentação do Exército, todos focados no tema e constantes das

referências. Deles extraíram-se informações pertinentes ao objeto do estudo, que foram classificados conforme a segmentação do trabalho.

Além disso, o trabalho contou informações qualitativas transmitidas pelo General-de-Divisão Domingos Ventura e pelos coronéis de Artilharia Amerino Raposo Filho e Helio Mendes, todos integrantes da FEB, em entrevistas exclusivas, gravadas em fitas VHS, constantes das referências. Estas enriqueceram sobremaneira o trabalho, pois, delas, foram extraídas informações pertinentes ao objeto da pesquisa.

Além do método dedutivo, o método indutivo foi empregado por ocasião da consulta dos relatórios de combate das organizações militares da AD/1ª DIE, existentes no Arquivo Histórico do Exército, e nas entrevistas dos integrantes da FEB, possibilitando ressaltar a experiência real de combate e elucidar pontos que requereram maior investigação ou detalhamento.

Resultados

Após a análise da atuação da Artilharia de Campanha da 1ª DIE, foram obtidos os seguintes ensinamentos:

Técnica de tiro

O Cmt da Bia O passou a cuidar do planejamento, da coordenação e da supervisão operacional e administrativa. Com isso, a técnica de tiro ficou ao encargo do adjunto do S3, que liderava a recém-criada Central de Tiro, na determinação dos elementos de tiro a serem enviados para as peças.

As preparações de artilharia, ao contrário do que ocorreu na Primeira Guerra Mundial, tornaram-se mais curtas. Nas fases da Defensiva do Inverno e do Plano Encore, a 1ª DIE desen-

cadeou alguns ataques coordenados, sem antes realizar uma preparação. Por outro lado, nos dias em que antecederam à fase da Ofensiva da Primavera, a AD/1ª DIE realizou inúmeras preparações falsas. Todos os procedimentos anteriormente discriminados visavam manter o sigilo das operações brasileiras.

A regulação passou a ser realizada em posições de amarração, selecionada na própria área de posição dos Grupos e afastada dos locais de instalação das linhas de fogo (LF). Na fase de melhora, conforme método norte-americano, apenas seis tiros, curtos ou longos, defasados em 50m, passaram a ser considerados na obtenção da deriva e da alça ajustadas. Ademais, houve o emprego de um novo tipo de regulação: a Regulação com Levantamento do Ponto Médio.

A Preparação Teórica foi outra inovação adotada pela Artilharia de Campanha. Ela, com as informações fornecidas, a cada quatro horas, pela Turma Meteorológica da AD/1ª DIE, obtinha correções teóricas e mantinha os elementos de tiro ajustados sempre atualizados, sem necessitar realizar uma nova regulação.

Os Grupos brasileiros empregaram constantemente fogos de barragens ao longo da Segunda Guerra Mundial como fogos de proteção final. Estes caíam linearmente no terreno, barrando a progressão inimiga. Nas barragens de Grupo, duas baterias atiravam, com espoleta percudente (E Pe); outra com espoleta de tempo (E Te), em uma frente de 200m, simultaneamente.

Organização

A dosagem de Observadores Avançados (OA), um por unidade valor batalhão, não era suficiente para atender às solicitações da

infantaria em toda frente de batalha. Cada OA atendia aos pedidos de três Companhias de Fuzileiros (Cia Fuz). Assim, a dosagem prevista no Quadro de Organização dos Grupos brasileiros foi majorada para um por subunidade (SU), resolvendo tal problema.

A Artilharia brasileira manteve contato com três novos escalões de artilharia até então poucos conhecidos: a Artilharia do Corpo de Exército, a Artilharia do Exército de Campanha e o Agrupamento de Artilharia. Esses escalões, após a Segunda Guerra Mundial, passaram a ser estudados e ensinados nas escolas militares do EB.

A AD/1ª DIE transformou a Turma de Topografia da sua Bateria Comando (BC) em uma Subseção de Localização de Morteiros, passando a atuar com a 2ª Seção. Todas as informações sobre os morteiros alemães eram anotadas, avaliadas e transformadas em missões de tiro, cumpridas diariamente pelos Grupos e pelas Cia O. A medida aumentou o índice de neutralização de morteiros inimigos, salvando a vida de muitos soldados brasileiros.

Em Montese, a AD/1ª DIE recebeu um crédito de 100 mil granadas de Artilharia. Destas, cerca de 21 mil foram consumidas, tornando-se difícil a tarefa de remuniamento. Fruto de tal experiência, o efetivo e o número de viaturas das seções de remuniamento (Sec Remn) dos Grupos foram aumentados.

Topografia

Na doutrina francesa, para levantar um ponto avante, no processo da triangulação, necessitava-se, como base, de, pelo menos, quatro pontos-estação à retaguarda. Fruto da influência norte-americana, a Artilharia de Campanha brasileira adotou na triangulação o método 2-2-2. Dele, partindo de dois pon-

tos levantados, a partir de outros dois à retaguarda, era possível obter as coordenadas de dois pontos avante.

Linha de fogo

A ação da artilharia alemã foi iminente ao longo da guerra. Assim sendo, o estabelecimento da posição de troca e da posição falsa tornou-se atividade necessária e impositiva para todas as Cia O dos Grupos brasileiros. Os alemães chegaram ao requinte de colocar uma peça na posição falsa. Esta, denominada peça nômade, atirava e manobrava para outra posição falsa. Tal procedimento atraía fogos da artilharia do V Exército de Campanha, que desperdiçava grande quantidade de munição em alvos fictícios.

As medidas de segurança aproximada foram incrementadas a partir da participação da Artilharia brasileira na Segunda Guerra Mundial. Elas dividiam-se em medidas passivas e ativas. Entre as passivas, as mais utilizadas eram a dispersão, a camuflagem e os abrigos individuais e coletivos. As medidas ativas, como cordéis de tropeço, vigias do ar, sentinelas, metralhadoras .50 e lança-rojões, eram estabelecidas em torno do perímetro da posição de bateria.

Nos Apeninos, durante a Fase da Defensiva do Vale do Reno e das Operações do Plano Encore, os Grupos da AD/1ª DIE, principalmente o 2º Grupo de Obuses, realizaram tiros com trajetória vertical, em virtude da existência de massas cobridoras de grande inclinação em frente das posições de bateria. Esse tiro, uma das novidades da doutrina militar norte-americana, era realizado com alças superiores a 800 milésimos e necessitava de cuidados especiais por ocasião de sua execução.

Material de Artilharia

Para participarem da Segunda Guerra Mundial, Grupos de Artilharia da AD/1ª DIE e as Cia O/RI foram dotados de obuses auto-rebocados. O 1º, o 2º e o 3º Grupo de Obuses receberam material 105mm M1A1, com alcance útil de 9km, tracionados por viaturas 2 ½ t. O 4º foi dotado do material 155mm, com alcance útil de 12km, tracionado pelo trator M5. As Cia O receberam o obus 105mm M1A3, com alcance útil de 6km, tracionado por viaturas 1 ½ t.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com o avanço científico-tecnológico, novos tipos de artefatos foram desenvolvidos, como a granada fumígena, a E Te e a espoleta de tempo variável (ETV). Todos foram empregados pela Artilharia de Campanha da 1ª DIE. A granada fumígena arrebentava no terreno, gerando grande quantidade de fumaça. A E Te e a ETV ocasionavam o arrebentamento da granada, a uma altura padrão acima do solo. No caso da ETV, esta era de 20m.

Observação

A presença dos OA com os elementos de manobra em 1º escalão fortaleceu a ligação entre a infantaria e a artilharia, tornando mais dinâmico o apoio de fogo e diminuindo o risco de fratricídios. Em todas as batalhas, principalmente em Monte Castelo e em Montese, eles demonstraram coragem, sangue-frio e conhecimento da função, ajustando os tiros com rara mestria.

Militares, como o Tenente Rubens Resstel, Tenente Manoel Valença Monteiro, Tenente Salli Szajnferber, utilizaram processos de localização de alvos oriundos da doutrina norte-americana na condução do tiro. Entre os processos, o das coordenadas, o da localização geográfica e o do

transporte são os mais conhecidos e constam, atualmente, no Manual de Observações do Tiro de Artilharia (C6-130).

A 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª ELO) operou 10 aviões *Piper Cub* L4H da 1ª DIE durante a Segunda Guerra Mundial e ficou adida à AD/1ª DIE, realizando operações de observação, ligação, reconhecimento e ajustagem do tiro. Tinha o efetivo de 12 oficiais aviadores, 1 oficial intendente, 11 oficiais observadores aéreos (O Ae) do EB. Inúmeras vezes, cumpriu missões além da linha de contato e aquém da altitude de segurança, penetrando profundamente no dispositivo alemão e localizou, por meio dos O Ae, importantes alvos para a Artilharia de Campanha brasileira.

Emprego tático

O reconhecimento, escolha e ocupação de posição (REOP) deixou de ser executado de forma sumária, sendo classificado em tempo suficiente e tempo restrito, e a ocupação, em diurna e noturna. O objetivo do REOP era preparar e preservar o sigilo da posição de bateria, evitando os fogos de contrabateria.

As tarefas realizadas no REOP permitiam o desdobramento de um Grupo no terreno de forma mais eficiente possível, possibilitando a adoção de um dispositivo no qual o material e a munição estivessem em posição, as peças apontadas, e o comando, as comunicações, a observação, as ligações e o apoio logístico estabelecidos. Antes da ocupação de posição, era realizado o reconhecimento do escalão Grupo pelo Cmt e pelo estado-maior (EM) e o reconhecimento do escalão bateria pelo Cmt SU e por seus auxiliares diretos.

A artilharia da 1ª DIE, ao longo da Segunda Guerra Mundial, ocupou várias vezes uma posição de manobra. Tais mudanças eram realizadas com intuito de manter a continuidade do apoio de fogo. Os postos de comando (PC) manobravam, normalmente, em dois lanços e as baterias de obuses em dois ou três lanços. No entanto, quando havia o recobrimento de um segundo Grupo, a mudança de posição era realizada em um único lanço.

Ligações e comunicações

No aproveitamento do êxito e na perseguição, a velocidade das operações alongou a distância de comunicações, aumentando a quantidade de manobras do PC. Dessa maneira, a artilharia procurou desdobrar o PC o mais à frente possível, visando reduzir a quantidade de manobras e manter elevado o nível de comando e controle. Para atenuar esse problema, o Cmt da AD/1ª DIE empregou em várias oportunidades o PC móvel.

Nas operações de movimento da 1ª DIE, os órgãos dos PC funcionaram sobre rodas, principalmente quando havia previsão de uma nova manobra em um curto espaço de tempo. A medida proporcionava rapidez na desocupação, acelerando o ritmo das operações. O emprego do meio de comunicações rádio era preponderante, sendo instalado somente o mínimo possível de circuitos fio.

Os avanços tecnológicos surgidos trouxeram importantes contribuições para evolução da Artilharia do Brasil. O meio de comunicações rádio foi uma dessas inovações. A Artilharia de Campanha da 1ª DIE foi dotada de equipamentos rádio, viabilizando a transmissão rápida de mensagens de tiro, de comando e administrativas, bem como do cumprimento da sua missão no TO da Itália.

Ademais, os Grupos de Obuses foram contemplados com um equipamento rádio terra-avião SCR-610, em virtude da presença da 1ª ELO no quadro-organizacional da AD/1ª DIE. Essa ligação viabilizou a realização das inúmeras missões de tiro cumpridas pelos O Ae.

Os Oficiais de Ligação (Of Lig) mantiveram contato cerrado com os elementos de manobra da 1ª DIE, trocando informações sobre as possibilidades da Artilharia de Campanha e sobre as operações. Nos PC dos elementos apoiados, coordenavam o apoio de fogo e assessoravam no emprego mais eficiente dos meios de artilharia disponíveis, assegurando segurança, rapidez e eficácia no engajamento dos alvos a serem batidos.

Os Of Lig estabeleciam a linha de segurança. Esta obrigava a realização de uma coordenação adicional com a arma-base, caso os fogos fossem solicitados aquém do seu traçado. Com o advento do vetor aéreo, passaram a coordenar também o possível conflito entre as trajetórias das granadas de artilharia e a rota das aeronaves da 1ª ELO, bem como as ações do 1º Grupo de Aviação de Caça brasileiro, curto da *No Cub Line*, restringindo fogos aéreos com a arma-base, aquém do seu traçado.

Discussão

Técnica de tiro

A Central de Tiro foi uma importante mudança doutrinária adotada pela Artilharia brasileira. Com ela, os tiros passaram a ser desencadeados três minutos após o recebimento das missões ou das correções enviadas pelo observador, proporcionando apoio de fogo oportuno e preservando a vida de muitos brasileiros.

As preparações de artilharia tornaram-se mais curtas ou não eram realizadas com intuito de surpreender o inimigo e obter uma vantagem decisiva. As preparações falsas, fato ocorrido em Montese, dissimulavam as operações, iludindo os alemães quanto à localização do verdadeiro ataque brasileiro.

A regulação realizada na posição de amarração permitiu a obtenção dos elementos de tiro ajustados, evitando a revelação prematura das posições de bateria e os fogos de contrabateria alemães. A adoção de apenas seis tiros na fase de melhora, ao contrário da regulação da doutrina francesa, que gastava 12 tiros, proporcionou maior economia e maior rapidez na ajustagem.

A regulação com levantamento do ponto médio foi muito utilizada na região montanhosa dos Apeninos, constituindo-se em uma solução para a observação dos tiros de artilharia em terrenos com dobras ou com ângulos mortos.

A AD/1ª DIE, ao empregar a Preparação Teórica, manteve seus fogos precisos, evitando atirar desnecessariamente. Dessa forma, preservou o sigilo das operações, economizando munição, evitando, dessa maneira, fogos de contrabateria dos alemães.

As barragens foram importantíssimas durante a consolidação e a manutenção dos objetivos conquistados pela 1ª DIE. Elas, além de fazerem parte do repertório de tiros previstos, contribuíram para a manutenção das posições brasileiras, impedindo ataques, contra-ataques do inimigo e protegendo tropas e instalações.

Organização

Com o aumento da dosagem de OA, cada Bia O passou a contar com três observadores, totalizando nove, na organização de um Grupo. Todos eles eram distribuídos à arma-base,

dinamizando e incrementando o apoio de fogo prestado pela AD/1ª DIE, ao longo da campanha brasileira na Itália.

A Artilharia do Corpo de Exército, a Artilharia do Exército de Campanha e o Agrupamento de Artilharia complementaram o apoio de fogo prestado pela AD/1ª DIE. Tais escalões tinham a missão de aprofundar o combate, realizar fogos de contrabateria e proporcionar apoio de fogo adicional aos escalões subordinados.

A experiência da Subseção de Localização de Morteiros da AD/1ª DIE foi bem-sucedida, sendo considerada o embrião da criação da Bateria de Busca de Alvos (Bia BA), prevista na organização atual de uma AD. Mais tarde, uma seção similar foi criada na BC dos grupos orgânicos de Brigada, com o nome de Seção de Radar Contramorteiro. Contudo, esta foi extinta no início da década de 1990.

Com o aumento do efetivo e do número de viaturas das Sec Remn, os Grupos incrementaram a capacidade de transporte de munição. Assim sendo, a dotação orgânica de munição de artilharia dos Grupos de Artilharia de Campanha (GAC) aumentou. Hoje, em um GAC 105mm, ela é de 164 tiros/peça, sendo 36 transportados pelas peças, 98 pela Sec Remn das Bia O e 98 pela Sec Remn da BC.

Topografia

A área de conexão, localizada entre a área de posição e a área de alvos, passou a ser levantada pelo método de triangulação denominado 2-2-2. Dessa maneira, o levantamento topográfico dos Grupos tornou-se mais simples e rápido, mantendo-se sempre a precisão dos trabalhos realizados.

Linha de fogo

A Artilharia brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, adotou doutrinariamente a preparação da posição de troca e da posição falsa. A primeira proporcionava segurança e continuidade do apoio de fogo, caso a posição inicial fosse atingida por fogos de contrabateria. A segunda era uma forma de dissimular ou de iludir o inimigo quanto à verdadeira localização da posição inicial. A peça nômade tinha o mesmo propósito. No entanto, tal procedimento não foi adotado doutrinariamente.

As medidas de segurança aproximada ainda são utilizadas pela Artilharia de Campanha brasileira. As medidas passivas protegem as SU dos fogos e das vistas do inimigo. As ativas visavam impedir a infiltração e o ataque de tropas inimigas no interior das posições de baterias.

O tiro de trajetória vertical passou a ser empregado após a Segunda Guerra Mundial e está previsto nos atuais Programas-Padrão de Instrução. Possui duração de trajeto, flecha e dispersão consideráveis, sendo muito sensível às condições atmosféricas. Dessa forma, requer muito adestramento por parte dos integrantes da linha de fogo, da central de tiro e dos observadores.

Material de artilharia

A Artilharia de Campanha brasileira, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi gradativamente motorizada e dotada do material auto-rebocado. Assim, adquiriu maior mobilidade e rapidez nos deslocamentos, nas entradas e nas saídas de posição.

Os fumígenos eram muito utilizados para mascarar o movimento das tropas brasileiras e cegar a observação inimiga. As duas novas espoletas aumentavam o efeito letal dos estilhaços da granada, gerando um efeito similar ao de uma foice. No retorno da FEB ao Brasil, diversos lo-

tes de granadas fumígenas ETe e ETV foram adquiridos e os procedimentos dos observadores e os da central de tiro passaram a ser ensinados nas escolas do EB e nos corpos de tropa.

Observação

A observação avançada, acompanhando os elementos em 1º escalão e vivenciando a manobra, contribuiu para a neutralização de armas automáticas inimigas estabelecidas em posições defensivas, fazendo com que a intervenção do combate fosse oportuna. Dessarte, facilitou a progressão da infantaria, preservando a integridade física e elevando moral dos soldados brasileiros.

Os OA constantemente empregaram os processos de condução de tiros das coordenadas, da localização geográfica e do transporte. Nos dois primeiros processos, havia necessidade da existência de uma carta da região de operações, na qual o observador levantava as coordenadas precisas do alvo. No terceiro, no entanto, o OA utilizava um ponto de referência nítido no terreno, que servia de base de correção e transporte para o alvo selecionado.

A 1ª ELO era o principal meio de busca de alvos da AD/1ªDIE. Seus OA conduziam os fogos de contrabateria sobre a artilharia e morteiros e de aprofundamento sobre alvos a mais de 4km da linha de contato, como PC, reserva e instalações logísticas alemãs.

Emprego tático

No REOP, os elementos destacados para a preparar a posição organizavam o sistema de comunicações e a trama topográfica. Além disso, amarravam a pontaria das peças, cavando o buraco das conteiras das flechas e plantando as balizas na direção da deriva referência. Os gui-

as eram deixados na posição, para ultimar a camuflagem e balizar o itinerário das peças durante a ocupação. Todos os procedimentos, praticamente, ainda estão em vigor e foram aperfeiçoados com o desenvolvimento científico-tecnológico atual.

Na maioria das vezes, por motivos de segurança, as ocupações de posição foram realizadas à noite, nos períodos em que a luminosidade da Lua era mais fraca. Isso dificultou ainda mais os trabalhos de preparo da posição, haja vista que, na época, não existiam os meios de visão noturna disponíveis na atualidade.

Em relação à manobra dos Grupos e da AD/1ª DIE, o processo de mudança em um único lanço obrigava o emprego do PC móvel. Esse processo, realizado em dois ou três lanços, obrigava que parte do efetivo permanecesse prestando o apoio de fogo e mantendo o funcionamento do PC, enquanto a outra deslocava-se para a próxima posição, com intuito de prepará-la. Os elementos deixados à retaguarda somente deslocavam-se quando a posição de manobra já se encontrasse preparada, ou a Bia O, deslocada anteriormente, estivesse desdobrada. Assim, no processo por escalão, os trabalhos de REOP foram quase sempre predominantemente restritos, em virtude da necessidade imediata de abertura do tiro.

Ligações e comunicações

Atualmente, o PC móvel recebeu a denominação de PC tático, possuindo uma estrutura leve, de grande mobilidade, instalada em veículos apropriados ou em plataformas aéreas. Sua missão é permitir que o Cmt do escalão considerado dirija as operações em curso durante seu deslocamento, inteirando-se com o PC principal e fornecendo ou recebendo informações em tempo real.

No PC sobre rodas, os órgãos funcionavam nas próprias viaturas, e o número de barracas instaladas era ínfimo. Essa medida facilitava a saída da posição. Hoje, esse procedimento é adotado doutrinariamente pela Artilharia brasileira, independentemente do prazo de permanência na posição, haja vista a ameaça constante do PC ser percebido pela guerra eletrônica, pela aviação ou pela artilharia inimiga.

Os rádios dos Grupos de Obuses foram distribuídos em duas redes, o Canal "A", rede rádio (RR) do Comandante do Grupo, e o Canal "B", Rede de Tiro. Havia também a rede rádio, que viabilizava a ligação entre a Central de Tiro do Grupo e o O Ae da 1ª ELO. Atualmente, um Grupo possui quatro redes rádio, uma de comando e uma de tiro para cada uma das Bia O. Além do mais, o equipamento rádio, previsto na dotação dos GAC e das BC da AD, é o conjunto rádio EB11 ERC 230, que viabiliza as comunicações por meio de rede de observação aérea com uma aeronave situada até 150km.

Atualmente, a Linha de Segurança recebe, conforme a doutrina militar brasileira, o nome de Linha de Segurança de Apoio de Artilharia (LSAA). Na Segunda Guerra Mundial, normalmente, a 1ª linha era traçada aquém do objetivo assinalado. No assalto, por iniciativa do Of Lig, a 2ª linha entrava em vigor a cerca de 500m, além do objetivo conquistado, proporcionando segurança à tropa.

A *No Cub Line* é denominada, hoje, Linha de Coordenação de Apoio de Fogo (LCAF), sendo traçada em uma linha nítida do terreno. Essa linha evitou a ocorrência de fratricídios sobre os pracinhas brasileiros.

A coordenação adicional, entre a Artilharia de Campanha da 1ª DIE e as aeronaves da 1ª ELO, recebe o nome atualmente de Espaço

Aéreo Restrito (EAR). Esta evita que os aviões sejam atingidos pela granada de artilharia, proporcionando segurança a sua tripulação.

Conclusão

AAD/1ª DIE cumpriu com mestria sua missão durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo sob condições adversas e em momentos difíceis, como na Defensiva de Inverno e nos ataques a Monte Castelo, prestou à infantaria um apoio de fogo imprescindível, contribuindo para a vitória das Armas brasileiras no TO da Itália.

Essa confronto mostrou-nos como uma Artilharia ultrapassada, dotada de material de tração animal, influenciada pelos conhecimentos, advindos da Primeira Guerra Mundial e da doutrina militar francesa, pôde evoluir para uma Artilharia moderna para os padrões da época, tornando-se um destaque durante a Campanha na Itália.

Fruto de sua atuação, os documentos do Alto Comando Alemão, advertindo o comando da Frente Italiana da entrada em combate de uma artilharia forte e muito bem adestrada, foram confirmados. Isso foi ratificado em depoimentos militares alemães, os quais, após tornarem-se prisioneiros, afirmaram que se renderam por não resistirem aos fogos da artilharia da 1ª DIE.

Uma série de inovações surgiu, como tiro vertical, E Te, ETV, granadas fumígenas, observação aérea, bem como os novos instrumentos topográficos e equipamentos de comunicações. Com a participação do Brasil no conflito, ao lado dos EUA, a Artilharia de Campanha acompanhou a evolução da arte da guerra e do pensamento militar, contribuindo para manter a doutrina de emprego atualizada.

Os novos processos de levantamento topográfico, observação e técnica de tiro foram responsáveis pela pronta atuação da artilharia em todas as frentes, com rápidas mudanças de planos de tiro, para os mais variados e distantes objetivos. Ademais, os O Ae e avançados trouxeram maior precisão aos fogos imediatos de contrabateria e de aprofundamento, proporcionando maior segurança à arma-base e evitando os casos de fratricídio, muito comuns na Primeira Guerra Mundial.

Houve ainda, ao longo da campanha brasileira, um perfeito entrosamento entre a infantaria e a artilharia em todos os escalões da 1ª DIE. Essa ligação, de difícil treinamento em tempo de paz, foi materializada pela figura do Of Lig e dos OA, que atuaram incessantemente com as companhias, batalhões e regimentos. Além disso, constituiu-se fator decisivo para a excelência da AD/1ª DIE na Itália, sincronizando, com segurança e precisão, o fogo da artilharia e a manobra da arma-base.

A organização adotada pelos grupos da AD/1ª DIE, similar à utilizada na doutrina norte-americana, foi inserida na maioria das unidades de Artilharia de Campanha. Grande parte passou a contar com três Bia O, com o acréscimo de duas peças em cada SU. Os Grupos que não receberam novos obuses 105mm ou 155mm tiveram as rodas do antigo material de tração animal substituídas por aquelas dotadas de pneumáticos, transformado-se em auto-rebocados.

As escolas militares foram reformuladas para que pudessem ensinar aos seus alunos as lições apreendidas pela FEB na Segunda Guerra Mundial. Para isso, inúmeros artilheiros foram nomeados instrutores da ECEME, EsAO, AMAN e EsSA. Dessa forma, os ensinamentos provenientes da doutrina militar norte-americana, as experiênci-

as de combate e os novos conhecimentos técnicos e táticos da Artilharia foram transmitidos nos bancos escolares e difundidos em todo Brasil.

As OM de Artilharia receberam integrantes da FEB e inúmeros concludentes das escolas militares. Ao mesmo tempo, o Acordo Militar Brasil-EUA reaparelhou a Força com novos armamentos, viaturas e equipamentos. Dessa forma, a Artilharia de Campanha brasileira começou a experimentar a maior evolução de sua história. A instrução militar foi aperfeiçoada. A doutrina e a orga-

nização tornaram-se modernas, semelhantes às do Exército norte-americano, já o mais poderoso Exército do Mundo, na época.

Infelizmente, os governos brasileiros, a partir de então, por inúmeros motivos, não disponibilizaram recursos orçamentários suficientes ao EB. Assim, a Artilharia brasileira não conseguiu manter a modernidade bélica atingida na época. Contudo, os quadros da Arma mantiveram-se atualizados em relação à evolução da arte da guerra, evidenciando um profissionalismo exemplar, principal herança deixada pelos integrantes da AD/1ªDIE. ☉

Referências

- ALVES, J. V. Portela F. *Seis séculos de Artilharia*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1959. 362 p.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Relatório de Combate da AD/1ªDIE*. Rio de Janeiro, 1945. 230 p.
- _____. *Relatório de Combate do 1º GO*. Rio de Janeiro, 1945. 37 p.
- _____. *Relatório de Combate do 2º GO*. Rio de Janeiro, 1945. 56 p.
- _____. *Relatório de Combate do 3º GO*. Rio de Janeiro, 1945. 11 p.
- _____. *Relatório de Combate do 4º GO*. Rio de Janeiro, 1945. 59 p.
- _____. *Relatório de Combate da 1ª ELO*. Rio de Janeiro, 1945. 10 p.
- _____. *Ordens Gerais de Operações do 4º Comando de Exército*. 1944/1945. 232 p.
- _____. *Ordens Gerais de Operações do 1ª DIE*. 1944/1945. 198 p.
- Brasil. Estado-Maior do Exército. *A História do Exército Brasileiro*. 1. ed., 1972.
- BOUCSEIN, Heinrich. *Bombardeiros, caças, guerrilheiros: finale furioso na Itália*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.
- CAMARGO, Aspásia. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.
- CAMPELLO, Ruy Leal. *Um capitão de Infantaria na FEB*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999. 171 p.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1960.
- COSTA, Octávio. *Trinta anos depois da volta*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1976.
- DE SOUZA, Simonal Silva. *Batalha de Montese*. Minas Gerais: Editora Prymil, 2005. 703 p.
- FILHO, Amerino Raposo. *Amerino Raposo Filho: depoimento* [jul. 2005].
- Entrevistador: Carlos Rocha Thomaz. Rio de Janeiro: ECEME, 2005. 3 fitas cassete (120min), 31/4pps, estéreo.
- FORTES, Heitor Borges. *A Artilharia Divisionária da 1ª DIE na Campanha da Itália*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1962.
- _____. *Velhos regimentos*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1964.
- LIMA, Rui Moreira. *Senta Pua! 2. ed.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1989. 467 p.
- MELLO HENRIQUE, Elber de. *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1959. 262 p.
- MENDES, Hélio. Hélio Mendes: depoimento [jun. 2005]. Entrevistador: Carlos Rocha Thomaz. Rio de Janeiro: ECEME, 2005. 2 fitas cassete (120min), 31/4pps, estéreo.
- MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo. Cordeiro de Farias, [1960]. 412 p.
- _____. *Memórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.
- _____. *Memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
- MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001. t. 1 a 8.
- PINTO JR, Domingos Ventura. *A Tomada de Monte Castelo e La Serra*. Porto Alegre: Editora Gênese, 2003.
- RAMOS, José de Oliveira. *A epopéia dos Apeninos*. Rio de Janeiro: Laemmert, [s.d.]. 262 p.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001. 353 p.
- _____. *Cruzes brancas – o diário de um pracinha*. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1963. 218 p.
- UZEDA, Olivio Gondim de. *Crônicas de guerra*. Alagoas: Imprensa Oficial, 1947. 219 p.
- VILLANOVA, Fausto Vasques. *Com a 1ª ELO na Itália*. Rio de Janeiro: INCAER, 1991. 200p.

Bôers – a guerra do fim do mundo*

(primeira parte)

César Augusto Nicodemus de Souza**

Entendendo as razões da guerra

Antecedentes

Desde o início do século XVIII, os colonos do Cabo vinham expandindo seu território em direção ao norte e ao leste. Esses movimentos eram liderados por descendentes dos primeiros colonos batavos que haviam chegado à região, a partir de 6 de abril de 1652. Aqueles fazendeiros brancos e suas famílias, gente extremamente religiosa, ativa e de espírito independente, fugindo da opressão dos britânicos, que, naquela época, dominavam a área, buscavam novas terras, para prover o seu sustento, e pastagens para criar seus rebanhos. Ficaram conhecidos por sua saga, criando as primeiras trilhas da penetração européia, como os *voortrekkers* ou *trek bôeres* – abreviadamente bôeres.

Para eles, todos os sacrifícios da vida em barracas ou em carroções tracionados por bois, enfrentando constantes combates com os nativos que habitavam aquelas paragens, compensavam a falta de liberdade e perseguições que vivenciavam nas cidades, sujeitos aos burocratas

e aos privilegiados cidadãos britânicos – por mais insignificantes que tivessem sido seus papéis na sede do Império. Começaram por enfrentar os *khoikhoi*, que lhes negavam bravamente a posse de uma nova terra para se estabelecerem. Próximo à virada do século, a grande oposição veio dos *khosa*, mais a leste, que lhes opuseram grande resistência. Frequentes escaramuças ocorriam, particularmente em Zuurveld, na fronteira delineada pelo *Great Fish River* – Rio do Peixe Grande ou, mais simplesmente, Rio do Peixe. Em 1779, ocorreria o primeiro dos inúmeros e ferozes combates da guerra aberta contra os *khosa*.

A conquista paulatina dos espaços na África austral, basicamente na direção leste-oeste, é uma epopéia de sacrifícios, bravura e perdas. Por vezes, tiveram de transpor cadeias de montanhas das mais íngremes e perigosas, onde um pequeno descuido, quase sempre, representava a perda de cabeças de gado e de todos os bens que uma família havia amealhado uma vida inteira. Pior; muitas vezes, com o carroção rolando morro abaixo, e desintegrando-se, iam, também, preciosas vidas – do chefe da família aos amados filhos.

* Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

** O autor é General-de-Brigada, historiador e docente do Curso e História Militar, coordenado pelo IGHMB.

Voltaremos a essa aventura desbravadora e de lutas, contra várias tribos da região, na oportunidade de realização de nossa exposição sobre a África do Sul, como um todo. Uma coisa é certa: essa forma de conquista forjou um povo extremamente forte, indômito, aventureiro, inventivo e operoso. Tudo tinha de ser resolvido, improvisado e construído por eles, apesar dos opositores locais ou britânicos; com ou sem ferramentas, dispondo ou não de recursos específicos. Veremos que a inventividade era quase um dom inato entre aquela gente.

Os primeiros combates anglo-bôeres

Pródromos

Não deixa de ser curioso que, nos primeiros esforços para a conquista da supremacia dos mares, a Inglaterra jamais tenha-se interessado pelo ponto de apoio do Cabo, no encontro entre o Atlântico e o Índico. Nunca o disputou com os holandeses – que ali haviam-se fixado desde 1652 –, senão no curto período da Guerra Anglo-Holandesa, em 1795. Terminado o conflito, findou o interesse e os batavos voltaram a controlar a região, entre 1803 e 1806. A rigor, a Inglaterra só manifestou empenho na posse quando pretendeu negá-lo à França napoleônica. Essas foram as razões das primeiras ocupações da futura Colônia do Cabo da Boa Esperança.

Mas, as coroas européias, vitoriosas contra as ondas revolucionárias do populacho francês e aquela movida pelo Corso, não podiam mais se omitirem e reuniram seus representantes na Áustria, para a partilha do Mundo entre aqueles “escolhidos por Deus” para dirigi-lo.

Pelo Tratado de Viena, em 1815, a Grã-Bretanha obteve o beneplácito das demais potências, a fim de estabelecer-se definitivamente

no que passou a ser a sua Província do Cabo da Boa Esperança, para expandir-se a partir dali quase sem limitações maiores. Ao final do século XIX, suas possessões incluíam Natal, Basutolândia, Suazilândia, Rodésia, Bechuanalândia e outras regiões conquistadas aos nativos, genericamente englobados por eles na tribo dos bantus.

Mas os bôeres, estabelecidos naquelas áreas, repeliavam as expedições ou incursões britânicas. Inclusive, já haviam combatido e acertado a paz com as mais expressivas tribos guerreiras do vasto território e não aceitavam que os britânicos lhes complicassem a vida novamente, acirrando problemas entre os nativos e os brancos europeus. Os bôeres queriam paz – “viver e deixar viver” –, enquanto os britânicos traziam para a região seus já consagrados métodos de senhores colonizadores.

A figura de Andries Pretorius

Em decorrência dessa rivalidade irreconciliável, três campanhas militares ocorreram entre essas partes, não computadas na numeração das guerras Anglo-Bôeres, as quais, de maior expressão, viriam a ser conhecidas como 1ª (a de 1880-81) e 2ª (1899-1902) guerras.

Em 1837, uma parte dos *voortrekkers*, a coluna liderada por Piet Retief, ultrapassara os *drakensberg* e se estabelecera a 80km de Durban – antiga Natal –, ocupada pelos britânicos, que conviviam bem com Shaka, rei dos *zulus*. Em fevereiro de 1838, um dos chefes *zulus*, Dingane, meio-irmão de Shaka, assassinou friamente todos os homens bôeres, inclusive Retief, que com ele comemoravam um acordo de utilização de terras, acertado entre as partes.

Em novembro, chegou à região Andries Pretorius, logo escolhido para chefiar a comunidade acéfala, que passou a chamar-se Pietermaritzburg. As relações com os britânicos, então, eram cordiais, mas era objetivo de Dingane “varrer todos os brancos” daquelas terras. A feroz luta que se seguiu só terminou, em 16 de dezembro, com o combate que ficou conhecido como de *Blood River* – no qual cerca de 400 bôeres, atirando com precisão, inclusive com dois pequenos canhões, e carregando a cavalo fora do perímetro das carroças, fracionaram e derrotaram uma força de cerca de 10 mil guerreiros *zulus*, matando cerca de 3.500 deles.

Os *zulus* estabeleceram uma paz com os bôeres – 400 dos quais, sob a liderança de Pretorius, em janeiro de 1840, auxiliaram Mpande em sua revolta contra o meio-irmão Dingane. Contudo, os nativos passaram a incursionar sobre a britânica Durban, obrigando os ingleses a evacuá-la. É lá que os bôeres, rebatizando-a Natal, irão sediar sua nova República de Natália.

Dessarte, mesmo amparados por acordo acertado com os nativos, com o silencioso beneplácito dos britânicos, estes levaram a guerra aos bôeres, no mesmo território, para evitar a formação de um Estado que tenderia a lhes ser rival, certamente atraídos pela importância da conquista e manutenção do porto estratégico de Natal, hoje Durban.

Os bôeres expandiam o território, derrotavam os nativos; e os britânicos, mais uma vez, iam ao enalço deles para recolher os frutos. Começou o derramamento de sangue.

Em março de 1842, o Governador do Cabo, Sir George Napier, enviou uma pequena força de 323 combatentes, sob o comando do Capitão Thomas Charlton Smith, do 27º Regimento de

Fuzileiros, para ocupar Port Natal, de maioria inglesa. Smith era um militar experiente, tendo, inclusive, combatido em Waterloo. Da expedição faziam parte, além das duas companhias de britânicos regulares, um destacamento de Atiradores Montados do Cabo – tropa miscigenada, destacada em várias ações no sul da África, que serviria, então, de guarda pessoal do comandante –, sapadores e mineiros e as guarnições para as duas peças de Artilharia: um canhão de 6lb e um obuseiro de 24lb, bem como era comum à época, mulheres “de acompanhamento”, guias e condutores de mulas e carroças.

Smith decidiu surpreender os bôeres e combater-lhes decisivamente em Congella, valendo-se da baixa-mar para envolvê-los. No entanto, não pôde contar com o apoio de fogo, que contava ser prestado, a partir do lado oposto de Congella, pelo obuseiro de 24lb, instalado sobre um batelão. Exatamente, se a baixa-mar favorecera o seu deslocamento, impedira o batelão de navegar, e este acabara encalhado. Surpresa não houve nenhuma, pois Pretorius previra uma posição defensiva em sua retaguarda, alertando o conjunto. A reação, sim, foi inesperada para os atacantes, causando-lhes muitas baixas e perdas materiais.

As desastradas ações iniciais foram fruto de arrogância do profissional europeu e redundaram em um retraimento para dentro do *Old Fort*, onde Pretorius infligiu-lhe cerco e bombardeio – mais de 600 tiros – com as próprias peças apreendidas, inclusive aquelas do Forte Victoria, que fora tomado em curso da ação.

A desprendida ação de um morador, que cavalgou 10 dias até o Cabo para dar conta da situação, fez vir reforços de Port Elisabeth, pelo bergantim *Conch*, e do Cabo – 800 homens transportados pelo *Southampton*, sob o coman-

do do Coronel Josias Cloete. Depois de manobra de desembarque e fogo naval, conjugada por ação por terra, o forte foi liberado, após mais de quatro semanas de cerco, e os bôeres foram forçados a se retirarem em direção a Pietermaritzburg. Ali, Andries Pretorius convenceu seus seguidores a tentar obter uma solução pacífica com a Coroa. Três semanas após o cessar-fogo, representantes da *Volksraad*, Assembléia do Povo, assinaram a paz e o fim da República Natália.

Muitos *voortrekkers*, novamente sobre carroções, rolaram para o Norte, vindo a se estabelecer nas margens sul e norte do Rio Vaal.

Na região do Rio Orange, os britânicos tentaram impedir o estabelecimento dos bôeres, apoiando abertamente Adam Kok, o chefe dos *griqua*, um grupo mestiço nativo, de idioma basicamente batavo, que precedera os bôeres na dominação do sudoeste da região. Os bôeres, além de inferiorizados numericamente, ainda estavam dispersos, em função da necessidade de fazer funcionar suas fazendas, sem as quais seu povo sucumbiria. Por outro lado, com rica cultura própria, não admitiam serem controlados por mestiços.

Em 1845, estouraram os conflitos na região de Transorange. Os *griqua* – que eram dotados de cavaleiros e armas de fogo – não conseguiam submeter os *trekkers*. Destacou-se, nessa época, a argúcia e a bravura de Pretorius, que, com pequenas frações de comandos, levava à dispersão e à intranquilidade a tropa britânica estabelecida em Bloemfontein.

Os britânicos decidiram intervir para garantir a dominação sobre os bôeres. Em 1848, o novo governador do Cabo, o mercurial Sir Harry Smith, decidiu decretar a Constituição da *Orange River Sovereignty*, como território da Coroa,

composto pela Transorange e a faixa ao sul do Rio Transvaal. Quando a tensão aumentou, deslocou-se pessoalmente para a área, com efetivos variados, onde sobressaíam três esquadrões do 7º *Dragon Guards* e três peças de artilharia. Harry Smith, a rigor, não queria que houvesse combates, pois informara à Coroa que os habitantes estavam satisfeitos com o novo *status* que ele lhes outorgara.

Mas ele estava, efetivamente, ou mal informado ou profundamente equivocado sobre o grau de determinação e de resistência dos bôeres; ele levava longe demais suas exigências e a guerra aberta foi inevitável. Embora ao final, vitorioso, a soberania da área nunca seria tranqüila. Por outro lado, os atrativos econômicos não eram tão expressivos para os britânicos, que logo acabaram assinando uma paz em Bloemfontein, em 23 de fevereiro de 1854, que garantiu a implantação de um outro país no sul da África: o *Orange Vrystaat* (Estado Livre de Orange).

A faixa norte do Rio Vaal declarou-se independente em 1857, unindo as terras da margem esquerda, sob o nome de República do Transvaal, que seria mudada, mais tarde, para República Sul-Africana (*Zuid-Afrikaaniche Republic* – ZAR).

As guerras anglo-bôeres

A chamada “primeira guerra anglo-bôer”

Para complicar a sobrevida daquelas duas repúblicas, dois destacados britânicos viriam endurecer substancialmente a atuação colonial britânica: Benjamin Disraeli, que assumiu o cargo de Primeiro-Ministro britânico, em 1868, ali permanecendo até 1880, passando a desenvolver o mais completo planejamento e

execução de expansão do Império britânico em todos os tempos; Lord Carnarvon, seu secretário de Estado, arquitetou formar uma confederação com todas as colônias, as repúblicas bôeres e os grupos nativos sul-africanos, sob influência britânica. Ao perceber que não conseguiria sob forma pacífica, recomendou a Disraeli, em 1876, que os britânicos deveriam derrotar o Transvaal em uma guerra, após a qual o Estado Livre de Orange cairia por si só. É fácil entender que o caminho para o confronto estava aberto; de um lado havia expressa vontade de fazer a guerra; do outro só restava resistir com máximo empenho, ou não sobreviveria.

Para reforçar as ações britânicas, o Transvaal “quebrou” financeiramente em 1877, não só por causa dos gastos com a luta contra os nativos *pedis*, no nordeste do país, mas, sobretudo, porque a população vinha-se recusando a pagar os impostos. A Grã-Bretanha aproveitou-se disso para assumir a direção daquele Estado, cujo presidente, desde 1872, T. F. Burgers. Carnarvon, tomou a iniciativa de mandar Sir Theophilus Shepstone, antigo secretário de Assuntos Nativos em Natal, com uma comissão de 25 burocratas, a fim de levantar os problemas administrativos, visando propor soluções e, na prática, para instalar-se como “Comissário Especial” e administrar o Transvaal. A população demonstrou, de imediato, não concordar com esse controle externo de suas vidas; mas não parecia haver alternativas.

Agindo de forma um tanto vaga quanto aos objetivos da Coroa, Shepstone amedrontou a administração bôer com uma iminente bancarrota e a total falta de controle sobre as tribos nativas que habitavam o território – em especial os *zulus* e os *pedis*. O governo dos bôeres estava desmoralizado e tentou conven-

cer sua gente de que uma administração britânica seria benéfica a todos. A população ficou dividida, embora os opositores, inicialmente, tivessem adotado uma linha que identificaram como de “resistência pacífica”.

Shepstone valeu-se de um documento, que ele dizia ter sido assinado por mais de 3 mil pessoas gradadas da República, aceitando como solução a transformação do país em “Colônia Britânica do Transvaal”. Ainda anestesiados pelo pacifismo, os cidadãos assistiram apáticos, em 12 de abril de 1877, à Proclamação de Anexação, em plena Praça da Catedral, no centro da capital, Pretoria.

Contudo, em maio seguinte, a Assembléia do Povo enviou delegação a Carnarvon, com abaixo-assinado de mais de 6.500 cidadãos, demonstrando que a população não havia aprovado tal anexação. Considerada extemporânea pelo Governo britânico, dela nada resultou.

Enquanto isso, a Metrópole fracassava, justamente onde alardeava seus predicados: desenvolver economicamente em infra-estrutura e dar segurança aos fazendeiros da nova Colônia. Os *pedis* jamais pagaram a multa devida pelo acordo de paz com o extinto Transvaal e os *zulus* invadiam as terras produtivas do sudeste, simplesmente porque faltavam soldados para manter a lei e a ordem na colônia. Nem a ferrovia prometida para *Delagoa Bay* – a Lourenço Marques dos portugueses (hoje Maputo) – tomou forma. A *Eastern Line* só seria concluída em 8 de julho de 1895, pelo Governo da República do Transvaal restabelecida – ZAR. O seu controle viria a ser um dos primordiais objetivos britânicos na segunda guerra bôer, para isolar os bôeres e impedir seu acesso ao mar.

Em janeiro de 1878, a situação começou a se deteriorar em Pretoria, com manifestações hostis à presença britânica. A segunda comissão que tinha sido enviada a Londres, para que fosse cedida nova independência à ZAR, retornara sem resposta positiva, apesar de ter sido ouvida pelo novo Secretário de Estado, *Sir Michael H. Beach*. É que este também era adepto da “*confederação*”. *Sir Owen Lanyon* foi nomeado para substituir o desgastado Shepstone, em 1879.

Mesmo a mudança de governo na Metrópole, com a ascensão dos liberais, em abril de 1880, tão esperada pelos bôeres, não melhoraria as condições da ZAR, uma vez que era também pensamento de Gladstone manter o domínio sobre Pretoria.

O parlamento de Orange, ao sul do Rio Vaal, sustentou as aspirações de independência do Transvaal, em maio de 1879. Até os bôeres que viviam na Colônia do Cabo externaram seu apoio moral aos irmãos do norte. Aliás, eles e seus descendentes serão muito importantes em 1900, no movimento subterrâneo que ali apoiará, nova e concretamente, os combatentes bôeres.

É preciso considerar que, em virtude das incursões *zulus* às fazendas dos bôeres, no sul do Transvaal, um destacamento destes lutou junto aos britânicos, bloqueando qualquer fuga dos nativos para o norte, sendo decisivos na derrota dos *zulus*, em julho de 1879. Os negros nativos deixaram de ser ameaça; a economia, a segurança e a liberdade dos bôeres, agora, só eram intimidados pelos britânicos.

Em setembro do mesmo ano, *Sir Garnet Wolseley* foi nomeado Alto Comissário para a África de Sudoeste, Governador de Natal e Transvaal.

Em outubro de 1880, o jornal de PAARL, na região do Cabo, escreveu em sua página principal: “*A resistência pacífica perdeu a razão de ser.*”

Paul Krüger, um dos mais proeminentes líderes dos bôeres, fizera duas viagens à Grã-Bretanha, procurando provar junto àquela Metrópole que seu povo não admitia mais a falta de independência.

Finalmente, na data nacional de 16 de dezembro, daquele 1880, os habitantes do Transvaal, sob a liderança de Paul Krüger, Marthinus W. Pretorius, filho de Andries, e de Piet Joubert rebelaram-se contra as autoridades britânicas e declararam sua independência. Nesta mesma data, a tropa britânica em Potchefstroom foi atacada e dispersada.

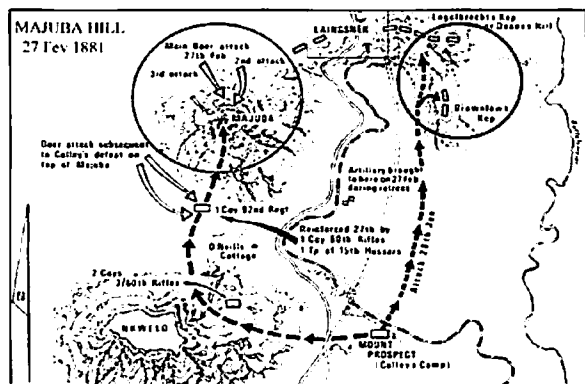
Em 20 de dezembro, um comboio do Exército britânico foi emboscado e destruído em Bronkhorstspuit; de 22 desse mês até 6 de janeiro de 1881 todas as guarnições militares britânicas foram cercadas.

Os bôeres vestiam-se com roupas cáqui ou próximas da cor do terreno; os europeus, nos seus uniformes vermelhos e cheios de brilho, eram alvos fáceis para atiradores experientes. Essa é a última campanha colonial britânica envergando tais uniformes.

Na tentativa de levantar os cercos a que eram submetidos seus militares, o comando britânico constituiu uma expedição com a *Natal Field Force*, sob o comando do experiente Major-General *Sir George Pomeroy Colley*. Este, ao tentar forçar a transposição das Drakensberg, no Passo de Laing, foi totalmente derrotado pelos *Comandos* de Joubert, perdendo substancial parcela de sua infantaria e cavalaria, em 28 de janeiro de 1881. Até hoje aquele combate é considerado pelos militares ingleses um “fiasco”. Este acabaria por determinar o fim do emprego

aberto dos estandartes das Unidades no cenário dos combates. Ali, sucessivamente, quatro delas tiveram seus portadores abatidos.

Os insucessos nas batalhas de Schuinshoogte, também conhecida como Ingogo, em 8 de fevereiro, e de Majuba Hill, em que o próprio General Colley foi morto, em 27 do mesmo mês, foram decisivos para o governo de Gladstone se convencer de que estava perdendo muito mais com aquela guerra “no fim do mundo” do que poderia ganhar. Optou, então, por autorizar um armistício com os revoltosos, em 6 de março.



Seguiu-se a assinatura do tratado de paz, em 23 do mesmo mês, pelo qual o Transvaal conquistou sua independência, teoricamente supervisionada pela Grã-Bretanha.

Em decorrência de suas atitudes desassombradas, e de sua popularidade, que vinha desde a infância, nos tempos da *Great Trek*, Paul Krüger virá a assumir a presidência do Transvaal, novamente livre, em 1881.

A chamada “segunda guerra anglo-bôer”

A descoberta de ouro em terras bóeres, em 1886, cujo maior veio do Mundo, com 96km de extensão, encontra-se na Cordilhei-

ra de Witwatersrand, levou ao Transvaal um fluxo crescente de prospectores, a maioria deles britânicos.

Profeticamente, Paul Krüger teria dito: “Em lugar de nos regozijarmos, melhor faríamos em chorar, pois este ouro será a causa de um banho de sangue em nosso país.”

Rapidamente, as minas e a maioria do comércio passaram às mãos de ingleses. O governo bôer, na tentativa de preservar os interesses de sua população, começou a negar cidadania aos *uitlanders* – estrangeiros – que não estivessem permanentemente no território durante os últimos 14 anos e a taxá-los substancialmente, apesar de todos os protestos britânicos. Não esqueçamos de que, além de tudo mais, estes vinham tomando as primeiras medidas para o preconizado plano de amalgamar todas as administrações sul-africanas, sob sua influência, em uma Confederação.

O grande provocador do conflito foi o político e financista britânico Cecil Rhodes, que enriquecera com a mineração de diamantes naquela área, e à época governava a Colônia do Cabo. Foi dele a concepção da montagem de um golpe de Estado no Transvaal, executado, em 29 de dezembro de 1895, por seu amigo pessoal, o Doutor *Sir* Leander Starr Jameson, a partir do território vizinho da Bechuanalândia, hoje Botsuana. Um grupo de 600 britânicos infiltrados foi levado a apoiar pelas armas uma rebelião de *uitlanders* que haviam sido instigados contra o Governo do Transvaal.

O fracasso da invasão deveu-se basicamente a um erro no corte dos fios telegráficos que ligavam o posto de fronteira à capital. A verdadeira ligação permaneceu ativada, e os golpistas viram-se logo presos, sem que houvesse a combinada adesão dos estrangeiros de

Pretoria. Dominada a incursão de Jameson, a aventura redundou em sua captura e encarceramento e na demissão de Rhodes; mas o mal já estava feito. As relações anglo-bôeres estavam definitivamente deterioradas. Aliás, os britânicos, pouco depois, compensariam os seus vilões: Jameson seria elevado a primeiro-ministro da Colônia do Cabo, de 1904 a 1908, e Rhodes homenageado por seus patrícios no topônimo dado à "Bechualândia"... Rodésia.

O ano de 1899 estava-se anunciando como decisivo. O Governo do Transvaal decidira interromper a passagem de trens, provenientes do Cabo, sobre o Rio Vaal, e a situação dos cidadãos britânicos naquele país tornava-se cada vez mais controlada. Prevendo o rompimento iminente de hostilidades, o Comandante-em-Chefe do Exército britânico, *Lord Wolseley*, não tendo conseguido convencer o seu Governo a mandar tropas para a região, enviou o bravo e eficiente Coronel Robert S. S. Baden Powell, acompanhado de um punhado de oficiais, para a Colônia do Cabo, a fim de estruturar dois Regimentos de Atiradores Montados, com pessoal da Bechualândia. O objetivo era resistir à esperada invasão da colônia de Natal, impedir a chegada dos bôeres ao litoral e facilitar o eventual desembarque de tropas britânicas, além de servir, pela presença, de uma demonstração de força para as tribos locais que pudessem pretender pender para um apoio aos bôeres.

Igualmente ao governo de Sua Majestade, os políticos locais temiam que um aumento da presença militar britânica pudesse provocar um ataque bôer. Dessarte, Baden Powell teve de organizar tudo em sigilo – do recrutamento aos depósitos e meios de transporte. Com tropas mal treinadas, e diante, ainda, das repercussões pelo fracassado *raid* do Dr Jameson, uma

enorme superioridade numérica dos bôeres e a reconhecida preponderância de sua tática de *comandos*, não restava a Baden senão adotar uma postura defensiva. Conseqüentemente, optou por manter o controle da localidade de Mafeking, não só por localizar-se na fronteira, controlando a passagem da ferrovia entre Bulawavo e Kimberley, como também por se tratar de importante centro administrativo e de abastecimento. É sempre bom recordar que Ladysmith, na descida para Durban, já era a guarnição militar britânica mais importante a circundar as terras bôeres.

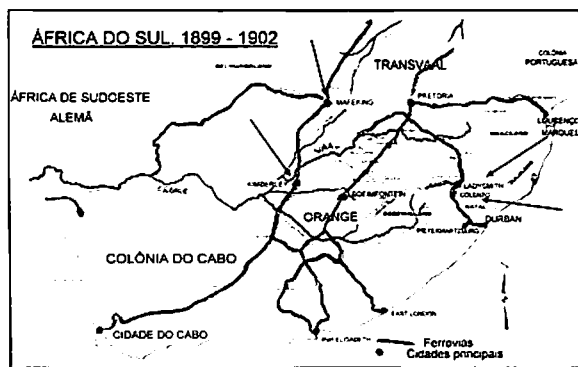
A situação logo precipitar-se-ia com a nomeação do novo Governador do Cabo, *Sir Alfred Milner*. Dizendo-se muito ressentido com o tratamento dado aos britânicos, promulgou decretos elevando o efetivo das tropas britânicas no sul da África de 12 mil homens para um exército de 50 mil. Tomado como uma provocação, em 9 de outubro de 1899, Krüger exigiu a retirada, em 48 horas, de todas as tropas britânicas das fronteiras do Transvaal, sob pena de estabelecer-se o estado de guerra aberta.

Aos que se espantam com prazo tão curto, exigindo, é claro, uma crucial e intransferível decisão do Governo central em Londres, para um conflito tão distante, no interior da África, lembremos que qualquer guarnição inglesa, ali situada, estava ligada por telégrafo à capital do Império. A Grã-Bretanha lançava por todos os mares seus cabos, que se ligavam às linhas terrestres.

O Transvaal, por seu lado, vinha recebendo pelo Porto de Lourenço Marques, através da ferrovia finalmente concluída pelo governo de Krüger, armamentos, munições e equipamentos militares – especialmente provenientes da Alemanha. Mas não faltaram excelentes canhões *Schneider-Creusot* de 155mm, franceses.

Embora seus efetivos totais não ultrapassassem 88 mil soldados, com baixo padrão de instrução militar, mas altamente aguerridos e bons atiradores, eles eram brilhantemente dirigidos por chefes destacados, como Louis Botha e Jan Smuts.

A guerra realmente irromperia em 11 de outubro, e Paul Krüger, agora com 74 anos, permaneceria em Pretoria, em decorrência de sua saúde abalada. Isso não impediu a sequência de



vitórias na fronteira da Colônia do Cabo e na província de Natal, esta invadida por cerca de 20 mil homens, onde obtiveram sucesso nos cercos às guarnições britânicas de Mafeking e Kimberley – iniciados em 14 de outubro – e de Ladysmith – em 2 de novembro de 1888 –, localidades que bloqueavam os acessos ferroviários às suas terras e, por isso mesmo, serviam de sede às mais importantes guarnições militares britânicas no Teatro de Operações (TO).

Veremos que tais cercos acabaram por se mostrarem contraproducentes, pois imobilizaram importantes efetivos e equipamentos que poderiam ter sido decisivos em outros pontos, além de proporcionar o tempo necessário para que a Grã-Bretanha trouxesse mais meios materiais e humanos para decidir a seu favor. Pior, eles deixavam de empregar a sua prática mais destrutiva e temida pelos britâni-

cos: o combate altamente móvel e eficaz de seus *Kommandos*. E não esqueçamos: a *Velha Albion* era extremamente rica e determinada, e seus braços eram longos suficientemente para alcançar qualquer parte do Globo. No momento mesmo em que as operações começavam, sob o comando do General Sir Redvers Buller, 47 mil britânicos já estavam a caminho da África do Sul.

À proporção que a divulgação dos combates, em paragens tão distantes e, para alguns, tão exóticas, foi sendo ampliada, o interesse pelo conflito tornou-se mundial. Havia, até, uma torcida pelo “David” diante do “Golias”. A flexibilidade do *Commonwealth* fez-se presente pela participação de australianos, neozelandeses, ceiloneses, indianos e, pela primeira vez, uma força expedicionária canadense. Também, norte-americanos e irlandeses lutariam com os britânicos, mas haveria representantes dessas duas nações em ambos os lados.

Pelo lado bôer, combateriam alemães, franceses e russos, além da participação de uma equipe de saúde completa holandesa.

Outro aspecto interessante a destacar foi o largo emprego das ferrovias por ambos os contendores, seja para carrear meios, seja para orientar as direções estratégicas a seguir. Os britânicos, quando transitavam por regiões sujeitas a emboscadas bôeres, ou quando encetavam uma progressão em direção ao inimigo, valiam-se de vagões e, mesmo, de locomotivas blindadas.

Voltemos às operações. Ao desembarcar, o General Buller foi levado a abandonar os planos iniciais e, com somente 19.400 homens, ainda não adaptados às condições locais, deslocou-se imediatamente de Durban para libertar a tro-

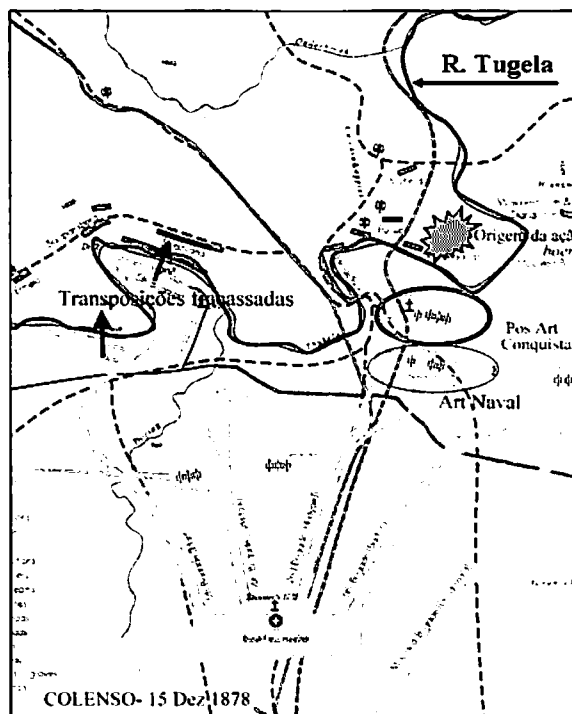
pa cercada em Ladysmith, que abriria o caminho para o Transvaal. Seria necessário antes, contudo, desalojar o inimigo em Colenso, apoiado no corte do Rio Tugela.

Colenso

No corte do Rio Tugela, em Colenso, 15 de dezembro de 1899, os britânicos foram barrados e desbaratados por 4.500 bôeres, sob o comando do General Botha, que lhes causou mais de mil baixas e ainda lhes tomou praticamente todos os canhões da 14ª Bateria de Artilharia de Campanha. Aliás, esse combate será uma referência na mudança da doutrina britânica para o emprego da Artilharia de Campanha, até então lançada à frente do dispositivo, para causar o máximo de baixas ao inimigo antes do combate das armas-base. É que as peças, até então, tinham trajetórias excessivamente tensas, que não lhes permitiam atirar por sobre a própria tropa ou uma elevação à frente. Os artilheiros, dessa forma, ficavam muito expostos a bons atiradores e às cargas de cavalaria.

Naquele combate, os bôeres perceberam que a artilharia estava sendo posicionada contra eles à frente do dispositivo, como era tradicional entre os ingleses, mas carecia de uma infantaria, que se atrasava. Era da doutrina britânica que, inicialmente, os infantes protegiam a ação das baterias e, após isso, lançavam-se ao ataque, aproveitando-se dos efeitos dos fogos, que teriam “amaciado” o inimigo. Aquela exposição – ainda mais desprotegida – foi fatal para a artilharia.

Os bôeres concluíram que poderiam se apoderar do material, antes mesmo de o combate começar. Os artilheiros iniciaram seus trabalhos no serviço das peças de Artilharia de Campanha, sem mesmo saberem por onde andavam os canhões navais, que, tracionados por bois, eram



sempre mais lentos e ainda não tinham sido colocados em posição.

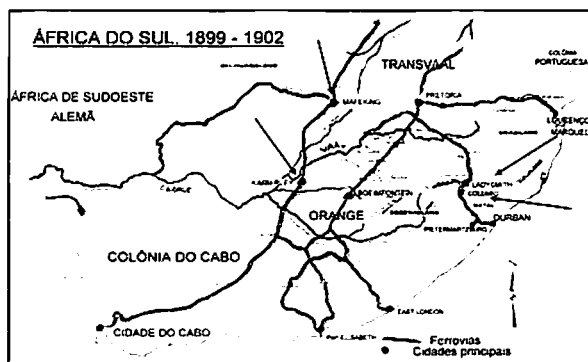
Portanto, não havia infantaria, nem qualquer artilharia em condições de prestar apoio de fogo. Disso se valeram os bôeres, que desencadearam pesada fuzilaria e concentrações de sua artilharia contra a posição da 14ª Real Bateria, a qual foi momentaneamente abandonada pelo seu pessoal.

Um comando bôer transpôs o rio e começou a remover os canhões para a outra margem. Apesar da bravura de um pugilo de artilheiros, que retornaram para evitar aquela ação, só duas peças não foram capturadas. Ficou patente que um meio importante e caro como o material de artilharia não poderia mais ficar sem, pelo menos, uma massa cobridora a protegê-lo passivamente da ação inimiga.

Os bôeres, de sua parte, procuravam alturas que dominassem, a distância, as posições

Embora seus efetivos totais não ultrapassassem 88 mil soldados, com baixo padrão de instrução militar, mas altamente aguerridos e bons atiradores, eles eram brilhantemente dirigidos por chefes destacados, como Louis Botha e Jan Smuts.

A guerra realmente irromperia em 11 de outubro, e Paul Krüger, agora com 74 anos, permaneceria em Pretoria, em decorrência de sua saúde abalada. Isso não impediu a sequência de



vitórias na fronteira da Colônia do Cabo e na província de Natal, esta invadida por cerca de 20 mil homens, onde obtiveram sucesso nos cercos às guarnições britânicas de Mafeking e Kimberley – iniciados em 14 de outubro – e de Ladysmith – em 2 de novembro de 1888 –, localidades que bloqueavam os acessos ferroviários às suas terras e, por isso mesmo, serviam de sede às mais importantes guarnições militares britânicas no Teatro de Operações (TO).

Veremos que tais cercos acabaram por se mostrarem contraproducentes, pois imobilizaram importantes efetivos e equipamentos que poderiam ter sido decisivos em outros pontos, além de proporcionar o tempo necessário para que a Grã-Bretanha trouxesse mais meios materiais e humanos para decidir a seu favor. Pior, eles deixavam de empregar a sua prática mais destrutiva e temida pelos britânicos:

o combate altamente móvel e eficaz de seus *Kommandos*. E não esqueçamos: a Velha Albion era extremamente rica e determinada, e seus braços eram longos suficientemente para alcançar qualquer parte do Globo. No momento mesmo em que as operações começavam, sob o comando do General Sir Redvers Buller, 47 mil britânicos já estavam a caminho da África do Sul.

À proporção que a divulgação dos combates, em paragens tão distantes e, para alguns, tão exóticas, foi sendo ampliada, o interesse pelo conflito tornou-se mundial. Havia, até, uma torcida pelo “David” diante do “Golias”. A flexibilidade do *Commonwealth* fez-se presente pela participação de australianos, neozelandeses, ceiloneses, indianos e, pela primeira vez, uma força expedicionária canadense. Também, norte-americanos e irlandeses lutariam com os britânicos, mas haveria representantes dessas duas nações em ambos os lados.

Pelo lado bôer, combateriam alemães, franceses e russos, além da participação de uma equipe de saúde completa holandesa.

Outro aspecto interessante a destacar foi o largo emprego das ferrovias por ambos os contendores, seja para carrear meios, seja para orientar as direções estratégicas a seguir. Os britânicos, quando transitavam por regiões sujeitas a emboscadas bôeres, ou quando encetavam uma progressão em direção ao inimigo, valiam-se de vagões e, mesmo, de locomotivas blindadas.

Voltemos às operações. Ao desembarcar, o General Buller foi levado a abandonar os planos iniciais e, com somente 19.400 homens, ainda não adaptados às condições locais, deslocou-se imediatamente de Durban para libertar a tro-

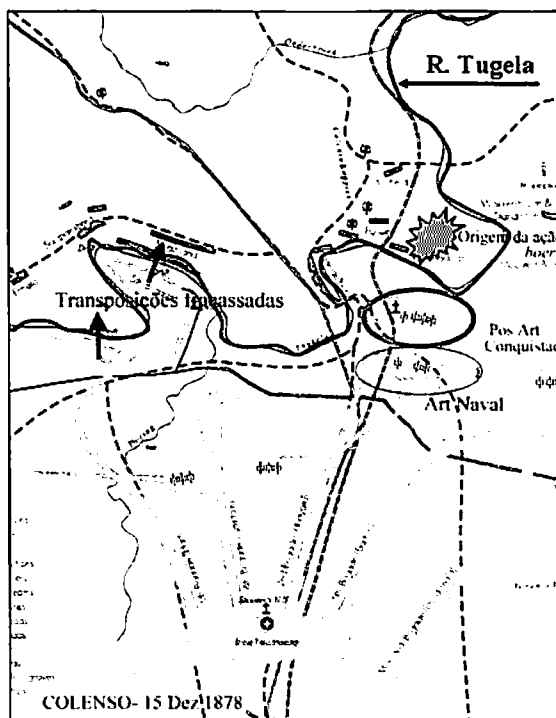
pa cercada em Ladysmith, que abriria o caminho para o Transvaal. Seria necessário antes, contudo, desalojar o inimigo em Colenso, apoiado no corte do Rio Tugela.

Colenso

No corte do Rio Tugela, em Colenso, 15 de dezembro de 1899, os britânicos foram barrados e desbaratados por 4.500 bôeres, sob o comando do General Botha, que lhes causou mais de mil baixas e ainda lhes tomou praticamente todos os canhões da 14ª Bateria de Artilharia de Campanha. Aliás, esse combate será uma referência na mudança da doutrina britânica para o emprego da Artilharia de Campanha, até então lançada à frente do dispositivo, para causar o máximo de baixas ao inimigo antes do combate das armas-base. É que as peças, até então, tinham trajetórias excessivamente tensas, que não lhes permitiam atirar por sobre a própria tropa ou uma elevação à frente. Os artilheiros, dessa forma, ficavam muito expostos a bons atiradores e às cargas de cavalaria.

Naquele combate, os bôeres perceberam que a artilharia estava sendo posicionada contra eles à frente do dispositivo, como era tradicional entre os ingleses, mas carecia de uma infantaria, que se atrasava. Era da doutrina britânica que, inicialmente, os infantes protegiam a ação das baterias e, após isso, lançavam-se ao ataque, aproveitando-se dos efeitos dos fogos, que teriam “amaciado” o inimigo. Aquela exposição – ainda mais desprotegida – foi fatal para a artilharia.

Os bôeres concluíram que poderiam se apoiar do material, antes mesmo de o combate começar. Os artilheiros iniciaram seus trabalhos no serviço das peças de Artilharia de Campanha, sem mesmo saberem por onde andavam os canhões navais, que, tracionados por bois, eram



sempre mais lentos e ainda não tinham sido colocados em posição.

Portanto, não havia infantaria, nem qualquer artilharia em condições de prestar apoio de fogo. Disso se valeram os bôeres, que desencadearam pesada fuzilaria e concentrações de sua artilharia contra a posição da 14ª Real Bateria, a qual foi momentaneamente abandonada pelo seu pessoal.

Um comando bôer transpôs o rio e começou a remover os canhões para a outra margem. Apesar da bravura de um pugilo de artilheiros, que retornaram para evitar aquela ação, só duas peças não foram capturadas. Ficou patente que um meio importante e caro como o material de artilharia não poderia mais ficar sem, pelo menos, uma massa cobridora a protegê-lo passivamente da ação inimiga.

Os bôeres, de sua parte, procuravam alturas que dominassem, a distância, as posições

a bater. Aumentavam o alcance do material, facilitavam a direção de tiro e melhoravam as condições de proteção do material. Foi de posições como essas batendo o corte do Tugela que impediram o acesso dos britânicos às regiões de passagem. A Brigada irlandesa pagou sangrento preço pelas suas tentativas de transposição no, hoje famoso, *loop* – laço do rio.

A frustração do ataque britânico foi total, com pesadíssimas perdas para a 5ª Brigada irlandesa do General Fitzroy Hart.

Mas, sem dúvida, consolidou-se naquele dia a idéia de que deveria haver uma elevação que servisse de proteção entre as baterias e o inimigo. Conseqüentemente, dever-se-ia desenvolver um sistema de direção de tiro que permitisse a pontaria indireta das peças para bater os alvos, sem que o apontador os visse.

E assim ocorreu. Foi adaptada, sobre o tubo de cada canhão, uma régua graduada com pequenos furos, por cima, correspondentes a cada graduação, permitindo que neles se encaixasse uma estreita haste, tipo um palito. Com uma vi-

sada feita da culatra da peça, passando por essa haste, sobre um ponto afastado, faziam-se as necessárias correções em direção, transmitidas por um observador colocado sobre a elevação interposta entre o alvo e a peça.

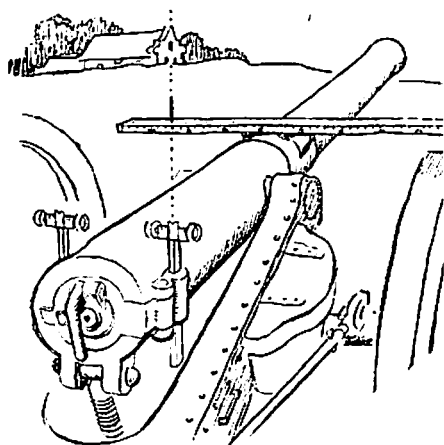
Curiosamente, esta *régua* ficou sendo chamada de “arco de pontaria.”¹ Um acessório simples, improvisado, sairia desta, a Guerra Anglo-Bôer, como uma das grandes contribuições à arte da guerra.

Spioenkop

Em 10 de janeiro, com seu efetivo aumentado para 24 mil homens, Buller decidiu transpor o Tugela, a montante, próximo a Spioenkop, de onde prosseguiria para Ladysmith. Seu subcomandante da coluna, Tenente-General Sir Charles Warren, comandou essa operação, mas, no entanto, somente em 17 de janeiro, à frente de 17 mil combatentes, acabou sendo rechaçado na outra margem, em Intabamnyama, por cerca de 2 mil aguerridos bôeres – no início de janeiro, eles eram ali só uns 450.

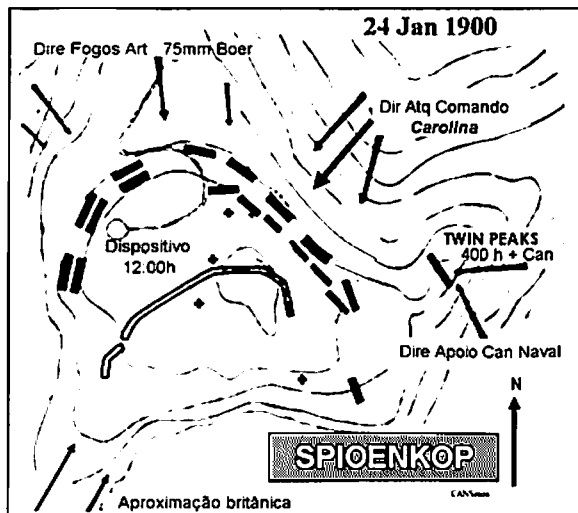
Buller, então, deu-lhe um ultimato: ou parta imediatamente para Ladysmith, ou retraia, transpondo de volta o Tugela. Warren decidiu, então, romper a linha de defesa bôer, em seu trecho mais alto, justamente sobre o alongado e difícil Monte Spioenkop, com um ataque noturno de surpresa.

Um destacamento de 1.700 soldados, sob o comando geral do General Woodgate, partiu tão logo se fez escuro, na noite de 23 de janeiro, e, por volta das 21h, já estava subindo pela encosta SW, a mais difícil. Às duas horas da manhã, atingiu silenciosamente o platô superior de onde foi dada a ordem de calar baionetas para prosseguir, em linhas sucessivas, sobre



ARCO DE PONTARIA (1900)

¹ Figura à p. 211 de *Seis séculos de artilharia*, J.V. Portela F. Alves, BIBLIEX, 1959.



a pequena guarnição bôer. O clicar da armação de baionetas denunciou a presença intrusa, e os bôeres reagiram com uma fuzilaria, desorientada pela escuridão. A superioridade britânica, contudo, empurrou o inimigo para fora do topo da montanha. Mas o matraquear dos fogos já dera o alerta geral.

Os britânicos, então, tentaram cavar uma trincheira defensiva, mas foram impedidos pela dureza do solo pedregoso. Passaram a empilhar pedras, formando muros no que pensaram ser a crista militar. A luz do dia mostrou que eles, erradamente, haviam-se posicionado na crista topográfica. Havia, agora, de descer um pouco mais em todas as direções, se quisessem observar qualquer movimento bôer ou obterem rasância para suas armas.

Assim que o General Botha passou a conhecer o sucesso britânico, deu ordens para a imediata ocupação e artilhamento das elevações que circundavam o Spioenkop com sete peças de 75mm. Mais ainda: destacou 400 homens para ocupar um duplo mamelão – Twin Peaks – que daquela elevação projetava-se na direção NE e constituía-se em uma via de acesso bastante interessante para a retomada da posição. Tudo isso ainda antes do amanhecer, valendo-se da iluminação ainda fraca e, sobretudo, do nevoeiro que ali imperava.

E é sob essa relativa cobertura nevoenta que a primeira vaga de bôeres tentou recuperar a posição, sendo repelida. Quando o nevoeiro se dissipou, pelas 8h30min, Warren vê-se sob violenta fuzilaria e inúmeras concentrações de artilharia. As cargas sucederam-se, até que, em torno do meio-dia, o *Kommando Carolina*, comandado pelo *Kommandant Prinsloo*, investiu e rompeu o dispositivo britânico, sendo Warren mortalmente ferido, pelas 13h. A confusão implantou-se na tropa britânica para a definição de quem ficava no comando. Pior, o comando geral ainda interferia, quase como tradição no Exército britânico, a partir de observações, com o emprego de uma luneta, de uma elevação situada a mais de 4km de Spioenkop. Quando determinadas ordens chegavam por mensageiros, que se infiltravam penosamente até o topo da elevação, a situação há muito havia mudado. Quase sempre tais ordens chocavam-se com a realidade e causavam graves transtornos, com suas marchas e contramarchas. Em torno das 13h, cerca de 200 fuzileiros de *Lancashire*, no flanco direito, leste, renderam-se por causa das pesadas baixas que vinham sofrendo e do calor que era insuportável para eles. O colapso foi evitado pela chegada de reforços do Regimento *Middlesex* e do *Imperial Light Infantry*, o qual, inclusive, com o seu movimento, acabou por impedir o flanqueamento das posições britânicas pela tropa bôer que arremetia pela encosta sul.

Ao final da tarde, mais reforços chegariam: o *Kings Royal Rifles*, sob o comando do General Burger.

A superioridade numérica começou a ponder para os britânicos, mas a cadeia de subordinação estava seriamente comprometida, e a eles só restou reajustar o dispositivo, sob um comando presente e efetivo. Sem qualquer explicação, até hoje, surgiu a decisão de abandonar a posição.

A artilharia bôer martelou incessantemente a posição. A dimensão da confusão reinante entre os britânicos só pôde ser bem avaliada quando o Tenente-Coronel Thomeycroft tomou para si a condução do retraimento, valendo-se da escuridão da noite, mas sem saber do sucesso que haviam colhido sobre Twin Peaks.

Os bôeres reocuparam a elevação logo no alvorecer e encontraram 322 mortos e muitos dos 563 feridos britânicos. Trezentos homens haviam sido feitos prisioneiros. No total daqueles combates, os bôeres tiveram 58 mortos e 140 feridos. Naquele dia, foi estabelecido um cessar-fogo para que os mortos pudessem ser enterrados, o que acabou sendo realizado em rasas valas comuns, cobertas de pedras, tal a dureza do solo.

Mais uma vez, o General Buller falhara em uma manobra para libertar Ladysmith. Os bôeres haviam rapidamente reconstituído sua linha de isolamento afastado. Esse último fracasso determinará, logo após a liberação de Ladysmith, a sua substituição no comando pelo General Lord Roberts, com o General Kitchner como seu chefe de Estado-Maior. Estes chegaram ao TO, em 14 de fevereiro, com mais reforços, os quais, aos poucos, ajudaram a reverter os fados.

Foram libertadas Kimberley e Ladysmith, esta ainda pelo General Buller, em 28 de fevereiro de 1900. A liberação do cerco de Ladysmith seria considerada o ponto de inflexão dessa última guerra entre britânicos e bôeres. Dali pra frente, a vitória final britânica seria só uma questão de tempo. ☺

No próximo número: segunda parte:
De cercados à vitória.

Fontes

Anotações de viagens do autor aos campos de batalha na África do Sul, acompanhado de guia habilitado em História Militar sul-africana, 2005.
Anotações feitas no Museu de Ladysmith, Kwazulu-Natal, RSA, 2005.
Anotações colhidas no Museu das Forças Armadas, Johannesburg, Gauteng, República da África do Sul, 2005.
<http://www.chirundu.com/history/images>
<http://www.anglo-boer.co.za/images/photos/britpeople>
<http://www.britishbattles.com/first-boer-war>
<http://www.militaryphotos.net/>
<http://samilitaryhistory.org/> (da Sociedade de História Militar da RSA)
http://en.wikipedia.org/wiki/Siege_of_Mafeking
<http://samilitaryhistory.org/> (da Sociedade de História Militar da RSA)

Referências

BELFIELD, Eversley M. *The Boer War*. Hamden: Archon Books, RSA, 1975.
BOURQUIN, S. B.; TORLAGE, Gilbert. *The battle of Colenso*. Randburg, RSA: Ravan Press, 1999.
CHURCHILL, Winston, Sir. *The Boer War: London to Ladysmith Via Pretoria* New York: Ian Hamilton's March, W. W. Norton, 1989.
CLODFELTER, Micheal. *Warfare and armed conflicts*. Jefferson, NC: McFarland, 1992. V. I – South African (Second Boer) War: 1899-1902, p 357-362.
DE WET, Christiaan Rudolf. *Three years' war*. New York: Scribner's Sons, 1902.
JOHNSON, R.W. *South Africa: the first man, the last nation*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2004.
KAIGHIN, Brian. *A Diary of the siege of Ladysmith*. Pietermaritzburg, RSA: Teeanem Printers, 1999.
FARWELL, Byron. *The Great Anglo-Boer War*. New York: Harper & Row, 1976.
LATIMER, Jon. *Talana Hill – opening shots of the Boer War*, in *Military History*, out. 1999, p. 54.
WATT, Steve. *The Siege of Ladysmith*. Randburg, RSA: Ravan Press, 1999.

A estatura político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional: idéias para o planejamento estratégico*

Carlos Alberto Pinto Silva**

Repetidamente ouvimos dizer que as Forças Armadas brasileiras devem estar ajustadas à “estatura político-estratégica” do Brasil. Nada a reparar a respeito da assertiva, uma vez que, entre outras coisas, as Forças Armadas existem, e devem se manter sempre prontas, para assegurar a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes e para respaldar as decisões soberanas da Nação. Assim, a experiência histórica mostra que, quanto maior a estatura de um Estado, mais poderoso se apresenta o seu braço armado. Em outras palavras, a “estatura político-estratégica” de uma nação baliza os procedimentos destinados a dotá-la de um poderio bélico adequado.

Como dissemos, essa expressão tem sido muito utilizada no Brasil. Mas, como representá-la; como defini-la? Se não formos capazes de definir o atual nível do Brasil no concerto das nações, nem de visualizar a sua evolução no futuro, dificilmente poderemos estabelecer que poderio bélico deverá, hoje e amanhã, estar à sua disposição.

Neste trabalho pretendemos, levando em consideração as opiniões de diversos especialistas, delinear a chamada “estatura político-estratégica do Brasil” e apresentar idéias que poderão ser consideradas

pelos profissionais das Armas que se dedicam ao planejamento estratégico da Força Terrestre.

Política de Defesa Nacional e a expressão “estatura político-estratégica do Brasil”

Decidimos iniciar o nosso estudo apreciando a Política de Defesa Nacional (PDN),¹ limitando-nos a destacar as referências feitas à estatura (*status*) do Brasil na cena internacional, como balizadora do planejamento que deve ser realizado de forma contínua no âmbito do campo militar do poder nacional. Vejamos:

O Brasil

“O Brasil propugna uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares e na busca da paz entre as nações. Nessa direção, defende a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do Direito Internacional.

* Colaboração do Comando de Operações Terrestres (COTER), publicado na *Military Review* jan./fev.2008.

** O autor é General-de-Exército, Comandante do COTER.

¹ Decreto Nº 5.484 (Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências), Brasília-DF, 30 de junho de 2005.

No entanto, não é prudente conceber um país sem capacidade de defesa compatível com sua estatura e aspirações políticas.”

Objetivos da Defesa Nacional

“Dessa forma, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região. Assim, da avaliação dos ambientes descritos, emergem os objetivos da Defesa Nacional: [...]”

Orientações Estratégicas

“As Forças Armadas devem estar ajustadas à estatura político-estratégica do País, considerando-se, dentre outros fatores, a dimensão geográfica, a capacidade econômica e a população existente.

A ausência de litígios bélicos manifestos, a natureza difusa das atuais ameaças e o elevado grau de incertezas [...] exigem ênfase na atividade de inteligência e na capacidade de pronta resposta das Forças Armadas, às quais estão subjacentes características, tais como versatilidade, interoperabilidade, sustentabilidade e mobilidade estratégica, por meio de forças leves e flexíveis, aptas a atuarem de modo combinado e a cumprirem diferentes tipos de missões.”

Diretrizes

“As políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:

VII – garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições efetivas de preparo e emprego das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na Defesa Nacional, em consonância com a estatura político-estratégica do País.”

Podemos constatar que a expressão “estatura político-estratégica” é empregada em várias oportunidades no texto da atual PDN, com o objetivo de orientar os planejamentos realizados pelos diversos setores que contribuem para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Daí, a importância de se avaliar a posição que o Brasil ocupa atualmente no *ranking* das nações e de se entender as estratégias nacionais que estão sendo desenvolvidas e colocadas em prática, visando à sua evolução em curto, médio e longo prazos.

Portanto, os planejamentos da Defesa devem acompanhar a evolução do País, de maneira a manter o poderio militar nacional compatível com o *status* por ele ocupado na cena internacional.

Status de potência entre as nações

Existem diversos estudos no campo das Relações Internacionais que procuram estabelecer níveis de *status* entre as nações. São várias as definições, embora existam pontos em comum considerados essenciais na classificação, ou na comparação relativa, dos Estados.

A metodologia que escolhemos, a seguir especificada, é apenas uma das alternativas atualmente existentes e capazes de encadear o nosso raciocínio na tentativa de visualizar a situação do Brasil no sistema internacional.²

² WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Status de Potência. [on line]: Wikimedia Foundation, s.d. [data da consulta: 08 de outubro de 2007]. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pot%C3%Aancia_regional.

Média potência

Média potência, ou potência média, é um termo usado no campo das Relações Internacionais para descrever os Estados que não são superpotências ou grandes potências,³ mas que possuem algum grau de influência global, embora não tenham, obrigatoriamente, dominância sobre qualquer área geográfica mundial.

As médias potências normalmente buscam constituir grupos com o objetivo de se fortalecer, sem necessariamente submeterem-se à liderança dos mesmos. Por exemplo, durante a Guerra Fria, diversas médias potências que não estavam alinhadas a uma das duas superpotências, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, aderiram ao chamado “Movimento Não-Alinhado”, com o objetivo principal de buscar parcerias internacionais. Assim, uma das principais características das médias potências é o multilateralismo.

A seguir, apresentamos uma lista de nações que podem ser consideradas médias potências: África do Sul, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Egito, Eslovênia, Espanha, Finlândia, Hungria, Índia, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Polônia, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça, Turquia, Venezuela.

Potência regional

Potência regional é o termo usado a fim de descrever um país com poder e influência suficientes para exercer determinado controle sobre sua região geográfica. A seguir, serão apresentados os Estados que se destacam em suas respectivas regiões. Vale notar que os países escritos com caracteres sublinhados representam os mais dominantes em cada região, enquanto os países escritos em *itálico* representam potências regionais potenciais.



³ Buscaremos definir os *status* “superpotência” e “grande potência” no prosseguimento deste trabalho.

África: a África do Sul detém a maior parte do poder no sul do continente, no que se refere aos campos econômico, político e militar; sua economia cresceu acima da média africana na década passada; costuma exercer muita pressão nos assuntos de seu interesse. O *Egito* possui reconhecido poder no âmbito do mundo árabe do norte da África, experimentando crescimento econômico progressivo e contínuo durante anos; no campo militar, mantém as Forças Armadas mais fortes no continente africano. *Quênia* e *Nigéria* também são potências regionais na África. O Quênia possui influência na África Oriental e a Nigéria na África Ocidental.

América do Norte: contém três nações poderosas: Estados Unidos da América, Canadá e *México*. Os Estados Unidos são uma superpotência, ou hiperpotência,⁴ enquanto o Canadá e o México são potências médias. Assim, os EUA são a potência regional. As relações EUA-Canadá são fortes, e ambos possuem economias muito desenvolvidas. Por outro lado, as relações México-EUA enfrentam algumas dificuldades, causadas, particularmente, pela imigração ilegal. Em 1994, EUA, Canadá e México deram os primeiros passos rumo à formação de um economia supranacional, com a criação do Nafta,⁵ estabelecendo uma zona de livre comércio entre os três países.

América do Sul: o Brasil é considerado a potência regional na América do Sul, acompanhado por *Argentina* e *Chile*. Mantém muito bom relacionamento com praticamente todas as nações mundiais, embora ressalte o interesse em priorizar os Estados do seu chamado “entorno estratégico”, América do Sul e África.⁶ Em anos

recentes, o atual presidente da Venezuela vem se firmando como um líder proeminente em seu país, influenciando indiretamente em algumas nações próximas. Assim, a Venezuela vem buscando firmar-se no *status* de potência regional potencial.

Ásia: no Leste da Ásia, historicamente, a China tem cumprido papel relevante, progredindo continuamente até ser considerada uma grande potência; o país detém um expressivo contingente militar; sua economia cresce rapidamente e possui a maior população do Mundo. Nessa parte do continente asiático, entretanto, destacam-se outras nações com poder considerável, tais como o *Japão*, a *Coréia do Sul* e *Taiwan*, todos com Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* superior ao verificado na China. O Sudeste Asiático tem como principais países duas grandes potências, a China e a *Índia*, sem que qualquer delas possa ser apontada como poder regional principal. Vale ainda ressaltar que os países originais da *Association of South East Asian Nations* (Asean) – *Indonésia*, *Malásia*, *Filipinas*, *Cingapura* e *Tailândia* – possuem postura de potências regionais. O Sul da Ásia, conhecido também como subcontinente indiano, é uma região que consiste em um país principal, a Índia, além do *Paquistão*, de Bangladesh, do *Sri Lanka*, do *Nepal* e do *Butão*. A Índia possui economia forte com rápido crescimento e poder demográfico, geográfico e cultural.

Oriente Médio: a Turquia pode ser considerada a potência regional do Oriente Médio; o PIB, a população, o efetivo das Forças Armadas e o orçamento de Defesa turcos são maiores do que os dos demais países da sua região; o país é membro da Otan e mantém o esforço para

⁴ Buscaremos definir o *status* “hiperpotência” no prosseguimento deste trabalho.

⁵ *North America Free Trade Agreement* – Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte).

⁶ Principalmente na sua vertente ocidental (África Atlântica).

se juntar à União Européia. O *Irã* também pode ser considerado uma potência regional, pois possui elevado contingente populacional, extensa área e economia crescente; está se tornando mais auto-suficiente no campo da Defesa e mantém forte relacionamento com potências regionais e superpotências emergentes,⁷ tais como a China, a Índia e a Rússia; a economia iraniana é maior do que a dos países árabes e a de Israel, aproximadamente do mesmo porte da turca. Por causa da maioria árabe sunita no Oriente Médio, bem como da localização de Meca e Medina, a *Arábia Saudita* pode ser apontada como potência com influência regional considerável. Também não se pode deixar de considerar Israel como uma potência regional, particularmente em função de sua capacidade de projeção de Poder Militar e de seus recursos bélicos tecnologicamente avançados sobre a maior parte do Oriente Médio; além de sua capacidade militar, o país mantém grande força na diplomacia internacional e constitui peça-chave em numerosos conflitos do Oriente Médio.

Europa: não se pode considerar que na Europa Ocidental uma nação mantém poder exclusivo. O Reino Unido, a *França* e a *Alemanha* são consideradas as três potências principais, possuindo economias sólidas e desenvolvidas. O Reino Unido conserva estreitos laços econômicos e culturais com os Estados Unidos; vale destacar sua capacidade de projeção de poder e o seu poderio bélico; esses aspectos, entre outros, lhe conferem o *status* de potência regional. A Rússia, mais importante Estado da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, manteve, durante a Guerra Fria, forte influência no Leste Europeu e na Ásia Central; o país conserva voz forte nos casos internacionais de antigos Estados soviéticos, sendo consi-

derado uma potência regional. Depois da dissolução da ex-União Soviética, a influência da Rússia no Leste Europeu diminuiu consideravelmente, permitindo que outros países, particularmente a *Polônia*, a *Romênia*, a *Bulgária* e a *Ucrânia* apresentem-se como potências regionais potenciais. No Sul europeu, a Itália destaca-se como país dominante; ocupa posição central no Mediterrâneo e possui o maior PIB per capita da região.

Oceania: a Austrália pode ser considerada a potência regional da Oceania; mantém fortes relações com o Reino Unido, com a União Européia e com os Estados Unidos; possui economia estável, Governo democrático e as mais poderosas Forças Armadas regionais, que costumam participar em missões de paz da ONU. Também devemos considerar o importante papel desempenhado pela *Nova Zelândia*, Estado mais influente depois da Austrália. Os dois países, como membros da "anglosfera", estão alinhados com determinados princípios da Política Externa dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Grande potência

Estado que, por seu poderio econômico, político e militar, é capaz de exercer o poder além ("por cima") da diplomacia. As posições que assumem são consideradas pelas demais nações antes da tomada de uma ação diplomática ou militar. Uma grande potência tem, na prática, a capacidade de intervir militarmente em qualquer parte do Planeta.

Existe um acirrado debate sobre quais nações constituem as grandes potências do Mundo, e análises consideradas, por vezes subjetivas, dificultam o acordo em torno de uma lista definitiva.

⁷ Buscaremos definir o *status* "superpotência emergente" no prosseguimento deste trabalho.

Ao longo da História, os “turnos do poder internacional” foram estabelecidos, principalmente, em decorrência dos grandes conflitos. Com a conclusão da Primeira Guerra Mundial, e o resultante Tratado de Versalhes, o Reino Unido, a França, a Itália e os Estados Unidos – conhecidos como os “Quatro Grandes” – apresentaram-se como os principais árbitros da nova ordem mundial. O fim da Segunda Grande Guerra viu os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética, atualmente a Rússia como herdeira, emergirem como os vencedores primários. A China e França tiveram sua importância reconhecida, sendo incluídas no grupo de países com assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU).⁸

Superpotência

Estado com poder para influir decisivamente em eventos de escala mundial. Detentor de grande força econômica, possui capacidade de projetar poder ao redor do Mundo e de exercer forte influência cultural (*soft power*).

Não resta dúvida que, nos nossos dias, os Estados Unidos da América assumem a condição de superpotência mundial e, segundo alguns estudiosos, de maneira isolada.

Para outros especialistas, a Rússia, como Estado sucessor da ex-URSS, conserva certos aspectos de uma superpotência – arsenal militar, grande

população, maior território mundial e capacidade de desenvolver tecnologias militares e espaciais.

No que se refere à União Européia, estudiosos do assunto sustentam que, se considerada em conjunto, isto é, unificada,⁹ possui características de uma superpotência.

Superpotência emergente

Estado considerado com potencial para alcançar a condição de superpotência, ou próxima de superpotência, ao longo do século XXI. Quatro nações emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China (os BRICs) são consideradas detentoras desse potencial.¹⁰

Estes, juntos, movimentaram US\$ 50 bilhões em 2004, e estima-se que, até 2009, alcançarão a cifra de US\$ 115 bilhões.¹¹

A título de ilustração, apresentaremos, a seguir, alguns dados sobre a dimensão geográfica, a capacidade econômica e a população existente em cada um desses países.¹² Tais aspectos estão referidos no Capítulo “Orientações Estratégicas” da Política de Defesa Nacional.¹³

Brasil: possui a 5ª maior população e o 10º maior PIB do Planeta. É uma das nações G4.¹⁴

Rússia: possui a maior extensão territorial, a 8ª maior população e o 9º maior PIB do Planeta. É uma das nações que têm assento permanente no CS/ONU;

⁸ Os assentos permanentes do CS/ONU representam um dos principais critérios para classificar as nações como detentoras do *status* de grande potência contemporânea.

⁹ Atualmente, os Estados exercem suas políticas Externa e de Defesa de maneira individual.

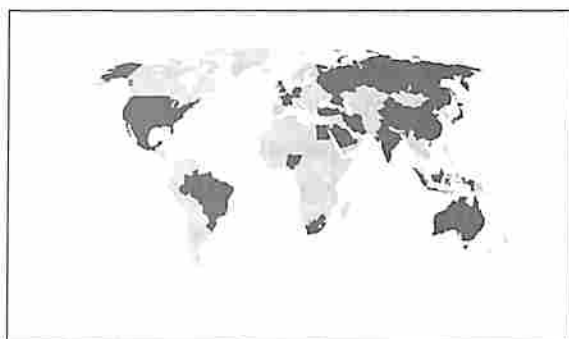
¹⁰ Alguns autores entendem que a União Européia – considerada em conjunto – também pode ser qualificada como uma superpotência emergente.

¹¹ COMPUTERWORLD. BRIC's serão mercado de US\$ 115 bilhões para TI em 2009. Computerworld [on line]. 18 de maio de 2006. [data da consulta: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: <http://computerworld.uol.com.br/mercado/2006/05/18/idgnoticia.2006-05-18.8087509101/>.

¹² ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency (CIA). The World Factbook. Guide to Rank Order pages. 13 de julho de 2007. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/rankorderguide.html>.

¹³ Ver p. 2 deste trabalho.

¹⁴ Aliança entre Alemanha, Brasil, Índia e Japão, nações originalmente empenhadas em conquistar um assento permanente no CS/ONU. O Japão não mais integra o G4.



Índia: possui a 7ª maior extensão territorial, a 2ª maior população e o 4º maior PIB do Planeta. É uma das nações G4;

China: possui a 4ª maior extensão territorial, a maior população e o 2º maior PIB do Planeta. É uma das nações que têm assento permanente no CS/ONU.

Hiperpotência

Estado dominante em todo o Planeta, mantendo considerável superioridade em relação aos demais integrantes do sistema internacional.

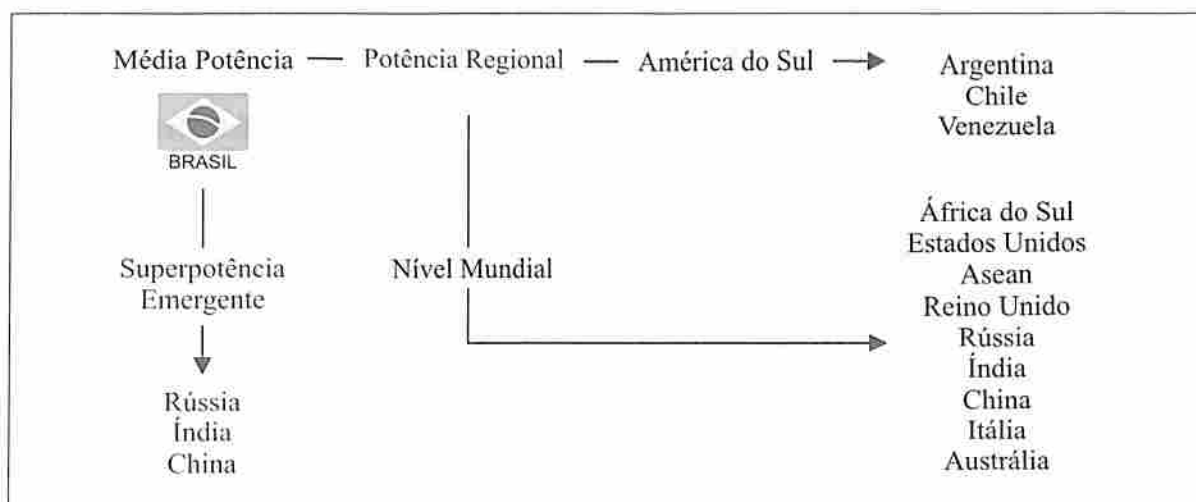
Originalmente empregado na década de 1990, para classificar os Estados Unidos da América, o termo está caindo em desuso em face da crescente influência exercida pela União Européia e pela China.¹⁵

Por outro lado, Jean-François Revel, jornalista francês, identificou que “hiper”, em grego, significa o mesmo que “super”, considerando, portanto, não haver necessidade de se criar o novo termo se já existe a classificação “superpotência”.¹⁶

Estatuta político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional

O Estudo apresentado no item anterior indica que o Brasil figura nos *status* de:

- média potência;
- potência regional; e
- superpotência emergente.



¹⁵ DANESE, Sergio, “A hiperpotência e o ‘containment’ pela diplomacia”, *Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2004, [s.p.]. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=124204>.

¹⁶ REVEL, Jean-François, *L’obsession anti-américaine - son fonctionnement ses causes ses conséquences*, Editora Plon, França: 2002, 410 p.

O esquema anterior tem como objetivo mostrar, nos diversos níveis em que se enquadra, com que outros países o Brasil compartilha o mesmo *status*. Em outras palavras, pretende apresentar uma visão, uma interpretação, da “estatura político-estratégica” do País no âmbito do sistema internacional.

Surge, então, uma questão que entendemos ser fundamental. Como ajustar o poderio bélico nacional à estatura político-estratégica do Brasil, considerando-se o momento atual e o futuro?

Nesse sentido, o Brasil, que, como vimos, é uma média potência:

- exercendo o *status* de potência regional, em nível sul-americano, deverá ter como referências os poderios militares da Argentina, do Chile e da Venezuela;

- ocupando o *status* de potência regional, em nível mundial, deverá levar em consideração a capacidade bélica dos países que se apresentam como potências regionais em suas respectivas áreas geográficas, a saber: África do Sul, Estados Unidos, países integrantes da Asean – Indonésia, Malásia, as Filipinas, Cingapura e Tailândia –, Turquia, Reino Unido, Rússia, Índia, China, Itália, Austrália;

- para se firmar como superpotência emergente, deverá ter como referências as capacidades militares da Rússia, da Índia e da China.

Sabemos que a evolução nacional normalmente ocorre de forma gradual, indicando que o estabelecimento dos cenários possíveis, no campo militar, deve levar em conta as reais capacidades do País e as diversas conjunturas presentes e futuras. Portanto, algumas das referências apontadas, tais como os Estados Unidos, a Rússia, o Reino Unido e a China, Estados que já alcançaram o *status* de superpotência e de grande potência, devem inspirar

objetivos a atingir em prazos muito mais estendidos do que os demais países constantes do esquema apresentado anteriormente.

Vamos, então, passar a questionar: Qual a percepção da política nacional no que se refere ao atual posicionamento do Brasil no âmbito internacional? Onde está o País hoje? Qual a prioridade estabelecida? O Brasil pretende ser a potência regional no âmbito sul-americano? O Brasil já se considera a potência regional sul-americana? O Brasil pretende ser reconhecido como potência regional, não apenas no âmbito da América do Sul, mas atingindo os níveis alcançados pelas demais potências regionais mundiais? O País deseja prosseguir sua evolução e firmar-se como uma superpotência emergente? Quais os prazos visualizados pelo poder político nacional para alcançar os patamares desejados?

Considerando que o *status* alcançado por um Estado no sistema internacional baseia-se em seus índices nos diversos campos do poder, a capacidade bélica constitui peça fundamental na construção da “estatura político-estratégica” nacional.

Definida pelo poder político a “estatura” atual e a visualização de sua evolução ao longo do tempo, condições, prazos etc., cabe a esse mesmo poder político tomar as providências destinadas a dotar a Nação de poderio bélico capaz de auxiliar no atendimento dos legítimos anseios nacionais.

Tal ajuste, gradual e contínuo, exige a integração de todos os setores nacionais comprometidos com o futuro do País. Já há correntes que apregoam a necessidade de a Política de Defesa Nacional evoluir para uma “Política Nacional de Defesa”, representando o empenho de todos os setores do poder nesse campo fundamental à sobrevivência da Nação brasileira.

ra. Nesse sentido, cada vez mais, faz-se necessário estreitar os laços funcionais entre o político, o diplomata e o soldado.

Portanto, para os planejadores do campo da Defesa, é fundamental conhecer, de perto, as estratégias políticas para o crescimento e o fortalecimento nacionais, as metas a atingir, seus prazos, sua execução. Da mesma forma, são necessários o estudo e o acompanhamento da Política de Relações Exteriores e as estratégias traçadas e empregadas para a projeção do Brasil no sistema internacional.

São essas as referências principais para os encarregados do planejamento estratégico no âmbito da vertente militar do Poder Nacional.

Já enfatizamos que, na execução desse trabalho, fundamental faz-se compreender as conjunturas nacional e internacional, para identificar e priorizar as ameaças a enfrentar.

Vejamos, agora, outros aspectos que devem ser considerados nesse desafio de dotar o Brasil de Forças Armadas que estejam ajustadas às suas necessidades, ou seja, à altura de sua “estatura político-estratégica”.

Estudiosos apontam a conjuntura internacional, a partir de 1990, como o principal marco do que ficou conhecido como “Pós-Modernismo Militar (PMM)”.

No PMM, geralmente, os conflitos armados têm objetivos limitados e curta duração. A informatização e a tecnologia, aplicadas às ações bélicas, tendem a assegurar menores custos em perdas humanas e materiais, fazendo com que sejam neutralizados, ou pelo menos amenizados, os óbices que eventualmente poderiam advir da opinião pública interna e internacional.

As características do PMM, mais uma vez enfatizamos, criam a necessidade de entrosamento

institucional, estreito e continuado, entre políticos, diplomatas e militares, em uma concepção sistêmica da Defesa Nacional, com especial ênfase em todas as etapas das operações combinadas ou conjuntas.

Buscando ajustar-se à importância de sua nação na cena internacional, as Forças Armadas do PMM deparam com diversos caminhos possíveis a seguir e, normalmente, devem fazer sua opção entre a “evolução” – Evolução em Assuntos Militares (EAM) e a “revolução” – Revolução em Assuntos Militares (RAM).

Na EAM, verifica-se a busca da modernização e da atualização das Forças Armadas, podendo tal iniciativa, até mesmo, experimentar relevantes avanços no campo tecnológico. Ocorre que esse esforço é realizado em um ambiente no qual imperam conceitos operacionais e estruturas organizacionais, baseados em filosofias de emprego antigas, talvez ultrapassadas. Portanto, nesse caso, o que normalmente consegue-se é uma melhoria técnica na capacidade de emprego da Força militar.

Na RAM, o processo evolutivo é conduzido de maneira bem diferente, em razão da necessidade de obterem-se mudanças radicais no pensamento com relação ao poderio bélico, nos diversos campos do Poder Nacional – político, econômico, diplomático, psicossocial, científico-tecnológico. Ou seja, é estabelecida uma nova filosofia de emprego militar, com a substituição de antigos e ultrapassados paradigmas.

Tratemos mais um pouco dessa “revolução”. Outra vez, ressaltamos que o fim da Guerra Fria e o surgimento de novas tecnologias têm exigido o empenho no sentido de modificar as Forças Armadas, nas suas mais diversas vertentes, “desde a formação

de seus recursos humanos às suas doutrinas de emprego, passando, naturalmente, pelos novos equipamentos, a maior parte dos quais se baseia na dinâmica tecnológica que tem caracterizado a evolução da própria sociedade civil. Esse processo de adaptação tem sido apelidado de Transformação de Defesa”.¹⁷

Vejamos alguns aspectos importantes a considerar quando tratamos de Transformação de Defesa:

- atua sobre os recursos humanos, a doutrina, a estrutura organizacional, os materiais e as instalações militares;

- as Forças Armadas devem estar integradas à “era da informação”; devem migrar da situação de mobilização para a situação de prontidão;

- uma Força militar moderna define-se pela mobilidade, pela rapidez dos processos de planejamento, de decisão e de atuação, pela facilidade de sustentação logística, pelo maior apoio de modernas tecnologias da informação e pelo emprego de armamento de precisão;¹⁸

- uma Força militar moderna deve estar, sobretudo, apta a cumprir suas missões e a concretizar seus objetivos no mais curto prazo de tempo possível, evitando operações prolongadas. Deve reagir com rapidez, logo no início de uma crise, com ou sem aviso prévio;

- trata-se de um processo contínuo a desenvolver. Não é apenas um objetivo a atingir dentro de um determinado prazo.

Chega, então, o momento em que devemos dirigir ao leitor a seguinte questão:

Estão as Forças Armadas brasileiras, hoje, adequadamente ajustadas à “estatura político-estratégica” do Brasil?

Se a sua resposta for positiva, tudo bem; estamos, então, no caminho certo. Se a sua resposta for negativa, qual seria o caminho a seguir, o da evolução ou o da transformação (revolução)?

Uma outra pergunta para os que integram o Exército Brasileiro:

Quais as cores das lentes através das quais você está enxergando o Exército Brasileiro hoje?

Se quisermos obter resultados diferentes no Exército Brasileiro, teremos de romper com o passado e adquirir mentalidade, habilidades e capacidades novas para desenvolver soluções sinérgicas.

Considerações finais

O Brasil desponta como um País que, gradativamente, vem alcançando papel de destaque no concerto das nações.

O término da Guerra Fria, ao contrário do que apregoavam diversas correntes de pensamento, não significou o “fim da história”. A conjuntura mundial atual é marcada pelos chamados “riscos assimétricos” – violência social, anarquia criminal, tráfico de drogas, crime organizado, corrupção, nacionalismo extremado, fundamentalismo religioso, destruição ambiental, entre outros –, requerendo adequação dos princípios orientadores das atividades relacionadas com a Segurança e a Defesa. As “novas missões”, como qualquer empreendimento humano,

¹⁷ PORTUGAL. Estado-Maior-General das Forças Armadas. *A transformação nas Forças Armadas* [on line]. Lisboa, 17 de outubro de 2007. [data consulta: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: http://www.emgfa.pt/elementos/documentos/Transforma%C3%A7%C3%A3o_%20nas_FA.pdf.

¹⁸ Ver referência feita ao Capítulo “Orientações Estratégicas” da Política de Defesa Nacional (p. 2).

exigem ajustes na estrutura e na filosofia de emprego das Forças Armadas.

O conflito do futuro terá como aspectos prioritários: o controle de massas; a luta contra o crime organizado; o combate ao terrorismo internacional; as ações sobre a Informação (mídia); a cooperação com órgãos nacionais e com outros países; e a integração de todos os meios a serem empregados.

As Forças Armadas da atualidade devem buscar adotar uma atitude moderna na forma de se estruturar e de se preparar para cumprir suas missões constitucionais, reduzindo a burocracia e eliminando desnecessárias duplicações de trabalho.

Na maneira de combater, a Força militar atual deve realizar sua preparação, tendo, como base, conceitos que lhe favoreçam a obtenção das capacidades necessárias ao cumprimento de suas missões de forma rápida e decisiva.

A definição do que representa a expressão “estatura político-estratégica do Brasil” é muito importante, pois deve orientar o planejamento destinado a dotar o País do poderio bélico que lhe seja compatível e que seja capaz de assegurar a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

A essa “estatura” refere-se, em diversas oportunidades, a atual Política de Defesa Nacional, que poderá evoluir, com todas as implicações decorrentes, para uma “Política Nacional de Defesa.” ☉

Referências

- COMPUTERWORLD. BRIC's serão mercado de US\$ 115 bilhões para TI em 2009. Computerworld [on line]. 18 de maio de 2006. [data da consulta: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: <<http://computerworld.uol.com.br/mercado/2006/05/18/idgnoticia.2006-05-18.8087509101/>>
- COVARRUBIAS, Jaime Garcia. A transformação da defesa nos EUA e sua aplicação na América Latina. *Military Review*, EUA, Mai-Jun 2005, p. 80-86.
- DANESE, Sergio. A hiperpotência e o 'containment' pela diplomacia. *Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 2004. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=124204>>
- Decreto Nº 5.484 (Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências). Brasília-DF, 30 de junho de 2005.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency (CIA). The World Factbook. Guide to Rank Order pages. 13 de julho de 2007. <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/rankorderguide.html>>.
- . US Department of Defense. Office of the Assistant Secretary of Defense (Public Affairs). *Secretary Rumsfeld Speaks on "21st Century Transformation" of U.S. Armed Forces* [on line]. National Defense University (NDU), Fort McNair, Washington, D.C., 31 de Janeiro de 2002. [acesso em: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/speeches/2002/s20020131-secdef.html>>
- PORTUGAL. Estado-Maior-General das Forças Armadas. *A transformação nas Forças Armadas* [on line]. Lisboa, 17 de outubro de 2007. [data consulta: 28 de novembro de 2007]. Disponível em: <http://www.emgfa.pt/elementos/documentos/Transforma%C3%A7%C3%A3o_%20nas_FA.pdf>
- REVEL, Jean-François, *L'obsession anti-américaine - son fonctionnement ses causes ses inconsequences*, Editora Plon, França: 2002, 410 p.
- RODRIGUES, Alexandre Reis. A Transformação das Forças Armadas Americanas. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* [on line]. 05 de maio de 2007. [acesso em: 31 de outubro de 2007]. Disponível em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=179>
- VICENTE, João Paulo Nunes. A revolução do Pensamento Estratégico. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais* [on line]. 13 de fevereiro de 2007. [acesso em: 31 de outubro de 2007]. Disponível em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=406>
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Status de Potência. [on line]: Wikimedia Foundation, s.d. [acesso em: 08 de outubro de 2007]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pot%C3%Aancia_regional>

Como descrever o Brasil?

Entrevista com Hélio Jaguaribe*

Leonardo Pimentel**

Como descrever o Brasil? A pergunta pode parecer atual, mas ocupa o pensamento do cientista social Hélio Jaguaribe há mais de meio século. Na década de 1950, diante da necessidade de repensar as relações sociais no País e prepará-lo para o desenvolvimento, ele participou da fundação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), dois dos mais importantes núcleos de pensamento político, econômico e social do período. Após condenar publicamente o regime militar, instaurado após 1964, lecionou em importantes instituições estrangeiras, entre elas a Universidade Harvard, nos Estados Unidos. Secretário de Ciência e Tecnologia do governo Collor, em 1992, Jaguaribe é hoje decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Ieps) e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), desde 2005 – onde sucedeu o economista Celso Furtado – e vem se dedicando nos últimos anos a trabalhos mais abrangentes, como os dois volumes de seu *Um Estudo Crítico da História* e, mais recentemente, *O Posto do Homem no Cosmo*, marcadamente influenciado pela filosofia. Mas isso não diminui suas preocupações quanto ao futuro do País, especialmente por considerar o Brasil excessivamente dependente do mercado

financeiro internacional. Para falar sobre sua visão da história, que considera fundamental para a sociologia, e, claro, sobre política e desenvolvimento, Jaguaribe, que hoje tem 83 anos, recebeu a equipe de *BrHistória* em seu escritório no Ieps, no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro.

BrHistória – O senhor participou da formulação do pensamento nacional-desenvolvimentista dos anos 50. Hoje a questão está na ordem do dia. É possível comparar o desenvolvimentismo nacionalista daquele período com o atual?

Hélio Jaguaribe – Para analisar o pensamento nacionalista de hoje, temos de levar em conta as modificações que ocorreram no mundo no final do século XX. Acredito que não se possa falar mais de um “nacional-desenvolvimentismo” porque a base nacional se tornou insuficiente para um país se tornar auto-sustentável. Diante do processo cada vez mais acelerado de globalização e do unilateralismo imperial norte-americano, vivemos uma situação na qual os países subdesenvolvidos – e entre eles eu incluo o Brasil – estão perdendo as condições de ter um desti-

* Texto colhido no portal UOL da revista on-line *BrHistória* que não mais está disponível.

** O autor é jornalista.

no histórico isolado. Eles tendem, num prazo não muito longo, a se tornar meros segmentos indiferenciados do mercado internacional, dominados internamente por multinacionais e externamente pelos Estados Unidos.

BH – Como se dá essa dominação externa?

HJ – O império norte-americano, ao contrário de impérios clássicos, como o romano e o britânico, não se caracteriza pela formalização de seu predomínio. Ele atua de modo muito semelhante a um campo gravitacional, usando uma série de constrangimentos – econômicos, financeiros, tecnológicos, culturais, políticos e, quando necessário, militares – que compele as áreas sob sua influência a seguir a lógica do mercado financeiro, que é o verdadeiro corpo do império. Por meio desses constrangimentos, os Estados Unidos manipulam as políticas externas desses países. De sorte que conservam aparências de soberania: bandeira, hino, exército e até eleições; mas os dirigentes, querendo ou não, são obrigados a seguir a linha de Washington.

BH – Pode dar exemplos?

HJ – O próprio caso brasileiro. Por que um homem extremamente inteligente como Fernando Henrique Cardoso, cuja vocação socialdemocrata não pode ser posta em dúvida, exerceu uma política econômica neoliberal? Por que Lula, depois de ter lançado vitupérios contra a política econômica de Fernando Henrique, segue a mesma política? Porque este País ficou subordinado à lógica do mercado financeiro internacional....

BH – Mas como fazer uma política econômica fora dessa lógica?

HJ – É necessário inicialmente estabelecer formas seletivas de inserção no mercado internacional, com as quais o País recupera uma liberdade de Estado para administrar a sua economia. Isso exige uma posição diferente daquela da década de 1950, muito mais autônoma. Uma das condições para o êxito do nacional-desenvolvimentismo hoje é que ele se converta no regional-desenvolvimentismo. Qualquer grande política de desenvolvimento na América do Sul está ligada à integração sul-americana, que depende da consolidação do Mercosul. E esta depende de uma sólida aliança argentino-brasileira.

BH – Por que os partidos de centro-esquerda e esquerda no Brasil, quando estão no poder, não implementam as propostas de seus programas partidários?

HJ – Historicamente, os partidos de esquerda têm uma formulação de projeto superior à sua exeqüibilidade e precisam rever essa formulação quando chegam ao poder. Faz parte de uma retórica de esquerda propor coisas que só serão viáveis em regimes revolucionários – e a esquerda moderna, felizmente, não é mais revolucionária, é reformista. Ao assumir o poder, precisa fazer um ajuste entre o que deseja e o que é exeqüível.

BH – E qual a margem do que é possível?

HJ – Ela é muito maior do que aquilo que se presume. Todos os países que querem desenhar uma política de esquerda devem considerar primeiro o seguinte: “Dentro de que condições eu estou inserido no mercado financeiro internacional? Vamos rever as condições do Estado que tornam possível seguir políticas de esquerda.” Dentro de certos limites, claro.

BH – O jurista Flávio Konder Comparato defendeu a criação de uma agência que gerenciasse políticas de desenvolvimento com certa independência em relação ao Governo. Isso é viável?

HJ – Mais do que viável, é necessário. Só não sei se é necessário uma agência própria, pois, em parte, já existe um órgão para executar a política de desenvolvimento, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O que não tenho dúvida é sobre a necessidade dessa política, que deve se afirmar como uma política de Estado. Por isso mesmo os objetivos do neodesenvolvimentismo brasileiro devem ser formulados com a cautela da sua exequibilidade; não fazer propostas utópicas que desmoralizem depois o projeto. Fazer projetos audaciosos, certamente; mas dentro de limites muito bem medidos do exequível.

BH – Esse tipo de política suprapartidária é possível no quadro partidário brasileiro?

HJ – O que acontece é que os nossos partidos estão totalmente desfigurados. De um modo geral, tornaram-se legendas *prêt-à-porter*. Os deputados passam de um para outro conforme conveniências de curtíssimo prazo. As exceções são o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que têm consistência própria, mas também se desfiguraram enormemente. O PT de maneira lamentável. Um partido que pretendeu ser, durante certo tempo, o modelo de ética e de conduta irreprimível tornou-se um partido de assalto ao Estado. Raras vezes houve uma deterioração partidária tão triste como a desse partido, que teve um papel histórico extraordinário em anos anteriores. Locupletaram-se de postos

públicos para extrair ilegitimamente recursos, já não digo para o bolso próprio, mas para o bolso do partido. Seria uma visão bolchevique, em que tudo vale para o partido, que é mais importante que a Nação e que o Estado. Já o PSDB não é dado a achques, a assaltos, mas sim à inocuidade. O partido perdeu as bandeiras, perdeu seu sentido socialdemocrata e virou uma espécie de nova União Democrática Nacional (UDN). Tem muita gente boa, gente que vale a pena convidar para um bate-papo, mas não está a serviço de uma causa. Hoje, o PSDB teria a oportunidade de convocar as forças da esquerda, a democracia social. Mas não está fazendo isso.

BH – Por quê?

HJ – A resposta depende de uma análise interna do partido. Suponho que isso se deve a duas limitações do principal líder do PSDB, Fernando Henrique, a despeito de sua excepcional inteligência. Primeiramente, ele é um pouco desiludido da mensagem socialdemocrata, o que o faz dar ao mercado mais importância do que ele merece. Em segundo lugar, é da personalidade de Fernando Henrique um toque hamletiano, uma coisa entre ser e não ser, fazer e não fazer, e isso não o permite exercer uma liderança vigorosa.

BH – Na década de 1950 o Sr. participou da fundação do Iseb. Que motivou esse projeto?

HJ – Eu e várias outras pessoas chegamos a uma análise sociohistórica das condições brasileiras, mostrando que o País estava estagnado dentro de uma perspectiva semicolonial. E, a combinação de forças entre o latifúndio e o mercantilismo obstava o

desenvolvimento porque estava satisfeita com o *status quo*. Concluímos que era necessário um projeto de desenvolvimento que exigisse uma estrutura de classes distinta. Era necessário agremiar a burguesia nacional, os setores técnicos da classe média e o operariado avançado. E, a partir dessa base, lançar o projeto nacional-desenvolvimentista. Foi de certa forma o que se fez no governo de Kubitschek e, talvez ainda mais, no segundo governo de Vargas.

BH – Essa idéia de aliança entre operariado e burguesia industrial provocou críticas na esquerda?

HJ – É necessário fazer uma distinção entre a esquerda dogmática e a esquerda finalística. A primeira parte do dogma para a apreciação da realidade. A segunda estuda a realidade e vê como pode inserir nela um projeto exequível de esquerda. Na época do Iseb, quem estava por trás desse projeto era exatamente a esquerda finalística. Já a esquerda dogmática ficou limitada a algumas pessoas que escreviam artigos. Mas, mesmo isso era muito raro. Eles conversam mais do que escrevem (risos).

BH – Hoje faz falta esse tipo de pensamento organizado para o desenvolvimento?

HJ – Faz muita falta. Existe até um potencial, mas esse movimento ainda não conseguiu se concretizar em formas operacionais satisfatórias. Acho, infelizmente, que teremos no segundo mandato de Lula mais um quadriênio perdido. Com isso, depois de 25 anos de estagnação, o Brasil vai ter mais quatro, o que é extremamente grave. Temos de organizar um grupo de pessoas dotadas de capacidade de mobilização, de competência ana-

lítica e de alta seriedade, que prepare o País para fazer um deslanche a partir de 2010 – ou que apóie o governo Lula caso ele, contrariando minha expectativa, adquira um caráter desenvolvimentista.

BH – O que falta para um movimento desses existir? Visão de cidadania?

HJ – Essa é uma questão complicada. Não há solução para o País, caso se prolongue essa dicotomia entre dois terços de um Brasil ignorante e um terço de um Brasil educado. Esse um terço representa 60 milhões de pessoas, uma massa crítica maior do que toda a população de Argentina, Uruguai e Paraguai somados. Mas, na hora da política, os dois terços, com seu primarismo e sua ignorância, liquidam tudo. Um projeto de neo-desenvolvimentismo tem de ter como meta prioritária a incorporação desses setores em níveis educacionais aceitáveis

BH – Como fazer essa incorporação?

HJ – Primeiramente, com educação: ampliação do ensino primário e secundário e aperfeiçoamento do superior. Isso é uma meta de Governo que nem necessita de verbas muito superiores às atuais. O Brasil já dedica uma parcela importante do orçamento à educação; apenas não é aplicada com eficiência. Agora, enquanto não se consegue incorporar em níveis superiores de educação as grandes massas brasileiras, é necessário adotar medidas que minimizem os efeitos da deseducação na política.

BH – Esse tipo de raciocínio não implica em excluir parte da população do processo eleitoral?

HJ – De forma alguma. Trata-se apenas de sair desse sistema eleitoral absurdamente inadequado, estabelecendo um sistema distrital, puro ou misto – prefiro puro, mas se for misto já será um avanço. Reforçar a legislação excludente de partidos de aluguel e estabelecer também a fidelidade partidária. Por fim, instituir um regime segundo o qual, a cada legislatura, se nenhum partido tiver maioria absoluta, será dado um prazo para que se forme uma coligação majoritária com liderança única e projeto único, sob pena de nova eleição.

BH – Isso não seria um parlamentarismo de fato?

HJ – Bem, creio que deva ser um parlamentarismo de meta, não de fato. Estou convencido de que precisamos chegar ao parlamentarismo. Mas, para que ele seja eficaz, é necessário que o País disponha de condições eleitorais e partidárias apropriadas. Se nós fizermos essa reforma eleitoral, já começamos a criar um tipo de representação popular que poderá, em uma segunda etapa, converter-se ao parlamentarismo sério.

BH – Seus últimos livros, *Um Estudo Crítico da História* e *O Posto do Homem no Cosmo*, fogem do padrão de seus trabalhos, abordando temas como história e filosofia. O que o motivou a escrevê-los?

HJ – Na minha juventude, fui particularmente marcado por dois livros: *Sociologia da Cultura*, de Alfred Weber, que me fez escrever *Um estudo Crítico da História*, e o livro de Max Scheler, *O posto do Homem no Cosmo*, que me levou a retomar o mesmo título e o mesmo tema. Quando olhei esses livros, eu disse: “Bem, eu, se ti-

ver, em algum momento, a capacidade para enfrentar essas questões, vou tentar embarcar nesses dois temas.” *Um Estudo Crítico da História* foi um trabalho que me tomou seis anos. Foi uma tentativa de analisar o processo civilizatório, tomando por base 16 civilizações e considerando previamente o Período Pré-Histórico, visando compreender quais são os fatores que movem o processo; qual é o mecanismo da história.

BH – E o Sr. conseguiu identificar esse mecanismo?

HJ – Acho que sim. A história, ou o processo histórico, é produto de quatro fatores. Primeiro, os “fatores reais”, o que Marx chamava de fatores materiais, incluindo o ambiente em que uma comunidade existe. Em seguida, os “fatores ideais”, que são a cultura, entendida no seu sentido antropológico. Depois a “liberdade humana” e, por fim, o “acaso”. A história realiza-se quando a liberdade humana, exercida por pessoas ou grupos influentes, encontra-se diante de uma disposição aleatória de como se combinaram os fatores reais e ideais naquele momento.

BH – Mas, e quanto à visão de que são os modos de produção e as forças econômicas que determinam a história?

HJ – Isso foi verdade em alguns momentos. Certamente a partir de 1850 até, digamos, 1930; essa análise marxista coincidia 80% com a realidade do Mundo ocidental. Mas ela não tem nada a ver com a formação do islamismo, por exemplo. Observando-se os fatores históricos predominantes, nota-se uma grande presença da religião. Embora, evidentemente, conforme nos aproximamos do tempo moderno, a importância

religiosa vá declinando. Mas ela é decisiva até o século XVIII e continua não-desprezível, como o Islã demonstra de uma maneira perfeita. Muito importante também é o fator demográfico: as coisas dependem da concentração ou da rarefação das populações. O terceiro fator certamente é o econômico. Outro fator que eu acho extremamente importante é o cultural, não apenas no sentido religioso, mas no sentido mais científico-tecnológico, a visão operacional do mundo.

BH – Para um cientista social, como foi trabalhar com história?

HJ – O conceito moderno de história é extremamente abrangente, vai da origem do homem ao dia de ontem. A meu ver, ela é um método que permite estudar o passado remoto,

o passado recente e o presente. O que o sociólogo faz é refletir sobre os dados históricos. Não há boa sociologia sem dados históricos, e a boa história conduz à análise sociológica.

BH – Como o Sr., sendo membro da ABL, avalia a postura da academia de abrir espaço para representantes de outras áreas da cultura?

HJ – Esse movimento é universal. A Academia Francesa também está recebendo cientistas e intelectuais. O beletrismo representou um momento da cultura em que existia uma certa estagnação do pensamento filosófico. Então, a cultura tornou-se lítero-plástico-musical. Mas, em um momento de grande inquietação, como o que estamos vivendo, há um re-
crudescimento da pergunta filosófica. ☉

Ibesp: Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política. Publicou, entre 1953 e 1956, a revista *Cadernos do Nosso Tempo*.

Iseb: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituição de altos estudos, criada em 1956 e ligada ao então Ministério da Educação e Cultura.

Prêt-à-porter: Expressão francesa que significa “pronto para usar”, em contraponto ao que é feito sob medida.

Bolchevique: Partido comunista que, liderado por Lênin, fez a Revolução Russa de 1917.

UDN: União Democrática Nacional, partido político de orientação conservadora e urbana, que existiu entre 1945 e 1965.

Hamletiano: Referente a Hamlet, personagem título da peça de William Shakespeare, conhecido pela frase “ser ou não ser, eis a questão”.

Status quo: Expressão latina que significa “o estado atual das coisas”.

Sistema distrital: Sistema eleitoral pelo qual o candidato a cargos proporcionais (deputados e vereadores) é votado somente dentro do distrito em que vive, competindo com outros candidatos locais.

Alfred Weber: (1868-1958) Sociólogo e economista alemão, teórico do estudo de história e ardente opositor do nazismo.

Max Scheler: (1874-1928) Filósofo alemão que desenvolveu uma linha de pensamento chamada “ética material dos valores”.

Karl Marx: (1818-1883) Pensador alemão cujos trabalhos, em especial *O Capital* (1867), influenciaram de forma decisiva a ideologia comunista.

Beletrismo: Culto aos aspectos puramente estéticos da literatura.



**Atualize os seus conhecimentos
por intermédio da Biblioteca
do Exército, a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

Coleção General Benício com novas promoções!

Agora você tem duas opções de assinatura: a versão completa (Plano A), composta de 10 obras, e a versão compacta (Plano B), com cinco títulos, à sua escolha, no editorial de 2008.

- ☐ Plano A
☐ Plano B

E mais: assinando a versão completa, você receberá um código que lhe dará acesso à versão *on line* das Revistas **A Defesa Nacional**, **Revista do Exército Brasileiro** e **Revista Militar de Ciência e Tecnologia**.

ASSINE TAMBÉM (versões impressas ou *on line*):

Revista do Exército Brasileiro

Publicação de artigos de conteúdo técnico-profissional militar.

A Defesa Nacional

Contém estudos de assuntos militares, políticos e sociais.

Revista Militar de Ciência e Tecnologia

Seleção de assuntos pesquisados pelos docentes e discentes do Instituto Militar de Engenharia – IME.

COMO E QUANTO PAGAR:

Coleção completa (Plano A): R\$ 210,00 à vista ou em até 12 parcelas iguais, s/acréscimo;

Coleção compacta (Plano B): R\$ 110,00 à vista ou em até 12 parcelas iguais, s/acréscimo;

Revistas quadrimestrais - assinatura anual de cada revista:

Versão impressa: R\$ 40,00 à vista;

Versão *on line*: R\$15,00 à vista;

Consignação em folha de pagamento (exclusivo para militares do Exército e da Marinha);

Cartões de crédito VISA ou MASTERCARD;

GRU (Guia de Receita da União) - para essa opção, contatos pelo e-mail bibliex@bibliex.com.br ou pelos telefones 0800-238365 e (21) 2519-5715.

Faça abaixo a sua opção

- ☐ Coleção General Benício (Plano A)
☐ Coleção General Benício (Plano B)
- ☐ - O Rei do Brasil: Vida de D. João VI
Pedro Calmon
- ☐ - Andrade Neves, O Vanguardeiro
Paranhos Antunes
- ☐ - Cooperação das Armas na Guerra
Jonathan M. House
- ☐ - Os Iranianos
Sandra Mackey
- ☐ - A Grande Transição: Rússia, 1985-2002
Rafael Poch-de-Feliu
- ☐ - O Mundo Contemporâneo: Grandes Linhas de Divisão
Pascal Boniface
- ☐ - Não há Substituição para a Vitória: Lições de Estratégia e Liderança do General MacArthur
Theodore Kinni e Donna Kinni
- ☐ - O Choque do Islã
Marc Ferro
- ☐ - Revisionismo Histórico
José Fernando de Maya Pedrosa
- ☐ - Citadel: A Batalha de Kursk
Robin Crass
- ☐ Revista do Exército Brasileiro
☐ A Defesa Nacional
☐ Rev. Mil. de Ciência e Tecnologia

Dados cadastrais

Nome completo			
Data e nascimento	Endereço		
Bairro	Cidade	UF	CEP
Telefone	Fax	Correio eletrônico	

Informações para implantação do desconto em folha

Situação	Prec-CP (EB):	Posto/grad:
<input type="checkbox"/> Ativa	NIP (MB):	Identidade:
<input type="checkbox"/> Reserva	Nº de parcelas: ()	OM:

____ de _____ de _____
Assinatura: _____

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, e envie para a Biblioteca do Exército.

Para adquirir publicações avulsas, consulte a BIBLIEX ou nosso representante na sua OM.

Palácio Duque de Caxias -Praça Duque de Caxias, 25, Centro - Ala Marcílio Dias - 3º andar - CEP 20221-260 - Rio de Janeiro, RJ

Tels.: (21) 2253-4628 ou 2519-5732 - Fax (21) 2519-5569 - E-mail: bibliex@bibliex.com.br



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.

www.bibliex.com.br